

**UFSM**

**Tese de Doutorado**

**CIÊNCIA, DISCIPLINA E MANUAL:  
É. BENVENISTE E A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO**

---

**Karina Giacomelli**

**PPGL**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2007**

**CIÊNCIA, DISCIPLINA E MANUAL:  
É. BENVENISTE E A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO**

---

**por**

**Karina Giacomelli**

Tese apresentada ao Programa de  
Pós-graduação em Letras, Área de Concentração  
Estudos Lingüísticos da Universidade Federal de  
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial  
para a obtenção do grau de  
**Doutor em Letras.**

**PPGL**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2007**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a  
Tese de Doutorado

**CIÊNCIA, DISCIPLINA E MANUAL: E. BENVENISTE  
E A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO**

elaborada por

**KARINA GIACOMELLI**

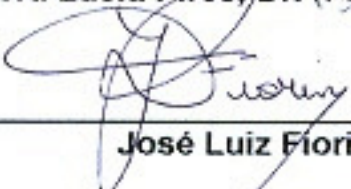
como requisito parcial para a obtenção do grau de

**Doutor em Letras**

---

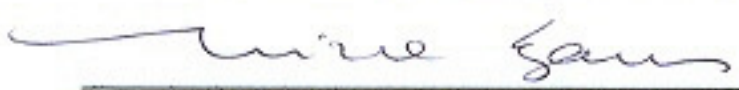
**COMISSÃO EXAMINADORA:**

  
\_\_\_\_\_  
Vera Lúcia Pires, Dr. (Presidente/Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
José Luiz Fiorin, Dr. (USP)

  
\_\_\_\_\_  
Leci Borges Barbisan, Dr. – (PUC-RS)

  
\_\_\_\_\_  
Valdir do Nascimento Flores, Dr. (UFRGS)

  
\_\_\_\_\_  
Nina Célia Almeida de Barros, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 15 de agosto de 2007.

*Para o Sérgio,  
que me mostrou, anos atrás,  
o quão mais eu queria.*

*Devo (e quero) agradecer ....*

- à minha orientadora, amiga e colega, Vera Lúcia Pires, por tudo aquilo que nem mesmo uma tese de doutorado é capaz de dizer;
- ao meu pai e à minha mãe, Iver e Ledi Giacomelli, pelo acolhimento e confiança, e a meu filho, Lucas, amor da minha vida;
- às minhas amigas Izeti Dotto, Jane Capri, Silvana Grunewaldt e Cléa Barros da Silva, que souberam respeitar as ausências, sem nunca deixarem de estar presentes;
- à Graciela Hendges, amiga querida e solidária, que dividiu comigo as alegrias e as dificuldades do período do doutoramento, mesmo que em instituições diferentes e em lugares distantes;
- à Roseli Gonçalves do Nascimento, Luciana Colussi e Laura Spanivelo pela amizade, ajuda e confiança, desde o mestrado.

*A todos, muito obrigada!*

*Não falamos sobre o mundo,  
falamos para construir um mundo*  
(O. Ducrot)

## **RESUMO**

Tese de Doutorado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **CIÊNCIA, DISCIPLINA E MANUAL: É. BENVENISTE E A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO**

AUTORA: KARINA GIACOMELLI  
ORIENTADORA: VERA LÚCIA PIRES  
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de agosto de 2007.

Este trabalho apresenta uma análise dos manuais de introdução à lingüística, publicados no Brasil nas duas últimas décadas, com o objetivo de verificar as referências a Benveniste. Toma-se a manualização dos saberes lingüísticos sobre a enunciação como um processo mais amplo, de disciplinarização, no qual se confrontam dois tipos de contextualização: o da constituição dos saberes científicos e o do mundo escolar. Nesse sentido, trabalha-se com a noção de disciplina como um campo que deve escolher seus domínios em relação aos demais: aqueles que o antecederam e os que lhe são adjacentes, mas também projetando para si uma linha de desenvolvimento. Configuram-se, assim, um horizonte de retrospectão, um horizonte de projeção e um domínio de atualidade, essas três dimensões reunindo as condições de transmissibilidade do saber no mundo escolar. Começa, então, um processo de transposição didática, em que o conhecimento científico sofre transformações para poder ser ensinado. Uma das formas de esse saber se materializar é o manual, veículo privilegiado para a construção do discurso disciplinar. O que a análise do livro didático mostra é que a falta de uma disciplina institucionalizada – a lingüística da enunciação – reflete-se no manual. O pouco espaço reservado à teoria de Benveniste demonstra o desinteresse da lingüística brasileira com o autor que tornou possível uma nova forma de ver e estudar a linguagem: a língua transformada em discurso pela enunciação.

## **ABSTRACT**

Doctor's Thesis  
Postgraduate Program in Languages  
Federal University at Santa Maria

### **SCIENCE, DISCIPLINE AND MANUAL: É. BENVENISTE AND LINGUISTICS OF ENUNCIATION**

AUTHOR: KARINA GIACOMELLI  
ADVISING PROFESSOR: VERA LÚCIA PIRES  
Place and Date of Defense: Santa Maria, August 15th, 2007

This paper presents an analysis of introductory manuals to linguistics published in Brazil in the last two decades, with the aim of identifying references to Benveniste. The manualization of linguistic knowledge on enunciation is considered a larger process of disciplinarization, in which two types of contextualization are confronted: that of the constitution of scientific knowledge and that of the school world. In this respect, the notion of discipline is explored as a field that must select its domains in regard to others': those that have preceded it and those that are adjacent to it, while still projecting a path of development for itself. It thus comprises a horizon of retrospection, a horizon of projection and a domain of contemporaneity and these three dimensions provide the conditions for knowledge to be conveyed within the school world. This characterizes the process of didactic transposition, in which scientific knowledge undergoes transformations that allow it to be taught. One of the formats in which it materializes into is the manual, a privileged vehicle for the construction of disciplinary discourse. What the analysis of instructional books reveals is that the lack of an institutionalized discipline – linguistics of enunciation – is reflected in the manual, once the short space granted to Benveniste's theory does not allow one to know enough the author who made it possible a new form of viewing and studying language: language transformed into discourse through enunciation.



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
-------------------------	----

## **CAPÍTULO 1 – QUESTÕES DE CIÊNCIA E LINGUAGEM E A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO**

<b>1.1 Considerações iniciais</b> .....	16
<b>1.2 Ciência, objeto e método</b> .....	18
1.1.1 O ponto de vista e a delimitação do objeto.....	21
1.1.2 As teorias lingüísticas.....	26
<b>1.3 A constituição da lingüística como campo do saber</b> .....	31
1.3.1 A dicotomia língua-fala.....	34
1.3.2 Entre unidade e diversidade: a pluralidade.....	28
<b>1.4 A lingüística da enunciação</b> .....	46
1.4.1 Estruturalismo e enunciação.....	49
1.4.2 Um percurso para a enunciação.....	58

## **CAPÍTULO 2 – O PROCESSO DE DISCIPLINARIZAÇÃO NA LINGÜÍSTICA – O CASO DA ENUNCIÇÃO**

<b>2.1 Considerações iniciais</b> .....	68
<b>2.2 Configuração do campo enunciativo</b> .....	73
2.2.1 O domínio das coisas ditas.....	75
2.2.2 O campo da história.....	78
2.2.3 A história e as disciplinas.....	81
2.2.4 A questão da memória.....	87

<b>2.3 Relações entre conhecimento científico e conhecimento escolar.....</b>	<b>90</b>
2.3.1 A seleção do conhecimento de ensino.....	92
2.3.2 A transposição didática.....	94
2.3.3 Representação do saber e disciplinarização.....	89
<b>2.4 A enunciação nas disciplinas da lingüística.....</b>	<b>106</b>
2.4.1 Semiótica e enunciação.....	111
2.4.2 Enunciação e pragmática.....	115
<b>CAPÍTULO 3 – A MANUALIZAÇÃO DOS SABERES SOBRE A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO DE É. BENVENISTE</b>	
<b>3.1 Considerações iniciais.....</b>	<b>124</b>
<b>3.2 Enunciação, disciplinarização e manualização.....</b>	<b>126</b>
<b>3.3 O lugar de Benveniste no manual de introdução à lingüística.....</b>	<b>133</b>
3.3.1 O manual dividido entre disciplina e epistemologia.....	134
3.3.2 O manual entre objetos e níveis de análise.....	150
3.3.3 O manual distribuído entre ciência e ensino.....	164
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>189</b>

## INTRODUÇÃO

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca a inventando. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.  
(É. Benveniste).

Benveniste tem lugar na lingüística feita no Brasil? Esse é o questionamento que move esta pesquisa. Nesse sentido, o que se quer saber é como os mais recentes manuais de introdução à lingüística fazem referência ao autor que inaugurou uma nova tradição de estudos da lingüística que pregava (e previa) uma nova lingüística, dando espaço ao uso, ao sujeito, à enunciação, ao discurso, sem desconsiderar a língua saussuriana.

Parte-se da hipótese de que a lingüística contemporânea, inaugurada com a definição do objeto pelo *Curso de Lingüística Geral*, estabelece-se em relações de concordância ou discordância como esse gesto, configurando todo o campo de saber dessa ciência, bem como as divisões disciplinares que o estruturarão. Assim, depois de um período relativamente longo em que a consideração do sistema restringiu os estudos da linguagem, um novo modo de pensar a área começa a aparecer por diversos caminhos, um deles de dentro mesmo do domínio fechado da língua. Trata-se dos estudos de Benveniste que, através da consideração do sujeito e das categorias atreladas a ele, apontavam para uma outra direção: o universo do discurso. É, portanto, no seio do estruturalismo, por aquele que talvez tenha sido o mais saussuriano dos lingüistas, que a lingüística se abre a objetos antes impedidos de fazerem parte de seu escopo.

Nesse sentido, qualquer lingüista que tenha problematizado o objeto saussuriano e escolhido trabalhar com outro que não a língua, precisa referir o autor, senão como fundador de um novo modo de fazer lingüística, ao menos como precursor de estudos que tratem do excluído por Saussure: o uso, o sujeito, a fala, o diálogo, a enunciação, o discurso.

Por isso, neste trabalho, no capítulo 1 – *Questões de ciência e linguagem e a lingüística da enunciação* – apresenta-se uma discussão a respeito de como o ponto de vista, modo de se olhar para os fenômenos da linguagem, ou seja, de que lugar teórico, conduziu ao estabelecimento dos diferentes objetos da lingüística, mas todos eles precisando se posicionar em relação à dicotomia saussuriana língua/fala. É a partir desta que muitas das divisões do campo vão configurar domínios díspares, ainda que todos tenham como objetivo estudar a linguagem. As diferenças no modo de se situar no campo é que o tornarão tão complexo, dividido entre uma pluralidade de teorias que dão forma a uma ciência heterogênea, graças mesmo a seu fundador e seus recortes no modo de apreender a realidade.

Na pulverização da lingüística, dividida em muitas correntes, algumas disciplinadas outras não, umas de longa tradição acadêmica, institucionalizadas, outras restritas a pesquisas científicas, com lugar em poucos cursos, qual o lugar ocupado pela lingüística da enunciação? Considerando que o sintagma *teorias da enunciação* diz respeito a um domínio mais amplo, que englobaria todos os domínios que têm (ou tratam da) enunciação como fundamento teórico ou como construto metodológico, que estatuto dar a esse outro sintagma, mais restrito, e como garantir que ele se afirme nos estudos lingüísticos no Brasil?

Parte-se da idéia de que há, em autores como Bally, Benveniste, Jakobson, Bakhtin e Ducrot, em que pesem as suas diferentes abordagens do fenômeno enunciativo, uma série de considerações que permitiriam falar de *uma* lingüística da enunciação frente à diversidade *das* teorias que tratam da enunciação. Elas dariam conta de um objeto: a enunciação, tomada em seus vários aspectos: comunicação,

interação, argumentação, todos eles voltados para as relações sociais de uso da linguagem por sujeitos que não prescindem da língua: é nela e por ela que os sujeitos se estabelecem, fundamentam-se, carregam consigo as marcas do(s) outro(s), gravadas nas palavras que circulam entre os homens, nas sociedades.

A lingüística da enunciação surge do trabalho de Benveniste, não como um corte, mas em uma tradição epistemológica que, de Saussure, passando por Bally e Jakobson, encontra no autor a sistematização necessária para a constituição do campo. É nesse sentido que se coloca Benveniste como o fundador desse domínio, pois Bakhtin somente viria a ser conhecido depois desses estudos pioneiros. que encontraria ainda sucessores em Ducrot, Culioli, Authier-Revuz, entre outros

Mas, apesar de todos esses autores, onde está a enunciação disciplinarizada, hoje, no Brasil? Dos autores acima, quais fazem parte de pesquisas e estudos regulares nas diversas instituições brasileiras? Um apontamento prévio, totalmente empírico, pode ser feito em relação ao destaque que alguns deles têm atualmente, como Bakhtin, com vários de seus conceitos pertencendo a quadros teóricos diferentes, como o interacionismo lingüístico, a análise de gêneros, as teorias do discurso, e Authier-Revuz, cujos trabalhos sobre as heterogeneidades enunciativas, principalmente, são bastante utilizados na análise de discurso. Dos outros, muito pouco ou quase nada, ainda que Benveniste, com a questão da dêixis e Ducrot, com a polifonia e a argumentação tenham alguns de seus conceitos usados para fundamentar metodologias analíticas em várias escolas lingüísticas.

Nesse sentido, o capítulo 2 – *O processo de disciplinarização da lingüística: o caso da enunciação* – tem como objetivo discutir justamente em que áreas a enunciação, tal como a concebeu Benveniste, ou mesmo outros conceitos do autor, faz parte do quadro teórico das disciplinas da lingüística, especialmente em duas delas, a pragmática e a semiótica. Para isso, no entanto, é preciso que se parta do modo como um domínio se configura, como retoma o já-dito, fazendo-o circular em outros campos, com novos significados. Como a memória coletiva da lingüística fundamenta, prescreve e permite

um corpo de conhecimentos que circulam, transformam-se, recebem novas significações, ou mesmo são esquecidos? Como os fatos que estruturam o campo, deram-lhe uma história, são vistos a partir do momento atual, da formação disciplinar de hoje da ciência da linguagem? São essas questões que devem ser analisadas quando se pretende entender um domínio científico fragmentado em disciplinas, como é o caso da lingüística.

Mas, é necessário ainda considerar como o conhecimento produzido por um domínio tão heterogêneo, pertencente ao saber científico, pode ser ensinado, tornando-se saber escolar. Quais são os mecanismos de transposição didática que, desde mesmo as primeiras comunicações das pesquisas recém acabadas, vão mudando as teorias para depois proceder a uma seleção dos fatos que devem ser aprendidos pelas novas gerações? Quais saberes se revestem de suficiente importância? Quais serão esquecidos? Como eles serão transformadas? A relação entre o saber científico e o saber escolar é a base do processo de disciplinarização, que pode mostrar como e por que alguns conceitos são ensinados e outros não. Mas, e principalmente, quais o são, em se tratando da teoria de Benveniste?

Para verificar isso, o capítulo 3 - *A manualização dos saberes sobre a enunciação benvenistiana* - responde ao objetivo principal deste trabalho: examinar como Benveniste é citado nas três últimas coleções, publicadas no Brasil, que pretendem introduzir a lingüística para os estudantes dos diversos cursos de Letras e Lingüística do país, tanto de graduação quanto de pós-graduação.

Parte-se da hipótese de que a falta de uma disciplina organizada em torno da lingüística do autor vai se refletir no manual, fazendo com que pouco de sua teoria esteja especificada nos livros. Desse modo, os trabalhos de Benveniste não vão estar sistematizados nos livros, fazendo com que a apreensão de sua obra se dê de forma parcial e insuficiente, mesmo em escolas em que a enunciação apresenta-se como um domínio tradicional, casos da semiótica e pragmática.

Portanto, questiona-se: que conceitos de Benveniste são referidos? Em que disciplinas? Como sua teoria é tratada em relação à lingüística e à disciplina que a apresenta? Finalmente: há diferenças no modo como os manuais expõem a sua teoria?

A análise das coleções visa, então, a demonstrar que o espaço ocupado pela teoria do autor é muito restrito, considerando-se a sua importância para a configuração do campo científico da lingüística atualmente. No processo necessário de escolhas e recortes, fundamental para a organização para um manual, a teoria de Benveniste é, a maior parte das vezes ignorada, pois é preciso referir as diversas correntes que se encontram mais institucionalizadas. Isso vai fazer com que os estudantes, e possíveis futuros profissionais da área, não conheçam suficientemente sua obra, impedindo uma discussão mais aprofundada de suas teorias, o que permitiria que mais pesquisas se desenvolvessem, que mais conhecimento sobre suas idéias fosse produzido, fazendo com que mais fosse apresentado, no círculo da divulgação disciplinar que vai mesmo gerar o saber. Essa é a tese que se defende neste trabalho.

# CAPÍTULO 1

## QUESTÕES DE CIÊNCIA E LINGUAGEM E A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO

*Não sei muito bem como as coisas vão ficar, mas o importante é essa noção de ciência humana que, agora, é capaz de se tornar organizadora, de congregar reflexões esparsas, para muitos homens que visam descobrir seu fundo comum.*  
(E. Benveniste)

### 1.1 Considerações iniciais

Para a definição de uma nova disciplina<sup>1</sup>, são fundamentais os diversos componentes sociais, ideológicos, técnicos e teóricos que determinam sua produção e transformação. Embora a constituição e o desenvolvimento de campo de saber científico não sejam especificamente o interesse deste trabalho, focar o ponto de vista disciplinar requer que se apontem as dificuldades teóricas da constituição de um novo campo. Nesse sentido, sempre se deve ter atenção (1<sup>o</sup>) às diversas tentativas de teorizações da lingüística, ou seja, no modo como um determinado interesse de pesquisa acaba por se transformar em uma teoria, contribuindo para isso (2<sup>o</sup>) a maneira como os lingüistas colocam e resolvem os problemas de método e objeto; finalmente,

---

<sup>1</sup> O termo disciplina, apesar das diversas acepções, será usado, neste capítulo, como conjunto de conhecimentos de um âmbito específico, agrupados de modo sistemático, ou seja, diz respeito a qualquer campo do conhecimento científico. Nesse sentido, a lingüística como uma disciplina científica cujo domínio são os fatos da linguagem, considerados de uma forma geral. É o saber de uma determinada ciência, que se delimita a partir de outras disciplinas: matemática, biologia, história, psicologia, etc. Mas, o termo disciplina, nessa mesma direção, abarca os ramos do saber que fazem parte de uma determinada ciência; assim, do mesmo modo, refere-se a disciplinas sistematicamente organizadas, que constituem as correntes, escola, teorias, orientações e tendências da lingüística: estruturalismo, gerativismo, sociolingüística, lingüística da enunciação, etc. Outra acepção de disciplina, como ensino, educação, aquilo que se aprende, vai ser considerada no próximo capítulo, em relação à questão da disciplinarização, recobrando tanto o mundo da produção do conhecimento (nível científico) quanto da transmissão (universidade, no caso da lingüística).



(3º) não se pode deixar de considerar as concepções mais ou menos latentes do que é fazer ciência em um determinado período, que são informadas pelas diversas filosofias do conhecimento dominantes.

Na constituição de um campo de saber científico relativamente jovem, como é o caso da lingüística, depois de períodos<sup>2</sup> em que apenas uma tradição se colocava como hegemônica na pesquisa dos fenômenos de língua/linguagem, diversas definições e justificativas se impuseram para a instauração de novas orientações nos estudos lingüísticos.

É nesse sentido que, para o estabelecimento da área, o corte saussuriano, fundamentado nas definições das dicotomias<sup>3</sup> língua/fala e sincronia/diacronia, principalmente, deu à lingüística seu estatuto de cientificidade. Logo depois o gerativismo, também calcado em uma dicotomia - competência/desempenho - , consolidaria a “nova” disciplina como uma ciência. Da definição dos dois primeiros objetos, língua e competência, surgiram as duas orientações principais da implementação do saber moderno sobre a linguagem: o estruturalismo e o gerativismo. Assim, é o ponto de vista que vai delimitar o objeto, processo fundamental para formação de um campo e sua posterior divisão em disciplinas. Objetivos, objetos e métodos diferentes constituem as diferentes teorias lingüísticas, elas mesmas envolvidas em tensões em relação à definição de fronteiras, frente à diversidade dos fenômenos da linguagem a considerar (e, nesse caso, à recorrência a outros campos, exteriores à lingüística) ou dos próprios limites (mesmos objetos, metodologias compartilhadas, imbricamento de teorias, etc.).

Todas essas questões são necessárias para que se compreenda o conjunto dos fatos enunciativos no âmbito da lingüística. Se a enunciação é um conceito descritivo

---

<sup>2</sup> A saber, o método histórico comparatista e o estruturalismo.

<sup>3</sup> A questão do corte saussuriano não é consensual na lingüística, como se verá mais adiante. No entanto, quando admitida diz respeito ao arcabouço teórico, presente no *CLG*, que define, principalmente, a noção de sistema ou a teoria do valor. Os demais axiomas, segundo a maioria dos autores que discutem o corte (citados por Dosse, 1993), estariam apenas na continuidade de abordagens anteriores sobre os fenômenos da linguagem. Parece evidente, porém, que o estabelecimento do objeto língua e a orientação sincrônica são fundamentais para a consolidação da lingüística como disciplina científica.

presente em diversas correntes lingüísticas, é preciso compreender como a lingüística se organizou em torno de questões referentes à linguagem, primeiro definindo objetos estáticos e, depois, dinâmicos, que precisariam dos elementos excluídos do gesto inaugural de Saussure (a fala, o contexto, a história, o sujeito, entre outros). A lingüística deixa a unidade em busca da pluralidade. Mas, de que modo? Como a lingüística, a partir da delimitação de seu objeto, vê disciplinas diferentes se formarem, com objetos também diferentes? Como ela se constitui como um campo comum, frente a tanta diversidade? E, finalmente, como comporta uma lingüística da enunciação?

## 1.2 Ciência, objeto, método

Pode afirmar-se que a lingüística se configura como uma ciência a partir do *Curso de Lingüística Geral* (CLG). Embora alguns autores da área coloquem o método histórico-comparativo como uma possibilidade de trabalho sobre a linguagem, com as características que se convencionou atribuir ao fazer científico (objetividade, rigor metodológico, neutralidade, etc.) ou mesmo que várias das proposições do *Curso* já fizessem parte da reflexão de autores anteriores a Saussure<sup>4</sup>, o acontecimento que foi a tomada das idéias contidas no livro pelo Círculo Lingüístico de Praga é que propicia a solidificação e o alcance que terá o estruturalismo. Somente a partir dessa orientação a lingüística poderá reivindicar seu *status* científico, configurando-se no que se chegou a denominar “ciência-piloto das ciências humanas” (DOSSE, 1993).

A questão do CLG como definidor dos rumos da lingüística merece algumas considerações. Mesmo que uma ciência necessite, em princípio, de um precursor, que comece (ou continue, como Saussure), em um momento a pesquisar o mundo científico

---

<sup>4</sup> O estruturalismo, ao se configurar como um fenômeno diversificado, englobando áreas diversas, teve sua base unificadora em Saussure e no CLG, lido e entendido por muitos como um momento criador. É a sua publicação que faz nascer a lingüística moderna, reservando a seu “autor” o lugar do pai fundador. Desse modo, a lingüística se estabelece a partir do que se chamou “corte saussuriano”, ou seja, sobre proposições que permitiram dar o estatuto de cientificidade às ciências humanas. No entanto, muito se questiona se houve verdadeiramente um corte (cf. nota anterior). Segundo Dosse (1993), embora ninguém defenda que o *Curso* saiu como um produto pronto e acabado de um único autor, há divergências em relação a idéia do CLG como uma descontinuidade (defendem um corte nítido autores como Gadet, Barthes, Normand) ou uma mudança mais contínua (defendido por Martinet, Milner, Foucault, entre outros).

de um determinado ponto de vista, criando seu objeto. os caminhos para que essa via se disciplinarize não é um processo simples nem rápido. Uma série de fatores contribui para que o novo possa se impor e conquistar a adesão de todo um grupo.

Nesse sentido, a história da lingüística se confunde com a história de Saussure. No trabalho do autor, desde os estudos de tradição comparativa até os cursos de lingüística geral, ministrados contra a sua vontade, estava a curiosidade sobre os parâmetros de cientificidade de um campo de estudos, seus objeto, método, conceitos e fundamentos. Assim, tudo o que estava sendo pensado (ou gestado) durante os cursos vai se transformar na obra de maior importância para o surgimento de uma nova ciência, a lingüística.

O fato de Saussure não ter publicado o *CLG* vai ser decisivo para o desenvolvimento dessa ciência. Muito do que estava nos cursos, e que são característicos do que Chiss & Puech (1995, 1999) denominam mundo científico<sup>5</sup> - questões incompletas, dúvidas, hesitações, reformulações entre idas e vindas -, não é transposto para o mundo do ensino, via manual. Neste, escolhas são necessárias, recortes devem ser feitos, dúvidas suprimidas, sob pena de se ter uma obra baseada em incertezas. Tal fato, além de não cumprir com as exigências de rigor e cientificidade necessárias à época, não poderia servir de apoio a todo um grupo de pesquisadores que, posteriormente, se profissionalizaria como lingüistas.

Criou-se, então, mais que uma teoria fundadora, creditada a um autor, mas um livro fundador, cujo fato de ser editado a partir de notas dos alunos que assistiram ao curso, pelos discípulos de Saussure, foi decisivo para os rumos da Lingüística. Como esse livro não representa fielmente as idéias discutidas nos cursos, como o provam edições críticas posteriores, ou mesmo a publicação dos manuscritos e notas, criou-se, para a

---

<sup>5</sup> O sintagma usado por Chiss e Puech em suas obras é “monde savante”, que diz respeito ao mundo da ciência, da invenção dos saberes, – *les savoirs savantes* - que eles distinguem do “monde de la transmission”, aquele dos conhecimentos ensinados na escola, ou seja, dos *savoirs enseignés*. Optou-se por traduzir o primeiro termo por “mundo científico”, mas, como se verá no próximo capítulo, a tradução mais comum para *savoir savante* é saber sábio. Quanto ao sintagma “mundo da transmissão”, ele já faz parte da terminologia da ciência aplicada, embora se use mais comumente *transmissão didática* – para explicar o processo segundo o qual os saberes produzidos por uma ciência são adaptados, modificados, simplificados para serem ensinados na escola.

lingüística, uma fonte de referência que, mais do que a figura do fundador, apóia-se sobre a série de axiomas presentes no *CLG*.

Um deles vai ser fundamental para a multiplicação das teorias dentro de um campo que se pretendia, inicialmente, homogêneo: é o ponto de vista que cria o objeto. Desse modo, mesmo com a cisão inicial entre língua e fala e a eleição daquela como objeto de estudo da ciência da linguagem, estava posto o espaço para aquilo que não sendo mais do domínio fechado da língua, mas do universo aberto da fala, pudesse ser tratado pela lingüística. Essa disciplina iria se desenvolver, a partir de meio do século XX, entre a unidade (o estruturalismo, que veria seu auge e sua derrocada nos anos 60, e os formalismos, principalmente o gerativismo – com seus desenvolvimentos posteriores - e os chamados núcleos duros, como fonologia, morfologia, sintaxe, semântica formal) e a diversidade, cujas escolas tinham como pretensão tratar aquilo que havia sido excluído na determinação do objeto lingüístico inicial.

Portanto, uma pluralidade de correntes vai se constituir do já havia mesmo sido definido pelo *CLG*. Porém, essa constatação não impediu que diversos embates se criassem dentro da lingüística, na qual a coexistência de tendências diferentes não se dá, quase sempre, de forma pacífica. Defender o seu ponto de vista e, conseqüentemente, seu objeto e método têm sido uma constante ao longo da história dessa disciplina.

Isso se deve, segundo Pêcheux (1998), à ferida aberta pelo ponto inaugural da lingüística enquanto disciplina autônoma, pois o corte saussuriano continua evanescente, uma vez que a ruptura nunca é efetuada. Foi isso que permitiu que as diversas teorias produzissem, em relação a ela, afastamentos e retornos, que ele denomina diásporas e reunificações<sup>6</sup>. Para o autor, a série de retomadas do

---

<sup>6</sup> Sem detalhar muito, cita-se apenas que Pêcheux aponta nos anos 20, os círculos lingüísticos como a primeira diáspora em relação à lingüística saussuriana. Os anos 50 têm, para ele, a aparência de uma reunificação, na qual Saussure parece se confundir com a lingüística, desde o funcionalismo de Martinet ao distribucionalismo de Bloomfield. Essa unidade viria a esfacelar-se nos anos 60, com o aparecimento da gramática gerativo-transformacional e com o surgimento do que ele denomina estruturalismo filosófico, uma nova corrente para a qual a (re)leitura de Saussure tinha como objetivo “destacar a lingüística do funcionalismo sócio-psicologista, apoiando-se notadamente nos trabalhos de Jakobson e Benveniste”. (1998, p. 11). É nessa conjuntura que Pêcheux situa a

pensamento saussuriano acontece de duas formas: através das relações da lingüística com outras ciências, mas também ultrapassa o cenário dos fatos científicos, pois rompe com o desenvolvimento autônomo, retilíneo e cumulativo do conhecimento do objeto língua ou à redução da história da lingüística a posições individualistas ou à oscilação arbitrária de modas intelectuais: “é preciso supor que essa disciplina está, de uma maneira que lhe é própria, exposta de seu próprio interior aos efeitos complexos do processo conjuntural histórico e político que constitui o espaço no qual sua história se produz” (idem, p.14). Desse modo, a questão de seu objeto não pode ser dissociada do embasamento através do qual se constitui e se transforma sua rede de alianças.

Para as disciplinas se instituírem no interior de uma ciência, como no caso da lingüística, por exemplo, é preciso, então, que elas se situem em relação ao campo, apreendendo os processos de formação das diversas áreas, resultado de uma conjuntura histórica que explica as tradições instituídas e as tendências a se formarem. Essas serão as bases para seu gesto inaugural, a exemplo do que aconteceu na ciência que as abriga: a definição de seu objeto frente às diversas formas de apreender o fenômeno complexo que é a linguagem.

### **1.2.1 O ponto de vista e a delimitação do objeto**

O primeiro passo no esforço de elaboração de teorias é a identificação e delimitação do objeto de estudo. A descrição dos fenômenos, infinitamente complexos e variáveis, deve ser, no âmbito de uma determinada ciência, necessariamente finita. De fato, pode afirmar-se mesmo que um dos princípios que caracterizou a lingüística contemporânea como uma disciplina científica consistiu na necessidade de estabelecer uma seleção dos elementos da realidade, definindo seu objeto.

---

emergência da análise de discurso de tipo francês. O início dos anos 80 foi o final do materialismo estrutural à francesa (indicado por ele como esgotamento do efeito Saussure) e do domínio chomskyano. Institui-se, então, “um largo consenso anti-saussuriano e anti-chomskyano, repousando na idéia (simples, porém eficaz!) de que a lingüística formal – e a pesquisa sobre os formalismos sintáticos em particular – é falaciosa, e que é mais do que urgente se ocupar de *outra coisa*”. (idem, p. 13). Para o autor, a disciplina estaria em fase de expansão.

Mas, no caso da lingüística essa é uma tarefa delicada, pois a linguagem é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento de análise. Dessa similaridade decorre a constante busca pelo estatuto de cientificidade que a lingüística sempre reivindicou: a necessidade de o lingüista utilizar o próprio objeto como instrumento de análise poderia fazer com que seu trabalho fosse visto como algo diferente das demais áreas científicas.

Desde a sua inserção no mundo acadêmico como uma área importante do saber, a lingüística procurou projetar-se como uma ciência, com todo o rigor que a palavra carrega. Por isso,

a escolha da lingüística como 'rainha das ciências humanas' no início desse século deveu-se, em grande parte, ao enorme prestígio que a própria palavra 'ciências' adquirira junto às grandes massas de leigos, bem como à insistência por parte dos lingüistas em caracterizar sua área de estudo como uma ciência e assim distingui-la dos esforços de seus antecessores, entre eles filólogos e os gramáticos 'tradicionais'. Ou seja, ironicamente, a lingüística foi eleita como modelo para as demais ciências por adotar – ou melhor dizendo, *imitar* – os métodos das ciências exatas e se distanciar dos procedimentos mais comuns nas humanas. (RAJAGOPALAN, 2003, p.24).

Depois de uma tradição de séculos, nos quais os estudos lingüísticos estiveram atrelados a outras disciplinas, como a filosofia, a filologia ou a psicologia, a delimitação do objeto e, posteriormente, do método foi um movimento importante para a demarcação paradigmática na lingüística. E, como se sabe, extremamente bem sucedida, já que contribuiu também para a legitimação das demais áreas das ciências humanas e sociais, emprestando-lhes autonomia, credibilidade e soberania face às denominadas ciências exatas.

Dascal & Borges Neto (2004) apontam para a importância da reflexão sobre a definição do objeto para a lingüística, afirmando que essa questão “não pode ser deixada de lado por quem quer que deseje tomar consciência das opções subjacentes à prática de investigação lingüística”, pois “não há um objeto natural delimitado anteriormente a qualquer opção ou trabalho teórico” (p.33). Qualquer ciência deve fazer reduções parciais da diversidade, ou seja, recortar o fenômeno observável da maneira

que lhe pareça apropriada, definindo uma certa região da realidade e a tomando como objeto de estudos. Se, como defendia Saussure, “é o ponto de vista que cria o objeto”, diferentes pontos de vista, com variados objetivos, criarão objetos distintos para a investigação. E são esses objetos que irão definir as opções metodológicas, determinando também a estruturação interna das teorias. Assim, a “teoria vai identificar entidades básicas, a partir das quais vai atribuir propriedades aos fenômenos pertencentes ao campo e vai estabelecer relações entre eles, transformando o objeto observacional em objeto teórico” (idem, p.36). Mesmo que o objeto observacional seja, em princípio, o mesmo para todas as teorias, os objetos teóricos serão completamente diferentes; daí a diversidade teórica nas divergências metodológicas dentro de uma mesma disciplina.

Isso é muito claro na lingüística, na qual, diante da complexidade do objeto linguagem, não há como as teorias deixarem de fazer recortes: “qualquer tentativa de estabelecer ‘o objeto da lingüística’ [é] eminentemente normativa, consistindo basicamente na seleção, até certo ponto arbitrária, de domínios privilegiados de objetos observáveis. Assim, para toda definição do objeto da lingüística apresentada, *n* outras definições possíveis seriam excluídas” (BORGES NETO, 2004, p.68).

Por isso, é necessário privilegiar um enfoque, ignorando os demais. Toda seleção implica em deixar algo de fora. Isso vai fazer com que toda abordagem pareça parcial e arbitrária, pois é impossível que se construa um objeto teórico que dê conta de todos os domínios possíveis de um campo complexo como a linguagem. Mas, se há uma diversidade de abordagens possíveis (um pluralismo teórico, como Borges Neto determina), o que fazer diante da pluralidade de teorias? Como avaliá-las? Existiria uma teoria melhor do que as outras? Como escolher entre elas?

Para o autor, a necessidade de se escolher uma determinada teoria em detrimento das outras vai ser sempre baseada em razões subjetivas. Desse modo,

Na história pessoal de cada um, essa questão se resolve das mais diversas maneiras: vou trabalhar com a teoria X porque é a única que conheço suficientemente; vou trabalhar com a teoria Y porque essa é a teoria que me permite obter financiamentos; vou trabalhar com a teoria Z porque é com essa teoria que o pessoal da universidade em que começo a lecionar trabalha; vou trabalhar com a teoria W porque essa é a teoria predileta do meu orientador; vou trabalhar com a teoria R porque é a teoria que mais me satisfaz ideologicamente... Eu poderia ficar dias falando de razões como essa para a escolha de teorias. Mas certamente, eu não poderia apresentar uma única razão racional, objetiva, universal, que permitisse a escolha. (idem, ibidem)

Borges Neto defende a introdução da dimensão subjetiva em um modo fazer ciência, na qual as teorias científicas são pensadas não como um modo de descrever uma realidade que existe além e independentemente dela - um modo objetivo, racional, que entende a ciência livre de uma visão particular de mundo. Quando se compreende a ciência como uma atividade humana de reconstrução da realidade, as teorias científicas são consideradas modos particulares, ideológicos de ver a realidade. Ou seja, a linguagem humana não existe aprioristicamente. É preciso um lugar para olhar para ela, assumir uma determinada perspectiva. Desse modo, o objeto não vai ser o mesmo para todas as abordagens e “as várias alternativas teóricas são mais do que meras opiniões, são ‘diálogos’ particulares com um mesmo interlocutor – a realidade objetiva” (idem, p.81).

É nesse quadro que surge a noção de incomensurabilidade<sup>7</sup>, ligada ao trabalho de T. Kuhn (1979) sobre as revoluções científicas, em que se questiona a objetividade e a racionalidade das comparações entre teorias e a possibilidade de traduções entre elas, isto é, de os mesmos termos passarem de uma a outra na explicação de fenômenos que, por vezes, seriam iguais. Isso não é possível porque cada teoria carrega a concepção da realidade que a sua comunidade científica focaliza, Portanto, as teorias nunca são neutras.

---

<sup>7</sup> O princípio da incomensurabilidade evidencia que as teorias que se sucedem são incomensuráveis, incomunicáveis entre si, intraduzíveis uma na outra, podendo até mesmo se contradizerem.



Colocando-se contra a suposição de K. Popper de que a escolha das teorias pode ser resolvida por técnicas semanticamente neutras<sup>8</sup>, Kuhn defende que as mudanças de paradigmas fazem com que os cientistas representem de forma totalmente diferente os fenômenos da realidade observada. Para ele, o problema da escolha da teoria somente pode ser resolvido da seguinte forma:

Tome-se um grupo de pessoas mais capazes com a motivação mais apropriada; adestrem-se essas pessoas em alguma ciência e nas especialidades pertinentes à escolha em perspectiva; incuta-se-lhes os sistemas de valores e a ideologia vigentes em sua disciplina (e numa grande extensão em outros campos científicos também); e, finalmente, *permita-se-lhes fazerem a escolha* (idem, p.293). [grifo do autor].

O princípio da incomensurabilidade não parece ser de fácil aceitação no campo científico. A noção de revoluções científicas legou à ciência a idéia de que, se um determinado paradigma deixa de produzir as respostas necessárias para a explicação dos fenômenos, torna-se necessário um novo modo de apreender a realidade. Desse modo, o aparecimento do novo estaria ligado à crise, à falha do “velho”. Isso fez com que o estabelecimento de outras correntes em uma determinada área do saber fosse entendido como a busca por um modo melhor, mais completo, mais adequado de pesquisa. Da mesma forma, as teorias, contrariamente à idéia de Kuhn, acabaram sendo comparadas, seus termos avaliados como mais corretos ou mais eficientes, mais adequados.

Na lingüística, essa questão foi particularmente problemática porque, após um período no qual se pôde pensar na mudança de paradigmas como um modo de se compreender as divisões da área, ou seja, uma teoria substituindo a outra, diversas orientações se estabeleceram, quase ao mesmo tempo, não mais como uma tentativa de substituição, mas simplesmente como a busca por questões que haviam sido deixadas de lado em escolas anteriores. E, muitas vezes, acabaram dando conta os mesmos fenômenos, sob perspectivas diversas, o que levou a nomenclaturas

---

<sup>8</sup> Segundo essa idéia, as conseqüências observacionais de teorias são expostas pela primeira vez num vocabulário básico partilhado, ainda que não completo nem permanente, e seriam os critérios de verdade e falsidade, a partir de alguma medida comparativa, que forneceriam a base para a escolha entre elas (Kuhn, 1979).

diferentes. Em muitos casos, porém, domínios foram avaliados e “condenados” por não considerarem problemas que não estavam postos como um objetivo a ser tratado. As várias teorias que passaram a fazer parte da ciência da linguagem marcaram seu espaço uma em relações as outras em divisões teóricas e institucionais bem mais complexas do que a noção de paradigma poderia prever.

### **1.2.2 As teorias lingüísticas**

Para Rajagopalan (2003), as teorias refletem os anseios do momento histórico em que os pesquisadores as propõem e defendem. Mesmo naquelas que se pretendem isentas e neutras, podem ser encontradas propostas de cunho político-ideológico. O que leva o autor a questionar: “quais os motivos e programas secretos que estão por trás de certas teorias e que as ajudam a ganhar destaque e aceitação quase que instantâneos entre os membros da comunidade acadêmica e mesmo fora dela?” (p.18).

Como uma área de saber e de estudos, a lingüística é algo criado pelo homem e, como tal, responde aos anseios colocados a ele por uma determinada época. Assim,

A constituição da lingüística enquanto área de estudo não está à mercê da natureza do objeto que ela estuda, a saber a linguagem humana. Enquanto área de estudo, a lingüística é, sempre foi e sempre será uma atividade humana na qual participam indivíduos com laços sociais, seus direitos e suas obrigações, e sobretudo seus anseios e interesses, que variam de acordo com o momento histórico em que se encontram (idem, p.44).

Formular teorias faz parte de uma prática social. São pessoas que fazem parte de comunidades específicas, como as acadêmicas, que as elaboram atendendo a certos interesses. Nesse sentido, a “confecção” de teorias é uma atividade que se processa sob determinadas condições sociológicas muito precisas, refletindo os anseios e as inquietações que movem aqueles que estão por trás daquelas reflexões teóricas. É no campo da sociologia do conhecimento que se indaga a respeito das condições éticas, ideológicas e políticas que subjazem a determinadas posturas teóricas. Esse é o domínio no qual se quer se saber em que condições o novo saber se produz e se

reproduz – quais recortes efetua e, ao fazer isso, quais exclusões ele legitima. Desse modo,

estamos lidando não com a questão de como o saber caminha rumo à verdade das coisas, não obstante os percalços freqüentes, e sim com a questão de como os pesquisadores que compõem determinada comunidade científica organizam sua própria conduta, disciplinando seus membros, impondo limites a sua liberdade de ação e de pensamento, enfim, decidindo de antemão quais as perguntas procedentes que podem ser levantadas. (idem, p.47).

Quem observa a história das teorias lingüísticas, ou como usualmente são chamados hoje, dos paradigmas lingüísticos, sabe que elas variam de um momento histórico para o outro. Uma disciplina somente “emerge” e se mantém na medida em que consegue responder, inicialmente, às novas realidades que surgem no mundo em que vivemos e pelo interesse que ela evidencia em atender aos anseios e preocupações de cada época.

Segundo Dascal (1978, p.17),

É prática corrente, no ensino de lingüística, apresentar-se ao estudante uma imagem mais ou menos monolítica e homogênea da ciência à qual é iniciado. Limita-se o ensino aos textos mais recentes da teoria considerada ‘correta’ pelos organizadores do currículo. As teorias rivais são simplesmente ignoradas ou então relegadas a um plano totalmente secundário, sendo interpretadas como ‘desvios’ sem importância da doutrina ‘correta’. Além disso, raramente considera-se necessário apresentar esta doutrina dentro de uma perspectiva histórica. Nos raros casos em que isso é feito, os autores do passado são apresentados como meros ‘precursores’ da teoria presente favorecida.

O autor salienta que essa não é uma prerrogativa da lingüística – nas demais ciências, especialmente naquelas que acreditam já terem atingido a sua maturidade, essa é uma prática corrente. O interesse estaria em iniciar os novos aprendizes nos problemas, métodos e técnicas mais avançados para que eles possam produzir mais conhecimento, dando continuidade à produção científica da área. Esse tipo de processo é entendido no sentido de acumulação de conhecimentos, numa compreensão de ciência essencialmente linear.

Partindo dos postulados de Kuhn, Dascal (op. cit.) observa que os avanços científicos se dão a partir das revoluções, isto é, de uma sucessão de discontinuidades que rompem com os métodos, teorias e critérios de solução de problemas comumente aceitos<sup>9</sup>. Como para o avanço da ciência é fundamental que se preservem alguns “interstícios” nos quais possam germinar novas idéias, é preciso até que se estimule o surgimento de pelo menos algumas “dissidências”. E “um meio natural de se garantir isso parece ser o ensino, paralelamente ao da prática dominante aceita, de abordagens que dela divergem no presente ou que dela divergiram no passado” (p.18).

Para o autor, a investigação científica da linguagem humana sofreu um grande número de transformações, tanto nos métodos de observação e na análise de dados quanto na delimitação de seu objeto. Essas transformações não cessaram – ainda hoje teorias diferentes continuam disputando a primazia dentro da lingüística. E é justamente a evolução constante dessa disciplina que a torna, segundo Dascal (op. cit.), um campo privilegiado para o estudo das mudanças do pensamento científico. Isso indicaria, então, que ocorreram na lingüística várias revoluções científicas durante um período relativamente curto<sup>10</sup>.

Na história da lingüística, há episódios que poderiam servir de ilustração para as teses de Kuhn. Dentro do seu período de maturidade científica, a lingüística histórica e comparativa, provavelmente, pode ser considerada o primeiro paradigma. A partir de

---

<sup>9</sup> Para Kuhn (2003), o conhecimento científico não cresce de modo cumulativo e contínuo, mas por saltos qualitativos. Na evolução de qualquer ciência pode distinguir-se períodos relativamente longos de estabilidade – chamados de ciência normal - separados por períodos breves de instabilidade, crise e mudança – ciência revolucionária. No período normal, as atividades dos cientistas são regidas por um paradigma – conjunto de regras implícitas (princípios, teorias, conceitos básicos, metodologias) que regulam aspectos da atividade científica na busca pela solução de problemas, que se acumulam progressivamente. Os cientistas normais, que se unem em torno do mesmo paradigma, constituem-se em comunidades, partilhando instrumento e métodos de análise de acordo com o paradigma teórico escolhido. Tais comunidades científicas determinam as normas que devem ser seguidas por todos aqueles que desejarem a elas pertencer. Quando os resultados encontrados são contrários aos do paradigma, instaura-se um período de crise que pode ter duas soluções: transferir a anomalia para o trabalho do cientista – ele teria errado ao aplicar o paradigma – intensificando-se a investigação até que se obtêm novos resultados por meio de pequenos ajustes na teoria, harmonizando-a novamente com os dados encontrados; ou então, a anomalia pode persistir, colocando o paradigma em crise – começa então um período de ciência extraordinária, que pode culminar com uma revolução, na qual o paradigma anterior é substituído por um novo paradigma. Terminada a revolução, tem-se um novo período de ciência normal, em que o novo paradigma começa a ser articulado.

<sup>10</sup> Dascal se refere a meados do século XIX, período em que, para ele, a lingüística se auto-define como ciência, ainda que outros autores tentem localizar os antecedentes de teorias lingüísticas contemporâneas em épocas muito mais remotas.

Saussure (e do *Curso de Lingüística Geral*, principalmente) se daria a primeira ruptura – o estruturalismo, cujo domínio perdura até fins da década de 70. Com Chomsky, iniciaria-se um novo paradigma, o gerativo-transformacional.

Com essa primeira divisão, alguns problemas se colocam. O primeiro é discutido pelo próprio Dascal: como “determinar se efetivamente a mudança que ocorreu na lingüística por volta de 1957 pode ser caracterizada – como se faz freqüentemente – como uma revolução científica no sentido de Kuhn”? Depois de analisar a natureza da oposição entre os dois paradigmas e a transição de um para outro<sup>11</sup>, o autor conclui que, embora com muitos elementos comuns, “as diferenças são suficientemente profundas para que se possa falar de um ‘revolução chomskyana’” (p.29).

O segundo também é parcialmente abordado por Dascal. Diz respeito ao fato que “à revolução chomskyana, segundo o modelo de Kuhn, deveria seguir-se um período estável de ‘ciência normal’ sob a égide do novo paradigma. Entretanto, longe de viver hoje uma era de estabilidade e normalidade, a lingüística continua a ser convulsionada por controvérsias e debates violentos” (p. 30). No próprio paradigma chomskyano, que passou por várias modificações, não houve consenso, pois outros modos de se pensar a sintaxe apareceram, mas esse paradigma se mantém até os dias de hoje, mesmo com a revisão de muitos conceitos e a introdução de novas teorias, complementares à teoria geral. O que, então, formaria as modificações – meros ajustes na teoria ou haveria pequenas e grandes revoluções? São problemas que, para Dascal, se devem à imprecisão terminológica de Kuhn, principalmente em relação aos termos paradigma e revolução científica.

Em outra direção, pode-se indagar quão dominante teria sido o paradigma gerativista se, nos anos entre a publicação de *Syntactic Structures* (1957) e de *Aspects of the theory of syntax* (1965), Jakobson publica *Shifters, Verbal Categories, and the*

---

<sup>11</sup> Como as considerações do autor são extensas e não são particularmente importantes para este trabalho, remete-se ao seu texto (cf. referências bibliográficas) para que se verifiquem os pontos trabalhados. Por ora, interessa apenas a conclusão de Dascal sobre a possibilidade de aplicação da noção de paradigmas às teorias estrutural e gerativa.

*Russian Verb* (1957) e Benveniste, *De la subjectivité dans le langage*<sup>12</sup> (1958), textos precursores das lingüísticas da enunciação e do discurso, que se estabeleceriam a partir dos anos 70. Do mesmo modo, em 1964, em um congresso na Universidade da Califórnia, a sociolingüística surge como uma nova área da lingüística e D. Haymes edita *Language in culture and society*, coletânea dos principais artigos que marcaram a abordagem social e etnológica da linguagem, cujo “objetivo explícito é mostrar que o paradigma gerativo em fase de constituição deixa de lado numerosos fenômenos essenciais” (Auroux, 1998, p. 441). E, no mesmo ano, H. Weinrich publica *Tempus: besprochene und erzählte Welt*, uma das primeiras obras na busca por uma gramática textual. Embora não muitos, esses são exemplos significativos do que ocorria no estudo científico da área, à época.

No entanto, em relação ao paradigma gerativo, Camacho (1994, p.29), a partir do que defende Percival, sistematiza que

Ao menos na década de 60, essa teoria passou a ser o paradigma predominante e sua emergência recente conforma-se plenamente com o padrão de evolução da ciência, nos termos kuhnianos. É uma conquista de um único indivíduo que atraiu um número consideravelmente grande de seguidores, que deixaram o paradigma pós-bloomfieldiano, nos Estados Unidos, e o pós-saussuriano, na Europa. Os conflitos surgidos são indícios de que as posições eram de fato incompatíveis. Assim, a gramática gerativa parece ter os atributos que permitem caracterizá-la como um autêntico paradigma [ainda que apresente problemas em] sua dimensão social, já que não obteve consenso uniforme dos profissionais da área: por um lado, muitos continuam a investigar o campo teórico e metodológico de outras tendências, por outro, os próprios seguidores do paradigma chomskyano dividiram-se em escolas concorrentes.

A lingüística moderna parece ter encontrado sua maturidade científica na sucessão desses três paradigmas – e, mais particularmente, através dos dois últimos, inaugurando, efetivamente, uma tradição que respondeu à questão necessária da definição do objeto. Desse modo, embora por caminhos diferentes, ambos conduziram ao mesmo ponto – a definição do paradigma formalista dos estudos da linguagem. A língua (ou a competência) inicia uma tradição que não mais vai ser rompida pela idéia

---

<sup>12</sup> Benveniste já havia publicado, em 1946, *Estrutura das relações de pessoa no verbo* e, em 1956, *A natureza dos pronomes*, textos precursores do que se desenvolve em 1958.

contida nas revoluções científicas de Kuhn. A emergência de várias teorias distintas nos anos 70 vai mostrar um novo perfil da lingüística – em vez de substituição, diversos campos vão coexistir, trazendo uma nova série de problemas para a evolução do conhecimento na área.

### **1.3 A constituição da lingüística como campo do saber**

O campo da lingüística, embora tenha se fragmentado, a partir dos anos 60 em diversas teorias, como objetivos, objetos e métodos diferentes, tem, em Saussure, ou no *CLG*, o estatuto de cientificidade que lhe permite abrigar as diversas correntes sob o rótulo de estudos da ciência da linguagem. O autor e a obra representam, então, o início da história dessa disciplina, referência a qual todos os demais domínios devem marcar a sua posição, para constituírem-se como áreas específicas.

Para Chiss & Puech (1994), Saussure e o saussurismo representam para os lingüistas um domínio de pesquisas e um domínio de memória. Ambos são tomados como objeto de investigação científica, podendo ser discutidos, avaliados, transmitidos, no campo do ensino. Assim, na configuração do campo enunciativo da lingüística, os enunciados saussurianos continuam a ser admirados, explicitados, comentados e discutidos para definir um corpo de verdade e um domínio de validade para a disciplina, fazendo com que o já dito retorne sob a forma de avaliação, aceitação ou negação.

Em artigo sobre a emergência disciplinar da lingüística estrutural, Chiss e Puech (1995) destacam que, quando se verificam, nos textos fundadores, os modos de emergência tanto do estruturalismo quanto da lingüística geral, apreendem-se três modalidades de ancoragem disciplinar<sup>13</sup>. O primeiro modo de apresentação de si para a disciplina é a filiação empírica (deve-se reivindicar a continuidade de uma tradição a uma escola, corrente literária ou lingüística). Outra questão diz respeito à necessidade

---

<sup>13</sup> A questão da disciplinarização de um campo do saber vai ser tratada mais especificamente no próximo capítulo. Por ora, discutem-se apenas alguns pontos necessários ao entendimento da emergência do estruturalismo como disciplina que permitiu a consolidação da lingüística e de Saussure e do saussurismo como seu ponto de apoio.

de uma divisão, uma demarcação disciplinar no tempo ou sincronicamente (isso permite sua ancoragem em uma família de disciplinas, designando um campo diferencial ou apontando articulações). Finalmente, coloca-se que é preciso uma fundação conceitual ou a figura de um precursor, um fundador que legitima uma refundação por reapropriação ou reação. É na ordem da legitimação que está situada uma disciplina, podendo definir seu objeto e projetar seu horizonte disciplinar (idem, p.106).

O modo de apresentação de uma disciplina pode compreender formas diversas, como expor as circunstâncias de nascimento, de crescimento e dos acontecimentos que permitem o seu desenvolvimento. Por isso, torna-se necessário escolher um ponto de vista para compreender essa história. Mas, freqüentemente, o modo como isso é feito homogeneiza os diferentes aspectos da disciplina, não deixando espaço para legitimar novidades. O novo não pode entrar sobre o título de fundação, mas de refundação, sem prejudicar a continuidade da qual ele procede. A lingüística estaria, então, sempre colocada em referência a uma tradição, uma institucionalização necessária para fundamentar seu campo científico.

É nesse sentido que a figura do predecessor se confunde com a do precursor/fundador. Isso acontece para que a apreensão da lingüística se dê de forma unificada e homogênea, a par da variedade de seus domínios, divisões e interesses. Uma representação que apresenta vantagens como uma repartição harmoniosa dos domínios das disciplinas em uma divisão histórica e geográfica; manter a especificidade do objeto mesmo em sua diferenciação; e, finalmente, um quadro geral garante a integração máxima da disciplina.

Mas, não é somente a partir da referência a Saussure como lugar de origem e principio de fechamento da regressão no tempo e da dispersão no espaço que fundamenta essa consciência disciplinar. Na verdade, entendem Chiss e Puech, esta só foi possível depois que a referência a Saussure como constituinte foi adquirida com o estruturalismo, ou seja, a consciência disciplinar da lingüística se dá de maneira retrospectiva, como um lugar de memória, longe do valor científico das proposições



contidas no *CLG*. Assim, “si aujourd’hui le *Cours* de Saussure fournit une référence rétrospective qui semble évidente, c’est sans doute par l’effet nécessaire d’une mémoire disciplinaire qui n’est pas encore en place dans les années 20” (idem, p.113).

Por isso, para os autores (1994), não interessaria ir à fonte, buscando a aparição de um nome, um emblema, um tema, uma obra e sua recepção primeira, mas o seu destino cultural. O que importa não é marcar o momento em que um campo de saber se institui, qual acontecimento vai permitir a transmissão desses saberes, e sim entender como ele se transforma em referência específica a um campo.

Saussure representa para a lingüística a passagem de uma recepção para uma herança acompanhada de lacunas, relocalizações, ultrapassagens. Por isso, as leituras do "acontecimento discursivo" que foi a edição do *C.L.G.* contribuíram para elaborar a memória e o horizonte disciplinar das ciências da linguagem, segundo os autores.

Essa elaboração aconteceu e acontece no campo da transmissão pedagógica, de transferência de conhecimentos, no domínio das idéias gerais. O ensino da lingüística e os trabalhos nessa área estão ainda sob dois aspectos: de um lado citam o conceitualismo saussuriano, apontando o lugar fundador do "pai"; de outro, criticam a ortodoxia saussuriana, mostrando o "pai", como aquele que poderia interditar algum desenvolvimento da lingüística, e escrevem a sua própria história dessa ciência. Chiss & Puech (idem) sustentam que essas heranças se agarram ao pai na forma contraditória de homenagem ou decepção: como uma memória viva, correspondem a perseguir uma tarefa ou imitar os passos; como memória morta, apontam lacunas e imperfeições. Produzem-se, portanto, um efeito de memória (que não se confunde com efeito de consenso) e um efeito de reconhecimento que delimita um campo de debates mais homogêneo do que parece, mas não unânimo como se poderia esperar: “ce double mouvement discursif par lequel la discipline se représente et, du même coup, pensons-nous, se constitue comme telle dans un effort de la mémoire dont l’ambivalence n’est pas un accident mais une dimension constitutive” (idem, p. 49).

A figura de Saussure tem a função de garantir a unidade da lingüística ao fazer com que se siga uma filiação. Por ser contraditória, essa função não pode representar um ato em si mesma pois, nesse caso, não haveria a unidade necessária. Ela acontece simbolicamente, de maneira operatória, uma vez que a lingüística precisa ser legitimada por uma referência comum.

### 1.3.1 A dicotomia língua/fala

Segundo Ducrot (2001), se uma pesquisa empírica somente se torna ciência quando “constrói” seu objeto, Saussure foi um dos primeiros autores a distinguir o campo de investigações da lingüística, ou seja, sua matéria – que compreende o conjunto dos fenômenos ligados à utilização da linguagem - e seu objeto - setor ou aspecto desses fenômenos que interessaria ao lingüista. A este, Saussure denominou língua, àquele, fala. A oposição língua/fala é, então, o princípio que determina um objeto para a lingüística, tirado da matéria que é a linguagem como um todo. É o início de uma ciência lingüística autônoma, como aponta Lahud (1979), conquistada, entre outras coisas, graças a essa distinção.

No *Curso de Lingüística Geral*, marco inaugural de uma lingüística científica, observa-se que o autor, partindo de um conceito mais amplo – o de *linguagem* – busca definir o objeto da lingüística. Para Saussure (1980, p.16), “a linguagem apresenta um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro (...), implicando ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução”. Esse conjunto heteróclito de formas é o que impossibilita à lingüística abordá-lo integralmente, uma vez que esta, para se estabelecer como ciência, deve procurar, na homogeneidade dos fenômenos que estuda, a regularidade de seu objeto. Por isso, “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (p. 16).

Saussure definiu como objeto de estudo para a lingüística a *língua*, ao estabelecer a dicotomia língua/fala. Elegeu a primeira por seu caráter homogêneo, concreto, social,

definindo-a como um conjunto sistemático de signos e oposta a segunda, que é individual, ficando, por isso, de fora dos estudos lingüísticos. Nas palavras do autor: “com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual: 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental” (idem, p.22). Delimita-se, portanto, um objeto científico – separando-se o que geral e social do individual - e um objeto especificamente lingüístico – separando-se o essencial do acessório. As variantes individuais são relegadas à fala, pois não podem ser tratadas sistemática e objetivamente. O que interessa é a relação interna dos signos do sistema lingüístico, sendo que não se coloca qualquer ligação entre esse sistema com o exterior ou com o sujeito, pois isso seria do domínio da fala.

Esse duplo movimento torna evidente que as exclusões constitutivas do objeto centram-se no sujeito falante, pois é na fala que está a consideração do falante que utiliza o código da língua. Assim, “a exclusão de toda atividade do sujeito falante da esfera coletiva do lingüístico e, conseqüentemente, a necessidade de escrever a língua sem referência alguma ao uso efetivo que dela é feito pelos locutores; tal parece-nos ser o princípio constitutivo fundamental, realizado pela oposição língua-fala da ciência saussuriana da linguagem”. (LAHUD, op.cit., p. 96).

Desse modo, os fenômenos ligados ao momento da enunciação – remissão ao sujeito e à situação e a dimensão referencial – tornam-se apenas uma conseqüência segunda da utilização da língua, surgindo “ao nível do enunciado como meras incidências da própria realização” (idem, ibidem). A tarefa do lingüista seria neutralizar essas incidências, buscando identificar e classificar as unidades distintivas do sistema língua, bem como suas regras combinatórias: “o objeto dinâmico transforma-se, então, num modelo estático pois busca invariantes, que constituem o sistema, e relega as variantes ao extra-sistêmico, colocando a estabilidade como elemento central da ciência da linguagem” (Fiorin, 2002, p.17). A escolha da língua respondia, naquele momento, às exigências de cientificidade que se colocavam para a constituição de um objeto de ciência: ser delimitável e representável. No entanto, como indica Possenti (2001, p.8),

O limite estabelecido por Saussure para a língua, se, por um lado, representou um posicionamento bastante conforme às exigências mínimas de cientificidade, custou, por outro lado, a exclusão do objeto da lingüística de numerosos fenômenos que parecem ser de crucial importância, principalmente se a língua é entendida como meio de comunicação, porque é empiricamente evidente que os falantes não se comunicam por signos.

Nessa mesma direção, está a seguinte consideração de Fiorin (op. cit., p. 17):

A estabilização do objeto produziu resultados consideráveis para a ciência da linguagem, pois permitiu entender os princípios que regem o sistema. No entanto, os modelos estáticos sobreorganizam o objeto e, por conseguinte, mascaram uma propriedade essencial da linguagem, seu dinamismo interno, pois eliminam de seu campo de estudo tudo o que seria do domínio da inconstância, da indecisão, da concorrência.

A decisão teórica pelo objeto língua era, no *Curso*, uma necessidade, mas representou uma redução no tratamento da linguagem, ao excluir os fenômenos referentes à fala. A escolha pela regularidade mais visível do sistema língua inaugura o que vai se tornar o tratamento imanente do objeto, ou seja, aquilo que nele existe, é-lhe interior, sem interferência de uma ação exterior.

A delimitação de um campo, entretanto, coloca, de imediato, dois problemas ao imanentismo. O primeiro diz respeito ao fato que, quando se fecham limites, também se revela uma exterioridade, deixando explícito aquilo que é recusado no interior. Isso abre a possibilidade de que se procure olhar mais atentamente os termos excluídos que, de fora do campo, tratados por outras disciplinas sem ainda o mesmo *status* de ciência, continuaram a esperar sua positividade, para a inclusão no objeto. Vão se ampliando as inconveniências que a lingüística não queria, mas já não podia evitar.

O segundo está contido no interior mesmo da delimitação e é consequência desse primeiro: definida uma área, muitos pesquisadores a ela se dedicam – o caso do sistema, depois estrutura, vai dar origem a uma disciplina que, embora tenha alcançado um sucesso sem precedentes na história das ciências humanas, estendendo até mesmo fora dos domínios da lingüística, acaba por ter seu método considerado excessivamente redutor e simplista, apesar dos notáveis avanços em diferentes

campos teóricos. Foi assim que o trabalho com o já instituído e formalizado acabou fazendo com que as suas limitações fossem ficando cada vez mais evidentes, as “inconveniências” mostrando a existência sistemática na língua daquilo que a lingüística tentava deixar de fora de seu objeto.

Fiorin (idem) resume as limitações da proposta saussuriana, e de um determinado tipo de lingüística estrutural, nos seguintes termos:

- a) não ter um modelo de atualização (de conversão da *langue* em *parole*);
- b) não perceber que existem leis de organização do discurso, ao afirmar que a *parole* é o reino da liberdade e da criação;
- c) excluir da Lingüística os componentes da comunicação que não o código.

Com o advento dessas exclusões, criava-se o espaço necessário para a sua reintrodução. São as próprias exclusões do sujeito falante, do contexto, da situação que instauram, segundo Lahud (op. cit, p.97) “a possibilidade de uma semântica propriamente lingüística”. Estava aberto o caminho que levaria à busca pelas regularidades da fala, pela transformação da língua em discurso, pelo tratamento do sentido, considerando o sujeito e o contexto; enfim, pela consideração do uso da linguagem. A lingüística, ao se fechar para se tornar científica, nesse mesmo movimento, instaurou a possibilidade do retorno – e a primeira via foi a enunciação.

Teixeira (2000, p.66) aponta que, quando se aborda o campo enunciativo, “ultrapassando-se o formalismo que encerra a língua nela mesma”, o que ficou de fora retorna à língua, “pois dela faz parte”. Ela cita Jakobson e Benveniste como exemplos de autores que, mesmo fazendo parte do movimento estruturalista, buscaram mostrar que a análise do funcionamento interno da língua encontra, como seu complemento inevitável, o exterior que a lingüística descartou, mas que a integra.

### **1.3.2 Entre a unidade e a diversidade: a pluralidade**

Segundo Maingueneau (1990), quem está no exterior do campo, coloca a lingüística como uma disciplina homogênea; já quem se define como lingüista sente uma grande dificuldade em controlar a unidade da sua própria área. pois ela lhe parece díspar. Tal acontece porque o campo lingüístico é radicalmente heterogêneo, organizado a partir de uma falha original entre língua e discurso.

Uma distinção usual, opondo uma definição epistemológica e uma institucional da lingüística, daria conta de uma lingüística de pleno direito, da língua saussuriana, a qual, por motivos institucionais, ligar-se-ia um certo número de disciplinas julgadas periféricas, aquelas da fala ou performance, hoje do discurso. Essa distinção, no entanto, de acordo com o autor, não permite compreender os conflitos que atravessam esse campo.

Para Maingueneau, o problema diz respeito ao surgimento de uma linha de clivagem quando se trata de dizer qual é o objeto da lingüística e quem tem o direito de reclamá-lo. Surge, então, uma separação entre a língua e o que se coloca no domínio do discurso, que não é transitória, mas que passa mesmo pelo interior da lingüística com a linguagem. Se é preciso administrar conceitualmente o problema posto por um objeto que parece se clivar quando se quer apreendê-lo, nem por isso se pode considerar a existência de dois objetos distintos e complementares, passíveis de duas disciplinas com fronteiras assinaláveis. Ou seja, não se pode falar de um interior e de um exterior da língua. A linguagem não é objeto de duas lingüísticas colocadas lado a lado, cada uma dando conta de uma parte dos fenômenos languageiros: é a própria lingüística que se desdobra para analisar os 'mesmos' fenômenos. Não duas regiões complementares, mas duas línguas que se misturam e se repelem.

Embora poucos lingüistas da língua contestem a idéia de haver duas tendências, duas regiões no interior do campo lingüístico, muitos vêm, no estudo do discurso, uma espécie de retorno do recalcado, uma presença obstinada, às margens do sistema, de

uma nebulosa de disciplinas que não aceitam sacrifícios em prol de elevar a lingüística ao regime de cientificidade.

Distinguindo no campo lingüístico um plano gramatical e um plano hipergramatical, Maingueneau (idem, p.132) designa primeiro como abordagem A e o segundo, abordagem A'. Desse modo,

Alors que les disciplines relevant de l'approche A se distinguent em fonction de deux critères, les divisions de l'objet (syntaxe, phonétique...) et leur cadre axiomatique (les différentes 'théories' de la grammaire), les disciplines qui se partagent l'approche A' sont d'une extrême instabilité. On ne peut parler pour ces dernières de divisions de l'objet puisque chacune, en réalité, découpe son propre territoire: leurs démarches, qui se recoupent sans cesse mais ne s'opposent pas sur le même terrain, ne sont jamais prises dans une véritable concurrence. Des disciplines apparemment très voisines peuvent avoir des presupposés théoriques, des méthodes, des objets très différents. Tout dépend des intérêts profonds qui les animent, des champs sur lesquels s'inscrivent.

O domínio de investigação da abordagem A é mais limitado, pois o espaço gramatical já foi exaustivamente estudado. O trabalho do pesquisador é menos introduzir novos problemas ou dados e mais construir outros modos de resolução no quadro do mesmo modelo ou propondo um novo. Já na abordagem A', o domínio de investigação é virtualmente ilimitado, nem tanto pelos problemas encontrados nos modelos, mas por motivos de ordem ideológica e pela conjuntura das ciências humanas – a escolha do objeto, os métodos e os conceitos se encontram em uma complexidade social e intelectualmente instável. Em decorrência disso, novas disciplinas podem surgir em função do corpus estudado e outras podem desaparecer quando cessar o interesse.

As múltiplas disciplinas da abordagem A' mantêm uma relação mimética com o seu objeto. Do mesmo modo em que se fragmentam em função das situações de enunciação, elas especificam seus momentos, seus lugares e seus sujeitos de enunciação (por exemplo, a análise de discurso de linha francesa – M Pêcheux - da UNICAMP, empreendida por E. Orlandi ou a semiótica narrativa e discursiva – A. J. Greimas - de J. L. Fiorin na USP). A variedade do uso da linguagem implica uma diversificação contextual de disciplinas que a tomam por sua responsabilidade. Por

esse seu posicionamento histórico e social, elas mesmas são situadas no espaço das ciências humanas.

O conflito entre as duas abordagens em que se divide o campo lingüístico apresenta ainda um aspecto muito diferente quando se trata de atitudes minimalistas ou maximalistas. A abordagem A', minimalista, mantém uma relação de complementaridade com a abordagem A: ela reconhece seu estatuto periférico e espera ter reconhecido seu direito de tratar um conjunto de fenômenos languageiros que não são considerados pela abordagem A. Seria, então, para Maingueneau, um campo que se satisfaria com o seu papel *de lingüística da fala*. A maximalista, ao contrário, prende-se a todas as formas de oposição entre língua e discurso e visa a subverter o campo, desfazendo a oposição entre as abordagens A e A', considerada uma hierarquia indevida entre um centro e uma periferia.

O problema estaria, então, aqui, pois, por trás da consideração da divisão do campo lingüístico, haveria um conflito sobre a sua autonomia. Os maximalistas da abordagem A', ao negar a divisão, colocam a língua sob a dependência de um referencial de outra ordem. Outro problema é que os defensores da abordagem A', quer se trate de minimalistas ou maximalistas, estão em uma situação delicada, pois é a abordagem A que lhes confere autoridade de lingüista e também os marginaliza. Por isso, a condição de lingüista não é fácil: "il doit se résigner à partager la linguistique avec un autre, qui n'est ni un semblable ni un étranger ni même un véritable concurrent." (idem, p. 137).

A representação que os lingüistas da língua tem do campo é aquele de um centro oposto a uma periferia, mesmo que eles não saibam exatamente qual sentido dar a essa metáfora geométrica. Para Maingueneau, ela é efetivamente ambígua, pois pode designar



- a) uma hierarquia sobre um eixo qualitativamente unívoco – nesse caso a periferia apareceria como uma zona atrasada, longe das contribuições do centro difusor, mas com expectativas e a ele se integrar;
- b) um complemento funcional;
- c) uma oposição entre um centro dominante e regiões dominadas, mas com produção específica – aqui, a periferia seria um espaço de criação original, no qual se elaborariam os modelos que viriam, eventualmente, substituir os modelos dominantes.

Segundo o autor, a resposta à questão *qual é o objeto de estudo da lingüística?* dada pela definição *a lingüística é o estudo científico da linguagem humana* pretende dar por encerrado o debate sobre a natureza do objeto, deixando apenas em aberto o problema metodológico para garantir o estatuto de cientificidade. Para Borges Neto (op. cit.), tal postura apresenta problemas que lhe questionam a validade.

O primeiro diz respeito à oposição *ciência vs. não-ciência*, relacionada ao objetivo da lingüística, assumido como o de fazer ciência. Para o autor, “a escolha de um objetivo relativamente à abordagem de um objeto determina, na verdade, uma visão, um modo de construir esse objeto. Ao escolher o objetivo fazer ciência, a lingüística propõe de fato um modo de construir ou conceber seu objeto, a linguagem” (p. 32).

O segundo ponto a ser discutido centra-se na questão do lugar da abordagem, na oposição *núcleo vs. periferia*. A lingüística, ao se erigir como a *ciência da linguagem*, assume um lugar central em relação às demais abordagens, como a antropologia, a psicologia, a sociologia entre outras, tornadas então parciais ou periféricas. Para o autor, “essa diferenciação do estudo (científico) da linguagem em um núcleo e uma periferia contém, implicitamente, uma definição do *objeto* de estudo” (idem), que não pode ser deixada de fora do debate.

Finalmente, Borges Neto considera que tanto a concepção do empreendimento científico em geral quanto da concepção de método e objeto em uma ciência particular estão em constante evolução histórica. Assim, quer se conceba tal evolução como

linear e cumulativa, quer como uma sucessão de revoluções científicas (como proposto por Thomas Kuhn), é claro que não se pode tomar por fixo o conceito de ciência, tampouco a caracterização do objeto de cada ciência. Por conseguinte, também as oposições ciências vs. não-ciência e núcleo vs. periferia em cada área variam historicamente. (p. 33).

Uma disciplina, “ao nascer” reivindica uma identidade própria, processo no qual seus defensores têm a tarefa de apontar razões que justifiquem a necessidade de um novo campo, diferente dos demais que o circundam. Trata-se, em um primeiro momento, de uma reivindicação de autonomia, que somente ocorre com “um grito de independência e separação definitiva do campo de estudos que abrigava até então” (Rajagopalan, op. cit. p. 72). Em um segundo momento, depois de estabelecida no cenário acadêmico como uma disciplina independente das demais, começa-se a demarcar suas linhas fronteiriças, num movimento em que há a necessidade de manter a sua integridade tanto repelindo ataques de fora da área como os oriundos do lado de dentro. Isto é, é preciso “cercear os trabalhos que são desenvolvidos dentro dos seus limites, estabelecendo para tal fim um conjunto de critérios que serão utilizados para decidir se uma determinada proposta, digamos de cunho teórico, cabe ou não dentro dos limites estabelecidos para o campo” (p. 73).

Quando se descreve dessa forma o surgimento das diversas disciplinas dentro de um determinado campo do saber científico, não se pode mais defender a concepção de Kuhn de paradigmas que se sucedem, um novo substituindo o antigo. Ao contrário, aqui a idéia é que diversas teorias convivem em um mesmo terreno. A partir disso, pode entender-se melhor o desenvolvimento da lingüística no período pós-chomskyano, no qual uma variedade de disciplinas surgiu. Ou melhor, uma proliferação<sup>14</sup> de teorias, nos termos de Feyerabend<sup>15</sup> (1979, 1989).

---

<sup>14</sup> O princípio de proliferação, ou seja, multiplicar e utilizar muitos pontos de vista, teorias e metodologias diferentes na produção de conhecimento tem uma abrangência maior na obra de Feyerabend que simplesmente a proliferação de teorias dentro de um fazer científico, uma vez que questiona o próprio conhecimento científico como o único válido. Por isso mesmo, tem uma dupla dimensão: proliferação no método – dirigida aos cientistas - e proliferação dos saberes – possibilidade de eleição de uma tradição em uma sociedade – dirigida aos cidadãos de uma sociedade livre (Facuse, 2003). Por esse motivo, o autor foi duramente criticado por muitos. No entanto, não parece que o anarquismo epistemológico proponha o fim da ciência, ao defender que qualquer tipo de abordagem é válida,

Essa noção surge, na teoria do autor, em oposição à representação da ciência como sistema único, pois o conhecimento científico deve se constituir a partir da multiplicidade de métodos, de experiências e com a concorrência de fatores culturais, históricos e subjetivos. Já que muitas das propriedades formais mais importantes das teorias são descobertas por contraste e não por análise, um cientista tem que introduzir outros pontos de vista, ou seja, comparar suas idéias com outras, e não ter como referência somente a experiência. Isso significa adotar uma metodologia pluralista, na qual ele vai incorporar, em vez de excluir, outros pontos de vista que não seriam considerados em uma “competição”.

Feyerabend aponta que os argumentos em favor da proliferação de teorias dizem respeito ao fato de que (1) a comparação entre teorias não pode efetuar-se a partir dos termos verdade e falsidade e (2) toda teoria possui seus próprios métodos, que não podem ser submetidos à avaliação a partir de outras teorias. Assim, cada campo tem seus próprios critérios internos de validação e eles são definidos pela especificidade de cada processo e de cada investigador. Por essa razão, não é possível falar de uma teoria da ciência, já que a ciência é um processo que irá se redefinindo permanentemente na prática social. A ciência será entendida, pois, como multiplicidade, relacionando uma perspectiva pluralista<sup>16</sup> em torno do método.

---

dada a complexidade do mundo a compreender, mas sim que signifique aceitar uma ciência aberta a outros métodos que não os tradicionalmente validados pela comunidade científica. É nesse sentido também que o princípio do *Tudo Vale* foi rejeitado. Porém, como o autor acredita, “uma ciência que se pautar pelo bem ordenado só alcançará resultados se admitir, ocasionalmente, procedimentos anárquicos” (1989, p.34).

<sup>15</sup> Considerando-se a complexidade da obra do autor, a exposição a ser feita aqui toca apenas nos (poucos) pontos necessários para sustentar a idéia de que a lingüística se configura atualmente não somente a partir de uma proliferação de teorias, evidenciadas na multiplicidade de tendências ou escolas, mas também através de correntes “híbridas” que recorrem a diferentes teorias e métodos para delinear sua disciplina. Tais considerações serão necessárias para a análise dos manuais, no terceiro capítulo.

<sup>16</sup> Feyerabend (1989) defende que o único princípio válido para a busca de conhecimento é a regra do *Tudo Vale*, pela qual todos os caminhos são possíveis de ser seguidos pelo cientista na busca de seus resultados. Isso significa não pôr limites à imaginação, aceitar as inconsistências e irregularidades e a ambigüidade do procedimento do cientista. Implica também em assumir os conceitos de maneira mais flexível e móvel e não com a severidade que impõe o discurso científico. Surge então o oportunismo metodológico, que é constitutivo da prática científica real, segundo o qual todos os métodos devem ser considerados, pois tudo o que permite conduzir o investigador até as metas propostas é legítimo. Isso não significa que todos os métodos ou procedimentos tenham a mesma eficácia ou valor. É necessário saber determinar, por meio de um conjunto de regras, de que maneira a situação será adequada a nossa tática específica (hipóteses, teoria, experiência, discurso). O trabalho do cientista consiste precisamente em ocupar-se dessa adequação, considerando que ele não poderá afirmar nada como definitivamente seguro e que deve estar aberto a todas as possibilidades. Tal perspectiva entende que os princípios que predominam nas teorias científicas são móveis e podem ser substituídos.

Para o autor, a existência de um discurso único sobre a ciência não é capaz de explicar o trabalho científico real, que tem muito de caótico e imprevisível, um modo de agir que pode ser definido como anarquista. A história da ciência mesmo mostra muitos acontecimentos imprevisíveis, que foram reduzidos a regras uniformizantes. O intento por uniformizar a ciência não dá conta do trabalho que o cientista realiza, no qual ele age como um “oportunista metodológico”, disposto a transitar pelos diversos caminhos possíveis para alcançar seus objetivos em cada situação particular.

A educação científica, no entanto, é um dispositivo de reprodução da atitude reducionista, procedendo a partir da delimitação de um domínio de investigação em que se isola uma parcela do conhecimento ao qual se confere uma lógica própria. Ao uniformizar suas ações, esse domínio faz com que o processo histórico de sua constituição seja apresentado a partir de “feitos” estáveis que parecem manter-se, apesar das contingências do fazer científico, marcado, a maior parte das vezes, por enganos, desvios, respostas não esperadas. Para tornar efetivo tal procedimento, tudo o que pode mostrar as discontinuidades (e os contextos sócio-históricos) não é considerado, de maneira que os feitos científicos aparecem como independentes da opinião e crenças. Surge daí a tradição científica, baseada na eventual existência de regras estritas.

Para Feyerabend, porém, a ciência é uma construção efetuada em um contexto específico; por isso, não se pode perder de vista que ela é uma criação de seres humanos concretos que vivem em uma época determinada, cuja produção está carregada de valorações e juízos de valor básicos, aceitos pela elite científica. Trata-se de uma construção discursiva que, mesmo realizada a partir de uma determinada tradição, não deixa de tornar possível transformar as condições em que circula o discurso dominante. Historicamente, aponta o autor, regras do método científico foram infringidas, e princípios que apareciam como obrigatórios no nível discursivo terminaram sendo transgredidos na prática científica real. É justamente a ruptura com os estatutos regimentais do proceder científico que constitui uma condição necessária para o progresso do conhecimento, já que o processo de construção do saber enfrenta sempre

uma realidade complexa que não pode ficar limitada por procedimentos predeterminados. Ao mesmo tempo, considera que grande parte das regras tem um efeito empobrecedor e não produz resultados fecundos. Por essa razão, a ciência deve constituir-se sem confiar em um único método, concebido como seguro e estável.

Isso não significa, entretanto, que a investigação não conte com princípios orientadores. Segundo o autor, devem existir critérios: aqueles que derivam do próprio processo de investigação e não de concepções abstratas da racionalidade. É preciso deixar de compreender a investigação científica como um todo e assumi-la em sua dimensão fragmentária. A ciência não é unidade, mas multiplicidade e até mesmo o menor de seus domínios possui aspectos diversos. A ciência é múltipla, seus métodos são necessariamente diversos, pois seu trabalho orienta-se na resolução de problemas de acordo com os meios disponíveis para a investigação. O método não é uma coisa exógena a ser seguido apesar das condições em que se dá a investigação. Ao contrário, deve ser gerado pela situação específica de um problema no âmbito ao qual o cientista decide recorrer. Não existe um método científico, mais muitos, que procedem da diversidade das condições nas quais se realiza o trabalho do cientista. Como consequência, os métodos serão reinventados em cada prática científica singular e os resultados obtidos não surgirão de um método universal e estável. O método científico será uma construção discursiva constitutiva e a imagem e a representação da ciência.

O que Feyerabend defende, destaca Facuse (2003) é a possibilidade de se transformar os efeitos do discurso da ciência em menos imperativos e rígidos e mais abertos à multiplicidade. Isso levaria a se estabelecer um critério de eleição entre teorias diversas dado por convenção, a partir de uma teoria pragmática de observação, que terá a vantagem de gerar um conhecimento sempre suscetível de ser revisado. Introduz-se, assim, a necessidade de incorporar a dimensão subjetiva na análise dos processos de construção do conhecimento, bem como no desenvolvimento da ciência, considerando que esta é uma construção feita em condições específicas com uma dada historicidade e uma dada contingência.

A longa exposição da teoria de Feyerabend não tem como objetivo outro senão mostrar que a noção de paradigma, que parece explicar relativamente bem os primeiros desenvolvimentos da lingüística, não pode mais ser aplicado quando se pensa na diversidade de teorias que surgem logo após o advento do gerativismo. Considerar a pluralidade no interior de uma ciência significa admitir que vários caminhos são válidos para se tratar o conhecimento e não há um melhor do que o outro. Se, como defende o autor, não há uma única metodologia para a ciência, não pode haver uma única metodologia para uma determinada ciência, considerando-se seu interior. Entender a divisão da lingüística a partir do pluralismo teórico é compreender que são justamente as diversas correntes que permitiram o progresso da lingüística e que, nesse processo, as disciplinas que dela fazem ou fizeram parte não são dogmas definitivos ou devem ter suas fronteiras claramente delimitadas e fechadas; do mesmo modo, torna claro que não existe uma teoria melhor ou mais completa do que outra; todas têm limitações; por isso, não convém tomá-la como verdade absoluta ou julgar outras a partir dela. Uma ciência, e aqui a lingüística especificamente, não pode aceitar a hegemonia de uma teoria sobre outra, sob pena de estar trancando o conhecimento na área, como fez, por exemplo, o estruturalismo (e, em certa medida o saussurismo) durante várias décadas do século XX.

#### **1.4 A lingüística da enunciação**

O predomínio do estruturalismo, fundamentado na dicotomia saussuriana língua/fala, fez com que os estudos da linguagem ficassem um longo tempo atrelados à noção de sistema. Mesmo o gerativismo, que lhe daria o golpe final e tentaria substituí-lo como paradigma dominante, não saiu do abstrato e, da divisão competência/desempenho, elegeu a primeira como objeto. Desse modo, sustenta Fiorin (2002, p 17), o objeto dinâmico que é a linguagem é transformado em um “modelo estático, pois busca invariantes que constituem o sistema e relega as variantes ao extra-sistêmico”. Com isso, o dinamismo interno essencial da linguagem foi mascarado em favor da estabilidade, afastando “tudo o que seria do domínio da inconstância, da indecisão, da concorrência”.

Como a simplificação do objeto é uma característica da ciência, a tendência para o estudo da estabilidade não é nova, não surge com a lingüística, continua Fiorin. Em oposição, no entanto, está a tendência da ciência contemporânea em estudar as instabilidades, fato importante na lingüística, que se instaura em um jogo entre forças coesivas e dispersivas: “quando a instabilidade gera o risco de incompreensão ocorre a estabilização e quando esta produz uma ossificação acontece um processo de instabilização”. (idem, p. 20).

Se os modelos estáticos desconsideravam aquilo que era visto como supérfluo, é justamente o que foi rejeitado que se torna novo foco de estudos. Nesse sentido, uma significativa mudança acontece com o objeto da lingüística a partir da consideração da enunciação como uma “*práxis* que, ao trabalhar a língua, não só a emprega, mas também a constitui, num jogo de estabilidades e de instabilidades” (idem, p. 19). Isso, se não criou um novo objeto para a lingüística, ao menos o alargou, destaca o autor.

A noção de enunciação segue esse padrão estabilização/instabilização não apenas nos efeitos de sentido que produz ao atualizar o sistema. Ou seja, o que se quer é entender a própria constituição do campo como atravessada por essa oposição. Dessa forma, essa noção se encontra relativamente estável em diversas correntes da lingüística, seguindo uma tradição que não opera por rupturas, mas por continuidade e acumulação. Pode considerar-se, então, como exemplo, um conjunto mais amplo de fatos da linguagem remetendo à produção do enunciado – e que permite falar em *teorias da enunciação*. Por outro lado, explora-se a instabilidade presente nas diferentes proposições de Benveniste, Jakobson, Ducrot e Bakhtin, especialmente, que de modo mais restrito autorizaria falar de uma *lingüística da enunciação* -, como um campo disciplinar da lingüística, ele próprio constituído no jogo de estabilidades - noções que aproximam as teorias, remetendo a uma regularidade - e instabilidades - aquilo que cada uma tem de particular, definindo a irregularidade constitutiva do campo.

Esse sintagma, proposto por Flores (2001), mas já usado por outros autores no sentido primeiro de teorias, conserva ainda a idéia da heterogeneidade do campo; por

isso, como conceito descritivo, a enunciação pode fazer parte de teorias como a pragmática e a semiótica, por exemplo. A enunciação seria, nesse caso, uma tradição operacional no interior de tendências teóricas diferentes, o que a colocaria no jogo da estabilidade/instabilidade das orientações no campo da linguagem, que forma suas disciplinas, como se viu, a partir de um pluralismo teórico que torna tênue algumas fronteiras, pelo compartilhamento de objetos e métodos.

Resulta disso a impossibilidade de se tratar a lingüística da enunciação como uma. Esse já é o posicionamento de uma série de lingüistas, entre eles aqueles que trabalham ou trabalharam especificamente com a problemática enunciativa no Brasil: E. Martins, M. Lahud, J. L. Fiorin, E. Guimarães, V. Flores, por exemplo. Questionar tal fato seria impossível, mas se acredita, como Flores, na possibilidade de uma certa unidade, mesmo que esta comporte diferenças – é exatamente essa idéia que sustenta este trabalho. Tal unidade estaria fundada nos trabalhos de Bally, Jakobson, Bakhtin, Ducrot e, principalmente, em Benveniste<sup>17</sup>. Essa unidade seria a base da lingüística da enunciação, um espaço delimitado a ser disciplinarizado no interior da lingüística. Mas, também não se pode deixar de indicar, unidade apoiada na descontinuidade, engendradora, como aponta Fiorin (op. cit), na fragmentação da continuidade.

Tratado o surgimento da enunciação na oposição entre os movimentos de estabilidade e instabilidade de uma ciência, cabe perguntar como essa noção surge na obra de Benveniste no momento em que o estruturalismo era dominante. Ou melhor: como, do interior de movimento de estabilidade, aquilo que é da ordem do instável começa a se colocar, firmando a oposição que viria mesmo ajudar a acabar com a hegemonia de um paradigma<sup>18</sup>?

---

<sup>17</sup> Benveniste é considerado, neste trabalho, o “fundador” da lingüística da enunciação como disciplina autônoma no campo da lingüística, proposição principal defendida aqui.

<sup>18</sup> Para Dosse (1994), a crise progressiva do paradigma estruturalista tem relação direta com o aparecimento do gerativismo, com o êxito das teses desconstrutivistas de Derrida e com a progressão da lingüística da enunciação, iniciada por Benveniste no seio do próprio campo estruturalista.



### 1.4.1 Estruturalismo e enunciação

Benveniste foi um estruturalista. Quanto a isso não há dúvidas, pois seus textos o provam. Mas, mais do que um estruturalista, Benveniste foi um saussuriano. A influência do mestre é decisiva na sua formação, na sua teoria. O que o leva, então, a desenvolver o conceito de enunciação? Por que ele coloca no centro de sua lingüística a consideração da fala, do sentido, do sujeito? Não havia isso sido “expulso” da Lingüística pelo *CLG*? O que ele buscava: uma oposição, uma reposição ou uma complementarização? Ou Benveniste foi um leitor melhor de Saussure do que do *Curso*?

Apesar de Bouquet (2000) afirmar que a consideração da fala já estava esboçada nos manuscritos saussurianos – aos quais Benveniste teve, sabe-se, acesso, mas não parece ter atentado muito<sup>19</sup> -, é a este empreendimento que se dedica, por toda sua vida acadêmica e mesmo após ela: reintroduzir a fala no objeto da lingüística, através do estudo da significação, que trazia consigo o sujeito, a situação, o contexto.

Lingüística histórica, estruturalismo e enunciação – tais são os centros de interesse da obra benvenistiana, ainda que o autor seja lembrado apenas pela última, uma vez que é tido como o “lingüista da subjetividade”, o “pai da lingüística da enunciação”. No entanto, como afirma Normand (1994/1995, p.35), os textos considerados como uma novidade a partir dos anos 70, reunidos sob o tema enunciação, distribuem-se de 1946 a 1970, e

Il n'apparaît pas qu'ils aient dans cette oeuvre un statut particulier, ni qu'ils correspondent à un tournant dans sa recherche, même si dans ses dernières années Benveniste insiste plus particulièrement sur ce thème, poussé, sans doute par l'intérêt que ces articles anciens (1946, 1956, 1958) suscitent alors, ainsi que par la préoccupation que se précise chez lui, dans ces années-là, de programmer une vaste *sémiologie*; dans cet élargissement du champ linguistique il intègre ce qu'il appelle à partir de 1966 le *sémantique* qu'il

---

<sup>19</sup>Nas palavras de Benveniste: “O que foi que Saussure trouxe à lingüística do seu tempo, e em que agiu sobre a nossa? Para responder a essa questão, poder-se-ia ir de cada um dos seus escritos ao seguinte, analisar, comparar, discutir. Semelhante inventário crítico seria, sem dúvida necessário. O belo e importante trabalho de Godel contribui, já, amplamente para isso. Mas não é esse o nosso propósito. Deixando a outros o cuidado de descrever em pormenores essa obra, tentaremos reapreender-lhe o princípio segundo uma exigência que anima e que, de fato, a constitui” (*PLG I*, p. 34-5).

oppose au *sémiotique* et les articles concernant l'énonciation deviennent alors un élément important de cette nouvelle linguistique dite *sémantique* ou linguistique du *discours*<sup>20</sup>.

A autora afirma que Benveniste foi lido de forma fragmentada e de acordo com o objetivo do momento. É nesse sentido que algum aspecto particular de sua obra foi enfatizado, como se resumisse todo o conjunto dela. Seus textos de lingüística geral, por exemplo, apresentando Saussure e os axiomas contidos no *CLG*, prestavam-se a uma necessidade acadêmica da época que, no auge do estruturalismo, não contava com obras de referência para o estudo. Nesse momento, não havia nenhum interesse em seus escritos de lingüística histórica, banidos da lingüística pelo método estrutural e menos ainda pela sua teoria da enunciação que, contra tudo o que se pesquisava, encontrava um sujeito no estudo do sentido.

Benveniste foi, em primeiro lugar, tido como o continuador e intérprete de Saussure; por conseqüência, um dos fundadores do estruturalismo europeu. Ele é evocado, inicialmente e, em muitos casos, ainda hoje, como apoio para a concepção saussuriana da língua, como um autor que defendeu o imanentismo do sistema, que não conseguiu se libertar do domínio formalista e que submeteu a enunciação a um aparelho formal, apresentando um sujeito dono de seu dizer, que se apodera do sistema língua para enunciar.

Por outro lado, a partir de 1970, com a publicação do artigo *O Aparelho formal da enunciação*, viu-se nele o lingüista que possibilitava a transformação da língua em discurso, através da enunciação. Abria-se a possibilidade de se sair do domínio fechado do sistema, tal como pensado no estruturalismo, passando-se do objeto língua ao objeto discurso, primeira concepção de uma lingüística externa. Aqui ele é tido como um opositor a Saussure, como aquele que, contrariando as posições do mestre, coloca-se contra as reduções e exclusões da lingüística formal e do estruturalismo.

---

<sup>20</sup> Os artigos a que Normand se refere são: *Estrutura das relações de pessoa no verbo*; *A natureza dos pronomes e Da subjetividade na linguagem*.

Normand afirma que essa atitude paradoxal suscita muitas dúvidas, que dizem respeito, basicamente, a: Benveniste teria sido de fato um estruturalista, havendo uma virada na última década de sua produção, ou a ambigüidade estaria presente em toda a sua obra? É nesse sentido que se procura entender a relação estruturalismo-enunciação em Benveniste, para definir a sua teoria da enunciação como uma continuidade ou como uma ruptura em relação a Saussure.

Inicialmente, busca-se, na autora, os três tipos de leitura da obra de Benveniste (idem, p. 31-2):

1ª) *a leitura comparatista* – comporta as obras *Origine de la formation des noms en Indo-Européen*, *Noms d'agent et noms d'action en Indo-Européen*, alguns artigos nos *PLG*, numerosos artigos em revistas de filologia clássica e o *Vocabulário das instituições indo-européias*;

2ª) *a leitura estruturalista* – nos *PLG*, os artigos nos quais Benveniste apresenta os autores considerados fundadores dos princípios fundamentais, noções e sínteses sobre os desenvolvimentos da lingüística estrutural à época. São, como aponta Normand, textos gerais de vulgarização da ciência, destinados à difusão tardia do estruturalismo na França e ao ensino inicial dessa teoria. A autora inclui, ainda, dois artigos de análise mais aprofundados, que precisam ou ratificam os fundamentos da análise estrutural: *Natureza do signo lingüístico* e *Os níveis da análise lingüística*;

3ª) *a leitura da enunciação* – o conjunto de artigos de análise sobre as particularidades lingüísticas que Benveniste denomina dêixis. É a partir desses artigos, lidos, de maneira geral, isolados do resto da obra, que Benveniste reintroduz a questão da subjetividade, possibilitando sair do sistema fechado da língua para elaborar uma teoria do discurso: “par la prise en compte des conditions de l'énonciation, soit les particularités de la

situation, du sujet d'énonciation et des relations intersubjectives, la signification d'un énoncé serait analysée de façon beaucoup plus complète" (idem, p.32)<sup>21</sup>.

Para a autora, os textos podem ser divididos de uma forma mais geral: de uma parte, análises concretas, apoiadas sobre fenômenos morfológicos, sintáticos ou lexicais. São denominados textos de abertura, porque produzem resultados que incitam a se continuar a pesquisa. De outra parte, artigos de síntese que se apresentam como resumos de resultados empíricos e/ou de um vasto programa, mais filosófico que lingüístico. É uma divisão entre análises concretas, sempre particulares, e vastas generalizações ou programas teóricos visando a completude.

Tem-se, então, o seguinte esquema geral da abordagem de Benveniste (idem, p.36):

Un premier temps d'analyse empirique se conclut par une première interprétation généralisante; dans un deuxième temps cette interprétation linguistique est replacée dans une perspective globale d'interprétation de l'homme et du monde, à travers la question du langage. Cette double démarche est constitutive de la plupart des articles morpho-syntaxiques des *Problèmes*.

Porém, como esclarece Normand, além da clivagem, unindo-se o conjunto da obra, pode mostrar-se que ela apresenta uma unidade de um objetivo e um método. O objetivo é esclarecer a questão da significação, questão central em lingüística para Benveniste. O método é o que decorre dos princípios saussurianos de descrição rigorosa de toda língua, tais como são desenvolvidos na primeira parte do *CLG*. Tal método requer que se descreva cada língua como um sistema de relações, seja de identidade ou de diferenças. Trata-se de descrever seu funcionamento interno, pois as estruturas lingüísticas são relações forma-sentido, sua identificação e classificação, dependendo apenas de critérios lingüísticos.

---

<sup>21</sup> Normand afirma que deixou de fora dos conjuntos 2 e 3 vários artigos de estudos morfológicos, sintáticos e lexicais de tradição comparatista, de considerações sobre problemas de lingüística histórica e de considerações de ordem filosófica, concernentes a outras disciplinas. Segundo ela, nesses textos o autor procura sintetizar, de acordo com a problemática estruturalista, os resultados de estudos particulares nas condições gerais sobre a linguagem.

Essas formas são sempre significantes e por isso estudar uma estrutura não pode se reduzir à descrição. É necessário interpretá-las, lembrando que o objeto língua é dotada de significação, condição essencial para o seu funcionamento entre os outros sistemas de signos. Com isso, o autor formula um segundo tempo obrigatório no estudo de uma diferença formal, de uma estrutura: a interpretação. Ele deve explicar essa diferença e, de certo modo, fundá-la, uma vez que Saussure não havia feito isso.

Para Benveniste, afirma Normand (idem, p.39), “le sens est le fondement transcendantal des phénomènes observables en langue; ce que Saussure ne laisse jamais penser”. É por aí que se explica o caráter ambíguo da relação do autor com o mestre. Mesmo fiel a ele, no método, Benveniste não deixa de procurar ir além, buscando resolver a questão da significação de uma forma mais completa. É por essa via que também se coloca a questão do sujeito:

Benveniste met ainsi au centre de l'interprétation, et par là même de la structure linguistique, la figure du sujet, avec le flou ou la polysémie que suppose ce terme selon les cas grammatical, psychologique, philosophique, social, transcendantal... Mas cette démarche n'est pas propre aux textes concernant l'énonciation ou la nouvelle linguistique du discours; la référence au sujet était présente dès les premières analyses. (..) (idem, p. 40).

Em análises que se pretendem somente lingüísticas, Benveniste cruza as questões da filosofia, na consideração do sujeito e da referência. Normand (1996B) explica que Benveniste inicialmente tinha claro, a partir da descrição comparativa das línguas, o que os termos significam, sendo justamente a semelhança no sentido que aproxima formas mais ou menos parecidas. A descrição semântica é só um primeiro passo, ainda que, às vezes, torne-se necessário considerar empregos particulares de um termo, ou seja, o contexto em que ele aparece. Mas, antes de indicar a significação como um problema fundamental da lingüística, tais questões parecem para o autor apenas uma dificuldade de tradução e não um problema teórico da língua.

Considerando, de início, o sentido no que Normand<sup>22</sup> denomina comparatismo estrutural, Benveniste mantém-se nessa perspectiva, isto é, busca determinar se e como morfemas idênticos ou comparáveis podem ser identificados. A partir do estudo dos usos, nas diferentes línguas européias, estabelece uma base formal tendo uma significação comum e constituindo o que ele denomina uma família semântica. O problema está posto entre o que é designação e significação, pois parece, segundo Normand, que o autor coloca como significação a referência às relações de emprego que permitem estabelecer as formas, aproximando o estudo do emprego ao método estrutural. Assim,

Dans ce texte situé entièrement sur le terrain de la grammaire comparée, donc d'une réflexion linguistique sur le sens orientée par l'étymologie et la diachronie, on voit se dessiner la difficulté liée au double rôle de la langue: nommer le monde (désignation arbitraire par rapport à la réalité) et le dire à l'intérieur d'un système, dans des relations par lesquelles les formes se motivent réciproquement (signification); ce que Benveniste formulera plus tard par la 'double signifiante' et développera dans l'opposition *sémantique/sémiotique*. Mas cette opposition n'est ici qu'à l'état d'ébauche dans l'affirmation de la séparation nécessaire de la *désignation* et de la *signification*, distinction peu tenue dans le texte lui-même. Elle s'annonce aussi dans la constatation des difficultés que l'étude sémantique oppose à l'analyse structurale. (idem, p.225)

Segundo Normand, Benveniste descarta o tratamento da referência nesses primeiros tempos de análise estrutural, pois não se deve ocupar com o sentido das frases, na qual está o que é dito do mundo, mas somente tratar do sentido das palavras, das unidades do sistema. A consideração da referência somente vai se impor quando a significação aparecer para o autor como um verdadeiro problema teórico. E essa mudança está ligada ao tratamento da especificidade da frase, cuja introdução, na análise, torna dupla a tarefa do lingüista: a análise do sistema de signos, dita semiótica, e a análise do discurso, dita semântica.

---

<sup>22</sup> Normand (1996B) apresenta, neste texto, como se introduz a questão da referência em Benveniste e suas relações com a teoria da enunciação. Em um primeiro momento, refere-se à significação e à designação, analisando a alteração que se opera nessas duas noções a partir de dois textos, o de 1954 (*Problemas Semânticos da reconstrução*) e o de 1964 (*Os níveis da análise lingüística*). Em um segundo momento, trata de referência e enunciação.

A divisão semiótico/semântico deixa clara a oposição entre o estudo dos elementos do sistema e o estudo das frases, mensagens, discursos, pelos quais a língua é tomada em uso. O que se pretendia complementaridade acaba por possibilitar que uma nova lingüística se forme na impossibilidade de se coordenar os dois sistemas. Integrando a pragmática na semântica, Benveniste anuncia uma semântica da pessoa na sua relação com o mundo, uma lingüística que pressupõe um sujeito que transforma a língua em uso, em discurso. E essa se tornará uma nova lingüística, que terá como objetivo entender a significação, a relação com o contexto, o papel do sujeito da enunciação.

A questão do sujeito da enunciação interessa particularmente por seu estatuto em face à noção de sujeito falante. O questionamento, expresso por Normand (1985), é repetida aqui: ante ao desinteresse do estruturalismo, qual o estatuto dessa noção em Benveniste, ou seja, reelaborar a noção sujeito falante em termos de sujeito da enunciação é uma retificação teórica ou uma inovação radical? Tal dúvida é pensada, nesse texto, através das relações entre filosofia e lingüística e diz respeito, ao mesmo tempo, incerteza de um lado e indiferença de outro – a teoria saussuriana considerada e reformulada por Benveniste interessa a um filósofo, mas não a um lingüista, em meados dos anos 60.

Normand analisa as relações da lingüística com a filosofia, a partir da questão do sujeito. Para isso, focaliza seu estudo nas notas de alunos que assistiram aos cursos dados por Dubois e Ricoeur, em Nanterre, buscando provar que foi a filosofia que levou a lingüística a teorizar aquilo que ela desejava, inicialmente, deixar de lado: a fala do sujeito. É nesse sentido que Dosse (1994, p. 65) aponta: “o paradoxo que resulta desse confronto é que os estudantes de Nanterre eram informados da problemática de Benveniste pelo filósofo Ricoeur e não pelo lingüista Dubois”.

O tratamento reservado a Benveniste é muito diferente nos dois casos, o que é indicativo das ligações da lingüística e da filosofia em relação um problema limitado naqueles anos, mas que se tornaria o centro das pesquisas nos seguintes: o problema

da enunciação. As notas, para Normand, permitem que se tenha uma idéia de como esses campos tratavam a questão do sujeito e do discurso. Assim, enquanto a questão do sujeito falante é questionada desde o início, retornando sem cessar na medida em que se elaboram respostas nas notas dos alunos de Ricoeur, nada de parecido está presente nas notas dos de Dubois, como se tal questão não pudesse ser tratada no âmbito da lingüística ou sequer fosse pertinente o suficiente para ser colocada.

As notas dos cursos de Ricoeur são o prosseguimento de uma apresentação anterior ao estruturalismo; as noções saussurianas são apenas lembradas rapidamente, sendo que o complemento deve se dar a partir de Hjelmslev, Benveniste, Guillaume e pela filosofia analítica: Austin, Strawson na via de Frege e Wittgenstein. Já as notas de Dubois dizem respeito ao verbo, à história da língua francesa e à lingüística. Contrapõem-se, então, os objetivos pedagógicos de ambos os cursos. De uma parte, formação histórica e reflexiva da filosofia; de outra, formação prática voltada ao ensino da gramática. Destas, o que interessa a Normand são os fundamentos da teoria lingüística pós-saussurina através de Benveniste: os postulados explícitos, a escolha operada nas noções e as questões postas ou não.

Nas notas de Ricoeur a novidade se anuncia rapidamente. Vai dar-se destaque a uma mudança: das unidades estruturais à frase. O estruturalismo é tomado em uma nova perspectiva com a consideração desse nível da articulação. É a passagem mesmo da lingüística da língua à lingüística do discurso que é considerada.

Iniciando com os conceitos saussurianos, discute-se a dificuldade de distinção da dicotomia língua/fala, sendo, posteriormente, o desenvolvimento dessa antinomia a ocasião para que se introduzam os termos problemáticos descartados pelo estruturalismo: a referência, o sujeito, a frase. Abre-se a necessidade de uma investigação da face subjetiva da linguagem. É nesse ponto que Benveniste é citado, “dans une synthèse des principaux moments de sa recherche. Ce qui est souligné ici, c’est l’importance de cette perspective nouvelle: la ‘conversion’ de la langue en discours, le passage des formes à leur appropriation par un sujet”. (idem, p. 41).



Nas notas dos cursos de Dubois, a dicotomia língua/fala não é colocada como portadora de qualquer contradição, mesmo quando tratada, ainda que rapidamente, em relação ao sujeito e à referência. Da mesma forma, o termo enunciação não é referido no quadro benvenistiano, no qual são destacados os princípios e análise estrutural por níveis. Mas a frase não aparece como unidade do discurso, pois este não pode ser analisado em termos estruturais. O essencial da teoria da enunciação é apresentado no curso sobre o verbo, sem qualquer alusão a Benveniste nem à novidade expressa nessa nova forma de análise. Por isso,

Il serait faux de dire que le cours de linguistique, à cette date, ignorait Benveniste (bien qu'il ne soit guère nommé), mais on ne gardait de lui que les analyses structurales. Les notions qui seront rassemblées sous le terme *théorie de l'énonciation* sont présentes mais éclatées, hors de tout cadre théorique global, très peu explicitée et sans que jamais leur nouveauté soit soulignée. Elles servent les besoins de la description morphologique, en étant incorporées à d'autres, traditionnelles ou nouvelles; elles ne sont là que pour affiner la description grammaticale. (idem, p. 41).

Enfim, em relação aos dois cursos, Normand (idem, p. 38) conclui que

d'un point de vue historique, c'est que le cours de Linguistique reste intièrement pris dans le cadre du structuralisme, d'une étude structurale de *la langue*, alors que le cours de Philosophie du langage, que lui est contemporain, souligne l'importance de ce qui ne reviendra que plus tard dans les recherches (et encore plus tard dans les cours) à la linguistique: le domaine du *discours*.

Os anos 1966-1967, nos quais foram dados os cursos cujas notas servem de corpus ao trabalho de Normand, representam o apogeu e o início do declínio do estruturalismo. As notas refletem mesmo a imprecisão de uma época – de um lado a apresentação de um estruturalismo operacional, metodológico, em pleno curso naqueles anos e que, mesmo com as primeiras fissuras, ainda se manteria até o fim da década. De outro, a constatação de que o modelo das ciências humanas havia deixado em aberto muitas dúvidas que, com o uso generalizado, fazia com que elas cada vez mais se alargassem.

No entanto, e o texto de Normand o confirma, comprova-se o descaso da lingüística com aquele que seria o iniciador de uma “nova lingüística”. As considerações do sentido, do sujeito, da referência, dos problemas concernentes à fala, que dominariam os estudos da lingüística a partir dos anos 70, já estavam sendo pensadas há muito no próprio seio do estruturalismo, por um saussuriano convicto, dentro mesmo da ciência da linguagem,

A passagem do Benveniste estruturalista para o Benveniste enunciativo e discursivo deu-se sem que a própria lingüística o percebesse. Seu lugar de precursor só seria evidenciado muito mais tarde; como destaca Normand (1985, p. 9): “disons que l’*énonciation* comme ensemble théorique à référer à Benveniste n’est que peu ou pas connu des linguistes français avante 1970”. Seu lugar como fundador de uma teoria, entretanto, nunca o seria, principalmente porque a lingüística da enunciação apóia-se inicialmente nos trabalhos quase simultâneos dos dêiticos/embrayeurs por Benveniste e Jakobson; depois, porque não se constituiria como uma disciplina, ficando apenas como um conceito descritivo em outras.

#### **1.4.2 Um percurso para a enunciação**

A redução, apresentada no *CLG* sobre o objeto da lingüística, foi duramente atingida pelo advento da enunciação<sup>23</sup>, que mostra a possibilidade da língua ser afetada pela exterioridade, ou seja, quais outros fenômenos devem ser considerados no estudo científico da linguagem, mesmo que antes dissessem respeito a aspectos não aceitos no interior do campo. A partir disso, opera-se uma primeira grande divisão na lingüística: algumas correntes defendem o princípio da imanência, pela qual a lingüística descarta os fenômenos que não dizem respeito à língua em si mesma; outras, porém, consideram que é justamente esse fechamento que a lingüística precisa

---

<sup>23</sup> Isso não aconteceu, é claro, somente com a enunciação. Como já foi visto, em momentos quase simultâneos, estava-se pensando em outros objetos, como o uso, pela via da pragmática, ou a variação, pela sociolingüística, entre outros.

superar, buscando as suas relações com aquilo que é exterior ao seu domínio. Separe-se, assim, uma lingüística *interna* de outra, *externa*.

No segundo grupo, ocorrem outras divisões, pois são diferentes as interpretações dadas na consideração daquilo que ficou fora do objeto delimitado pela lingüística. Em relação à exterioridade, Authier-Revuz (1998) afirma que duas correntes podem ser identificadas. A primeira, pensando contra Saussure, engloba e estabelece a língua num vasto funcionamento comunicacional como apenas um instrumento; são teorias que concebem a língua como lugar de tratamento das questões que dizem respeito a outros campos ligados à lingüística, como a biologia, a psicologia, a lógica, a sociologia. Essa corrente, preocupada em considerar as exclusões saussurianas, busca, em elementos vindos de fora, a complementação do objeto, com riscos à identidade da lingüística, pela dissolução do objeto língua. A segunda, pensando com Saussure, também busca a complementação, mas reconhece a língua como ordem própria, fundamento pelo qual a Lingüística mantém sua especificidade.

É no interior mesmo do campo que se procura integrar o que fora excluído por Saussure, e é nesse percurso que se estabelecem novas disciplinas, possibilitando um alargamento dessa ciência, empreendido, a partir dos anos 1970, como “uma reação ao ‘fascínio’ pelo formalismo, decorrente do trabalho empreendido pelos pós-saussurianos, responsável pelo enclausuramento da língua num sistema imanente” (TEIXEIRA, 1999, p.45). Aparecem, nessa conjuntura, a sociolingüística, as pragmáticas, as teorias do texto, da enunciação e do discurso, todas elas com o mesmo objetivo inicial: a busca pelas exclusões feitas no objeto língua, ainda que diversas no tratamento dado à exterioridade, caracterizando diferentes posições dentro desse amplo campo de estudos.

Na alternativa ligada à enunciação e, mais especificamente, à base teórica fundamentada em Benveniste, destacam-se os questionamentos acerca da homogeneidade do sistema lingüístico que apoiaram os estudos sobre os elementos da língua que remetem ao exterior tão buscado. A partir da “descoberta” desses

elementos, começa o deslocamento do estudo do imanentismo do sistema para o exercício da língua. O estabelecimento da classe de elementos que pertencem à língua e cujo significado depende, pelo menos em parte, da instância do discurso que os contém permitiu uma nova perspectiva para os estudos da linguagem. De acordo com Lahud (op. cit, p. 99), “esse deslocamento foi produzido pela convergência de numerosas pesquisas independentes entre si, mas todas examinando diferentes aspectos da enunciação, e todas mostrando, embora de maneira desigual, que pelo menos uma parte desta obedece a regras e se deixa conceber como convenção, jogo, etc”.

Desenvolvem-se, então, duas novas direções para os estudos da linguagem: uma que privilegia a subjetividade, e outra, a função comunicativa que cada elemento cumpre na interação. Surgiu, dessa divisão, a maioria das teorias enunciativas e funcionalistas em suas diversas versões. São dois desenvolvimentos paralelos que ora convergem, ora divergem: o primeiro, colocando o sujeito e suas intenções como princípio de funcionamento da linguagem e o segundo, explicando a estrutura e funcionamento interno do sistema lingüístico pela função comunicativa que cumpre cada um dos seus elementos na interação. (TEIXEIRA, op. cit.).

Ainda que tenham o mesmo ponto inicial – o estudo dos *embrayeurs* ou dêiticos – os caminhos escolhidos por tais correntes apresentam diferenças fundamentais. Para as teorias funcionalistas, o fundamental da linguagem é a comunicação, sendo que os elementos do sistema devem garantir a transmissão e decodificação da mensagem, utilizando um código. Não se faz aqui referência ao sujeito ou às suas intenções, ou seja, “não se tem uma teoria do sujeito, mas uma teoria da comunicação em que o uso das formas embreadas é descrito em uma relação código/mensagem” (FLORES, 1999, p.184-185). Assim, se foi Jakobson o primeiro que se dedicou ao estudo da língua em uso na comunicação, dentro da lingüística, logo foi possível perceber que a consideração da comunicação como a relação entre emissor e receptor, através de uma mensagem, por intermédio de um código, era por demais simplista e se começaram a

buscar os componentes enunciativos da linguagem; o sujeito, inserido num contexto situacional, social, psicológico, cognitivo ou psicanalítico, passou a ser valorizado.

Por isso, nas teorias enunciativas, o ponto fundamental é a elaboração de uma teoria onde o locutor é constituído por usar formas da língua que remetem ao sujeito – aqui, a noção de dêixis tem um papel fundamental. Lahud (op. cit. p. 124) observa que

A noção 'lingüística' de dêixis se constitui ali onde o fechamento da língua em relação aos *objetos* tem valor de princípio: o que ela contesta é esse fechamento em relação ao *sujeito*, na medida em que justamente desse 'ponto de vista', os dêiticos provam que o sujeito está na língua e que, por conseguinte, a descrição 'semântica' desta nos informa necessariamente alguma coisa sobre uma outra realidade que não ela própria: não *sobre aquilo de que se fala*, mas (...) *sobre 'nós mesmos enquanto pessoas que falamos'*.

Os dêiticos são as formas da língua que só podem ser definidas a partir de seu uso pelo sujeito, mostrando como ele se relaciona com o que diz e com a situação da qual participa. O estudo das marcas da enunciação é o que inaugura a reflexão sobre a subjetividade da/na linguagem, cuja função fundamental é a constituição do sujeito, ou seja, a capacidade do locutor, ao dizer, de se propor como sujeito.

Se toda abordagem que postula essa superação encontra o sujeito, nova divisão acontece na lingüística, pois o modo como este é concebido, pelas diferentes teorias discursivo-enunciativas, não é o mesmo. Para Authier-Revuz (1998, p. 185), a clivagem mais radical que se opera na lingüística diz respeito às diversas abordagens do sujeito e sua relação com a linguagem:

A linha de fratura fundamental que separa, de um lado, o sujeito-origem – aquele da psicologia e suas variantes 'neurais' ou sociais – e, de outro, o sujeito-efeito – aquele do assujeitado ao inconsciente, da psicanálise, ou aquele das teorias do discurso que postulam a determinação histórica de um sentido não individual – é aqui crucial, porque ele coloca fundamentalmente a questão da representabilidade, para um enunciador, de sua enunciação e do sentido que nela se produz.

Segundo a autora, de um lado estão as teorias apoiadas numa concepção de sujeito-origem. Trata-se do sujeito psicológico clássico, o indivíduo biopsicossocial, fonte do sentido que ele exprime por uma língua-instrumento de comunicação. Considera-se que o enunciador está em condições de (se) representar sua enunciação, sendo que o sentido que nela se produz lhe é transparente, acessível. Ou seja, há uma relação de controle no que se refere a ele e ao sentido que ele produz, fazendo com que “a representação que os enunciadores têm de seu próprio dizer seja um reflexo direto do real do processo enunciativo” (idem, p. 169). O sujeito se coloca em uma posição exterior à linguagem e ao sentido, administrado, por ele, em função da sua intencionalidade<sup>24</sup>.

O controle funcional exercido pelo enunciador integra-se às abordagens da enunciação como encenação, jogo de máscaras, de imagens e de papéis, em que os sujeitos se desdobram em uma relação interativa com o outro. Nesse sentido, uma enunciação reconhecida como não-monódica é remetida, com o nome de *alteridade*, *divisão*, a duas dimensões do não-um - a produção interativa (comportando, no dizer do um, o dois do outro face a face) de imagens de si (que supõe os dois do desdobramento). Para Authier-Revuz (Idem, p. 186), “o outro, a alteridade, a divisão que está aqui em questão (causada pelo jogo de imagens) se inscreve no espaço próprio da psicologia social que é aquele jogo interativo, especular, das intencionalidades. O sujeito encenador, por mais numerosos que sejam os papéis nos quais ele se multiplica, permanece fundamentalmente UM, à medida que está centrado e ‘mestre em sua própria casa’, para falar como Freud”.

Representa-se, portanto, um sujeito dividido-**desdobrado**, no espaço do mesmo e do outro, num jogo de imagens mútuas entre si e outrem. É o caso, segundo a autora, da polifonia de Ducrot<sup>25</sup> e das abordagens pragmático-comunicacionais.

---

<sup>24</sup> Authier-Revuz (1998) não deixa de observar que esse controle não significa que o sujeito não encontre resistências. Segundo a autora, a diferença dos outros aos quais se dirige e o caráter limitado de seu instrumento, ante a infinita singularidade das experiências a transmitir, fazem-lhe oposição, ainda que ele julgue controlar soberanamente, sem falhas, todos os aspectos da maquinaria comunicacional, em sua extrema complexidade.

<sup>25</sup> A inclusão do trabalho de Ducrot, feita por Authier-Revuz (1998), não é consensual. Autores como Guimarães (1996B) e Teixeira (1999) destacam a busca constante, empreendida pelo autor, de despsicologizar o tratamento do sujeito na linguagem, questionando, através do conceito de polifonia, a unidade do sujeito falante. No entanto,

Por outro lado, na questão do sujeito e sua relação com a linguagem colocam-se as abordagens enunciativas e discursivas que destituem o sujeito do domínio do dizer, apoiadas numa concepção de efeito-sujeito, marcado pela incompletude, ainda que tenha a ilusão de autonomia. O dizer, aqui, não pode ser transparente ao enunciador, pois dele escapa, irrepresentável na dupla determinação pelo inconsciente e pelo interdiscurso. Tem-se, então, “o sujeito afetado pelo interdiscurso da análise de discurso de orientação pècheutiana; o sujeito bakhtiniano, dialogicamente constituído; e o sujeito da psicanálise, estruturalmente clivado pelo inconsciente, em que se apóia a teoria de Authier-Revuz sobre as heterogeneidades e não coincidências”. (TEIXEIRA, op. cit., p.52).

Authier-Revuz (1990) evidencia que o sujeito, agora um efeito de linguagem, apresenta-se radicalmente separado de uma parte de si mesmo, dividido-**descentrado**, sob a ação de um Outro radical, de um heterogêneo absoluto, a quem desconhece. De fato, é sob o domínio de um imaginário da enunciação que o enunciador preenche a necessária “função de desconhecimento” em relação ao real da enunciação que lhe escapa de diversas maneiras. Segundo a autora, é a categoria lacaniana do imaginário que permite compreender a posição ocupada pelo sujeito: “se, com efeito, para o sujeito estruturalmente dividido do inconsciente, o centro (o um, o domínio) é posto como relacionado à ilusão, é de um modo não menos estrutural que no sujeito é reconhecido o lugar vital de uma função de desconhecimento - de indiferença - assegurada por um ego ocupado em anular, no imaginário, a divisão, a falta, a perda, o descentramento que afetam o eu”. (idem, p. 187). O imaginário é, então, colocado como instância do sujeito, encarregado de assegurar a necessária ilusão do um para o sujeito funcionar como não-um. A descoberta do inconsciente mostra que a ilusão do centro permanece e que é inerente à constituição do sujeito humano.

---

Teixeira (Idem) ressalta que em Ducrot não há uma teoria do sujeito, e sim de suas representações no enunciado. Se o autor mostra como o sujeito se representa em diferentes pontos de vista no interior de seu próprio enunciado, não elucida se essa multiplicidade de perspectivas o constitui (ou não). A alteridade, nesse sentido, é um processo de multiplicidade de vozes, sem que haja uma preocupação em localizar a origem dessas vozes, mas em determinar, no nível do enunciado, essas vozes que se cruzam na enunciação. Esse não é, então, mais descentrado, mas um sujeito dividido-desdobrado, no qual Authier-Revuz (1998) localiza a teoria do autor. Já Guimarães (1998, p 113) aponta que a recusa da inclusão do sujeito psicológico na obra de Ducrot, deve-se à sua clara posição estruturalista, sendo que a polifonia do autor, no entanto, “tem um lugar que representa a unidade: O locutor-L é a figura da enunciação que se representa como fonte do dizer”.

Já Guimarães (1996A), apresentando a entrada da teoria bakhtiniana nos estudos da enunciação no Brasil, focaliza a questão do sujeito e sua relação com a linguagem, delimitando quatro eixos gerais. Sua abordagem difere-se da apresentada por Authier-Revuz em diversos pontos, mas, fundamentalmente, tal diferença diz respeito ao tratamento do sujeito no campo dos estudos enunciativos sem uma especificação explícita aos exteriores teóricos mobilizados pela lingüística. Esse ponto, crucial na abordagem da autora e que justifica a divisão apresentada nos parágrafos anteriores, apoiada na influência oposta da psicologia e psicanálise, não se mantém em Guimarães, que organiza sua sistematização a partir da consideração do lugar reservado ao sentido e à língua nas diversas abordagens enunciativas no país.

O autor destaca, inicialmente, um campo de filiações ligadas a Benveniste, sistematizadas ou por um retorno a Bally ou inscrito na teoria de Ducrot. No primeiro caso, tem-se a consideração do sujeito falante como sujeito que comunica o pensamento, constituído por uma certa forma lingüística. Segundo Guimarães (idem, p. 95), “na posição de Bally, então, a língua tem formas para a expressão do dictum, a parte objetiva do que se comunica, e do modus, a parte subjetiva do que se comunica”. Já em relação ao próprio Benveniste, deve considerar-se a enunciação como a apropriação que o locutor faz da língua para falar, bastando essa apropriação para que este se constitua como sujeito<sup>26</sup>. Guimarães destaca que é justamente a relação língua-enunciação que aproxima Ducrot de Benveniste. Buscando incluir as marcas da enunciação na língua, Ducrot passa da consideração da enunciação como ato do locutor dizer algo para alguém, sob influência da filosofia analítica, na qual o que importa é o conteúdo e não a língua, para um novo conceito, em que a enunciação é tratada como o acontecimento histórico do aparecimento do enunciado, sendo que este significa aquilo que ele representa de sua enunciação, expresso pela língua.

---

<sup>26</sup> Aqui, Guimarães assume a crítica feita ao sujeito benvenistiano pela AD no Brasil. No terceiro capítulo, essa questão será discutida mais apropriadamente, mas já se anuncia aqui a discordância em relação a essa posição. Ela é mantida, porém, para que se possa verificar como se dá, em momentos diferentes na constituição do campo enunciativo no Brasil, a apreensão da teoria de Benveniste, mais ainda quando relatada por um autor que trabalha nesse campo.



Essa primeira divisão, apresentada por Guimarães (idem, p. 96), organiza-se em torno de um aspecto ligado à linguagem. Ou seja, na inclusão da subjetividade na língua, o sujeito se destaca “na medida em que se põe como uma questão de linguagem e de língua”.

Uma outra divisão é enfocada pela via da pragmática, vinda pela filosofia analítica. Nesta, a língua enquanto tal perde a ênfase, substituída pela consideração do sujeito na situação de uso dessa língua. Nesse campo, tem-se a consideração do sujeito psicológico que, consciente de suas intenções, é capaz de comunicá-las a alguém, sendo que a linguagem “aparece como instrumento para o locutor comunicar a alguém suas intenções, ou se se quiser, instrumento para alguém expressar para outrem suas intenções”. (idem, p.97).

De acordo com o mesmo autor, esse é o caminho empreendido por Jakobson na sua teoria comunicacional, que postula a informatividade da língua e homogeneidade do sujeito falante; por Grice, com a lógica da conversação, em que o sujeito está consciente de suas intenções e é capaz de comunicá-las a alguém; princípio também desenvolvido por Searle que, inspirado na teoria griceana, trabalha com os atos de fala e os estudos conversacionais; e, ainda, por Austin que, sob a influência de Wittgenstein, “é lido a partir do campo da pragmática intencional e da teoria dos atos de fala, onde o conceito de ação acaba por obscurecer a concepção de linguagem como jogo” (Idem, ibidem).

Essa segunda divisão, que trata o sujeito psicologicamente, traz a consideração de um sujeito individual, que fala em situações particulares, corresponde à abordagem do sujeito-origem de Authier-Revuz.

Uma terceira via apresentada por Guimarães destaca a consideração de Bakhtin que trata o sujeito socialmente, questionando a homogeneidade do sentido e do sujeito. A enunciação, nessa perspectiva, não é mais um fenômeno individual, mas sim *social*: a abordagem da língua deve ser feita a partir da relação entre o sujeito e a sociedade.

O tema dominante em Bakhtin, o dialogismo, diz respeito à presença do outro na materialidade do dizer, tanto o outro do diálogo entre interlocutores, quanto o do diálogo entre discursos. O sujeito perde o centro, sendo substituído por diferentes vozes sociais que fazem dele um sujeito histórico e ideológico. Não importa apenas o locutor, pois a palavra é dialógica, ou seja, está determinada tanto por quem a emite quanto para quem é emitida. O *tu* começa a ser considerado e sua relação com o *eu* é que vai explicar o funcionamento da linguagem.

Em relação ao trabalho de Bakhtin, Guimarães destaca que se opera, no Brasil, no campo dos estudos enunciativos, ligações com a teoria do autor pelo eixo benvenistiano (que, para o autor, embora se aproximem na consideração do um sujeito não psicológico, afastam-se na questão da alteridade como constitutiva do sujeito<sup>27</sup>), pela pragmática (na qual se usa Bakhtin para produzir uma formulação social das questões pragmáticas, numa aliança entre o psicológico e o social) e pela análise de discurso (AD).

Chega-se, então, ao quarto eixo descrito por Guimarães, que coloca a AD, como a teoria na qual o discurso é um objeto integralmente lingüístico e integralmente histórico e que também se volta contra a unidade e homogeneidade do sujeito. Para essa disciplina, segundo o autor (idem, p. 100), diferentemente de Bakhtin, a língua é considerada em sua ordem própria<sup>28</sup>. No entanto, uma outra aliança se opera, na medida em que essa corrente “se apropria, nos seus termos, do dialogismo bakhtiniano, da alteridade constitutiva do sujeito e do sentido. Alteridade configurada como social e ideológica”.

O sujeito é, portanto, concebido a partir da questão da não-unidade e não-homogeneidade, mas sendo constituído tanto ideologicamente quanto afetado pelo inconsciente, esta uma dimensão não tratada por Bakhtin.

---

<sup>27</sup> A subjetividade em Benveniste pressupõe a intersubjetividade. A alteridade nesse autor não possui a mesma dimensão que em Bakhtin, mas o outro é também fundamental na constituição do sujeito.

<sup>28</sup> Trata-se, aqui, de uma outra crítica por demais simplista e redutora da consideração da língua na obra de Bakhtin, que parece ter sido lido apenas pelas suas críticas ao objetivismo abstrato, apresentadas em *Marxismo e filosofia da linguagem*.

Em relação a esses dois últimos eixos, pode-se dizer que o que os aproxima é o estatuto reservado à presença do *outro*, caracterizado por diferentes teorias de formas muito divergentes, que vão desde a consideração desse outro como um segundo participante da interação comunicativa, até o Outro da teoria psicanalítica lacaniana que envolve outros discursos, não apenas o do eu e do tu, mas também o do inconsciente.

Esses dois percursos para a enunciação não são totalmente diferentes ou semelhantes. Aproximam-se em alguns momentos e afastam-se em outros. Foram evocados aqui por dois motivos. O primeiro é que ambos os autores são lingüistas que trabalham no campo da enunciação, ainda que Guimarães apresente forte influência da AD. O outro é que os dois preocuparam-se em um determinado momento com as divisões que acontecem na lingüística a partir da consideração do que fora excluído no *Curso*, a fim de balizar seu próprio trabalho. Em um campo díspar como a enunciação, a escolha de uma tradição, de uma corrente, de um recorte e, conseqüentemente, de um percurso, é fundamental. Ainda mais quando não se tem uma disciplina instituída. Para Authier-Revuz isso se resolve facilmente: ela se diz uma lingüista trabalhando no campo da enunciação. Guimarães parece não se encaixar integralmente em uma das disciplinas enunciativas, dada a sua recorrência a fatos do discurso oriundos da AD, e postula, então, uma nova teoria, a semântica do acontecimento, como disciplina englobando esses dois campos.

Essa é uma história das divisões dos fatos da enunciação na lingüística no Brasil. Formada a partir de filiações a autores diversos, enfraqueceu fronteiras teóricas enquanto promoveu combinações às vezes improváveis. O que torna mais complexo o domínio enunciativo, já que ele recobre várias correntes, muitas delas sem limites precisos. Vê-se que, de uma forma geral, o estabelecimento de uma lingüística da enunciação se deu pela consideração do uso da língua pelo sujeito, o que determinou que, inicialmente, qualquer consideração a esse respeito fizesse parte da pragmática. Ainda hoje, a consideração da enunciação pelo viés benvenistiano somente se apresenta nesse campo.

## CAPÍTULO 2

### O PROCESSO DE DISCIPLINARIZAÇÃO NA LINGÜÍSTICA: O CASO DA ENUNCIÇÃO

*São estes pontos de referência que dão a posição objetiva dos acontecimentos, e que definem também nossa situação em relação a esses acontecimentos. Eles nos informam no sentido próprio onde estamos na vastidão da história, qual o nosso lugar em meio à sucessão infinita dos homens que viveram e das coisas que aconteceram.  
(É. Benveniste)*

#### 2.1 Considerações iniciais

Uma ciência necessita de um precursor. Alguém, em determinado momento da história, começa (ou continua) a pesquisar os fatos de linguagem de um determinado ponto de vista que, como está no *Curso de Lingüística Geral*, vai criar o seu objeto, dando início a uma nova forma de ver, às vezes, o mesmo fenômeno que já havia sido tomado de uma outra determinada maneira.

Os caminhos para que essa via se disciplinarize, ou seja, torne-se um campo legítimo de estudos da linguagem, ganhe reconhecimento, tenha seguidores, institucionalize-se como disciplina, manualize-se como corrente lingüística a ser ensinada não é um processo simples nem rápido. Uma série de fatores contribui para que o novo possa se impor e conquistar a adesão de todo um grupo.

Em princípio, cada autor/pesquisador que se quer instalar em um determinado campo de estudos deve fazer o que Chiss & Puech (1999) designam como esforço de

representação dos saberes, no qual intervém, por um lado, um elemento normativo e um elemento avaliativo, para julgar se as novas teorias e os resultados encontrados estão em conformidade com as normas e os procedimentos dados *a priori*; de outra parte, trata-se da descrição, na qual essas teorias são consideradas como fatos<sup>29</sup>.

Em Benveniste, segundo Puech (1997), também há essa representação da lingüística na qual as suas considerações sobre o objeto, os níveis de análise, os procedimentos e o método não são o que caracteriza a concepção de ciência que guia seus trabalhos. Antes, e mais importante, ele pensa a ciência como o lugar onde é possível se orientar, situar-se e se transmitir, em um plano cultural e disciplinar.

Desse modo, não se pode considerar gratuita a escolha do título das duas obras em que Benveniste trata de questões da lingüística geral<sup>30</sup>. Puech destaca que, se há um estilo de pensar propriamente benvenistiano é o da problematização. Uma perspectiva própria que compreende abrir novas perspectivas, estabelecer relações, definir pontos de vista, não se satisfazendo com os recortes disciplinares certamente testados e já instituídos. Assim, sua obra não deixa de acusar a proclamada auto-suficiência dos saberes lingüísticos, que lhe permitiria uma consistência disciplinar, quando deveria, ao contrário, colocá-la em prova.

Uma problematização benvenistiana examina sempre dois pontos de vista<sup>31</sup>, mas na busca por “une autre voie, engagement personnel qui donne à l’analyse l’aspect d’une ‘méditation’ comportant des risques, impliquant des enjeux de pensée, passion des commencements véritables enfin, qui écarte – au moins par provision et en en

---

<sup>29</sup> Os autores estão se referindo aqui à distinção operada por S. Auroux (1980) entre os três elementos da epistemologia. O primeiro é a *epistemologia normativa*, que define a priori a correção das idéias, dos experimentos; o segundo é a *epistemologia avaliativa*, já que um trabalho de avaliação atende à necessidade interna de uma disciplina e faz parte de suas discussões indispensáveis, marcando a existência dos processos de regulamentação que tratam as teorias como objetos somente para compará-las; o terceiro é a *epistemologia descritiva*, que toma as ciências como fatos e se esforça para construir uma reflexão coerente acerca e seus aspectos teóricos, sociológicos e práticos. Nessa última, é importante considerar que história de uma ciência/disciplina é caracterizada pela sua dimensão temporal; é preciso, no entanto, distinguir entre a simples descrição de uma teoria passada (chamada temporalidade externa) e a tentativa de construir modelos de evolução, explicações para as mudanças (temporalidade interna).

<sup>30</sup> *Problemas de lingüística geral I e Problemas de lingüística geral II*.

<sup>31</sup> É o caso, por exemplo, do texto *A forma e o sentido na linguagem*, no qual dois pontos de vista, lingüístico e filosófico, são relacionados em “une véritable stratégie générale de ‘mise en crise’ des évidences de pensée et des positions disciplinaires que y sont associées”. (PUECH, op. cit., p. 388).

tenant compte – les médiations disciplinaires pour affronter l’objet même” (PUECH, op. cit., p.388). O autor situa-se no ponto em que o recurso à disciplina, como espaço de certezas e evidências, não é mais possível, Seu problema constituirá em reconstruir os princípios e não simplesmente inventariar os resultados já encontrados<sup>32</sup>.

É nessa medida que Benveniste recorre ao *CLG* não como causa primeira de teorizações posteriormente comensuráveis entre eles, comparáveis em suas abordagens respectivas e suscetíveis de serem reportadas a seu ponto de origem, mas para encontrar a dimensão prospectiva e projetiva que busca, na própria definição da língua, a possibilidade de uma nova lingüística. Na busca por uma semiologia de segunda geração “ne peut se formuler, selon un paradoxe qui n’est qu’apparent, que par un retour à la dimension projective du geste par lequel le Saussure du *Cours* institue la sémiologie de première génération” (idem, p. 389). Para Benveniste, trata-se de situar a lingüística na ordem semiológica, espaço comum que pode e deve reger as disciplinas do homem:

Plus précisément, c’est moins en multipliant les relations externes avec les autres disciplines qu’en se régénérant de l’intérieur et en ouvrant une nouvelle dimension de signifiante en son sein même, la dimension du discours, que la célèbre distinction proposée entre sémantique et sémiotique doit permettre une nouvelle distribution des savoirs du signe. (idem, ibidem).

É na representação que Benveniste tem do que seja a lingüística, do seu universo retrospectivo, presente na figura de Saussure e do saussurismo, e do seu horizonte de projeção, dado pela possibilidade de se pensar, a partir da origem, uma ciência mais geral dos signos, que o autor insere uma nova dimensão, aquela que não é a da língua, ainda que a implique, e também não a da fala, mesmo que precise dela. É a noção de enunciação, que é colocada por essa nova lingüística, que permite atualizar a língua, transformando-a em discurso.

---

<sup>32</sup> Puech (idem, ibidem) cita o artigo *Semiologia da língua* como exemplo do empenho de Benveniste em resolver o problema das relações entre lingüística e semiologia, no qual recorre a Saussure não para o repetir ou para o corrigir, “mais plutôt pour le réinvestir et y retrouver une charge conceptuelle potentielle en partie recouverte par l’héritage qu’il a, paradoxalement, legue”.

Forma-se, para os estudos da linguagem, um novo campo, que dará origem ao que, genericamente, pode denominar-se lingüística do discurso e, mais particularmente, à lingüística da enunciação ou às teorias da enunciação. O primeiro rótulo permite abrigar vários estudos de referências heterogêneas. Assim, trabalharam com enunciação autores como Benveniste, Jakobson, Culioli, Austin, Récanati, Bakhtin, Greimas, Pêcheux entre outros, de forma tão diferente quanto o são as teorias ou correntes lingüísticas das quais fazem parte. Portanto, não haveria uma teoria homogênea da enunciação no campo dos saberes da lingüística, mas uma diversidade de tratamentos de um mesmo fenômeno.

No entanto, se as teorias da enunciação deram lugar a diversas disciplinas, cujo ponto em comum é o tratamento dos fenômenos enunciativos, a lingüística da enunciação não se firmou como uma disciplina autônoma. Se alguns campos conseguiram se estabelecer dentro dessa ciência, disciplinarizando-se, isso não se deve a um maior rigor teórico e metodológico por uma determinada corrente no tratamento de um certo fenômeno que seria comum a uma série de pesquisadores. Antes, reflete uma filiação a uma tradição teórica mais fortalecida por interesses pessoais e institucionais. Dessa forma, algumas disciplinas são plenamente reconhecidas, como a semiótica, a teoria de atos de fala, a análise da conversação, a semântica, a pragmática, as análises de discurso, como atestam os recentes manuais de introdução à lingüística<sup>33</sup>. Outras, porém, carecem de um espaço específico, uma vez que recorrem a quadros teóricos diversos, fazendo com que, muitas vezes, alguns autores “criem” sua própria teoria, por não encontrarem espaço institucionalizado para o tipo de análise que estão fazendo, ou mesmo por compreenderem os fenômenos da linguagem de forma diferente dos já tradicionais<sup>34</sup>.

Para quem trabalha na linha enunciativa tendo como referencial a teoria de Benveniste a falta de um espaço delimitado é mais complexa, por exemplo, do que para quem trabalha na linha de Ducrot, que pode inscrever seu trabalho tanto na semântica

---

<sup>33</sup> Como exemplo podem ser citados os dois volumes organizados por Mussalim e Bentes (2000 e 2001); outros dois por Fiorin (2002 e 2003) e mais três por Guimarães e Zoppi-Fontana; Orlandi e Lagazzi-Rodrigues; Pfeiffer e Nunes (2006).

<sup>34</sup> Pode-se encontrar, então, uma *análise dialógica do discurso* ou uma *semântica do acontecimento*, por exemplo.

enunciativa como na argumentação, a partir dos estudos da lingüística textual. Para a enunciação benvenistiana restam disciplinas como a pragmática e a semiótica, dois campos disciplinares nos quais a enunciação é tratada. Porém, inserir-se nessas áreas requer mais do que o tratamento enunciativo da linguagem; significa também operar outros conceitos, reportar-se a outros autores, em um trabalho que pode se tornar mais complexo e mais abrangente do que o interesse inicial.

Ainda que, como indica Normand (1985), possa ver-se nos textos de Benveniste o que permitiu o advento de uma corrente lingüística sob formas diversas que se transformou na teoria da enunciação ou na análise do discurso, não existe instituída a primeira como uma disciplina, mesmo considerando a possibilidade da diversidade ou, ao menos, de um recorte nas teorias que dessem conta da enunciação, baseada nesse autor, firmando o que seria a lingüística da enunciação.

No campo duplamente heterogêneo – um mais geral que diz respeito aos estudos contemporâneos da linguagem e outro mais específico concernente aos estudos da enunciação – como configurar um domínio próprio à lingüística da enunciação? De que forma os saberes específicos desse campo fazem com que ele seja identificado como tal? Segundo Chiss & Puech (1999), em um momento no qual o sintagma ciências da linguagem tende a substituir o termo lingüística, definir a identidade de uma disciplina é se situar entre memória e porvir, entre extensão e limites, determinando sua configuração no todo que são os estudos da linguagem.

Desse modo, para entender como se dá a constituição disciplinar, é preciso atentar para (1) como uma disciplina se impõe e se demarca em um determinado campo do saber, quais relações mantém com as demais que lhe são adjacentes, semelhantes ou totalmente distintas; (2) como ela se situa em função de seu passado ou o da ciência da qual faz parte – através de que processos: rupturas, reformulações, acumulação, etc, agenciados por uma memória disciplinar que é, antes, social e institucional, já que faz parte também da construção daqueles que trabalham na área; finalmente, (3) qual o horizonte de projeção que os enunciados revelados pela memória



colocam para uma disciplina que busca seu espaço em uma determinada ciência. De tudo, pode perguntar-se: Como se configura o domínio do novo?

## 2.2 Configuração do campo enunciativo

Para Foucault (2000A), após décadas em que a atenção dos historiadores da ciência fixou-se preferencialmente para longos períodos em que as sucessões lineares tinham constituído até então o objeto de estudo, o interesse voltou-se para os fenômenos de ruptura<sup>35</sup>.

O conceito de descontinuidade em domínios como a história das idéias, do conhecimento, da ciência reserva, no entanto, uma série de problemas, já que rompe com as noções ligadas à continuidade: a *noção de tradição*, que permite situar o novo em relação a um sistema de coordenadas permanentes ao qual lhe dá *status*; a *noção de influência*, que dá suporte aos fatos de transmissão e comunicação; a *noção de desenvolvimento*, que possibilita a descrição de acontecimentos sucessivos como manifestação de um só e mesmo princípio organizador; a *noção de evolução*, que torna possível um estágio normativo; a *noção de mentalidade ou espírito de uma época*, que estabelece entre fenômenos simultâneos ou sucessivos um jogo de semelhanças, de ligações simbólicas.

A partir do momento em que esses postulados são abandonados, libera-se “conjunto de todos os enunciados efetivos, em sua dispersão de acontecimentos e na instância que é característica de cada um” (p. 92). Ou seja, o enunciado deve ser apreendido na singularidade de seu acontecimento, determinando-se suas condições de existência, fixando os seus limites, estabelecendo suas correlações com outros aos

---

<sup>35</sup> O ano em que Foucault escreve é 1968. Seu texto é uma resposta ao Círculo de Epistemologia, que lhe pede que defina o estatuto da ciência, de sua história e de seu conceito, a partir da relação entre as rupturas epistemológicas horizontais, que serviram, até então, para nomear a descontinuidade que a filosofia e a história das ciências acreditavam marcar o nascimento de uma ciência e que a precedia, e a descontinuidade vertical da periodização arqueológica, que delimitava, no contínuo, conjuntos sincrônicos, reunindo os saberes sob a forma de sistemas unitários.

quais pode estar ligado ou mesmo mostrando quais outras formas de enunciação ele excluiu.

Esse acontecimento tem para o autor, uma especificidade estranha: se, de início, é ligado à escrita ou à palavra, possibilitando sua existência permanente no campo da memória ou na materialidade dos manuscritos, dos livros ou de outras formas de registro; depois, como único, ele se presta à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, “ele é ligado simultaneamente a situações que o provocam e a conseqüências que ele incita, mas é ligado ao mesmo tempo, e de acordo com uma modalidade completamente diferente, a enunciados que o precedem e o sucedem” (p. 94).

É nesse sentido que para configuração do campo específico da lingüística, as disciplinas vão recorrer ao passado, mas não como uma forma de contar a sua história, e sim como um modo de retomar os enunciados que podem servir de balizagens teóricas para o novo. O enunciados já ditos retornam, ainda que não na especificidade de seu tempo, mas entram em circulação na memória específica das coisas ditas, sempre em relação ao dizer atual e o possibilita o que vai ser dito depois.

No domínio das coisas ditas, dois pontos são, então, importantes de serem discutidos. A primeira diz respeito ao modo como o campo é organizado e qual o estatuto da memória nesse campo. Considerando-se que a escritura de um manual materializa um domínio do conhecimento que deve ser aceito por uma determinada comunidade, muito dele já deve estar em circulação, pelo menos no grupo que vai tomá-lo com fonte de ensino. Explicando melhor: a escritura de um manual de introdução à lingüística vai apresentar uma “novidade” apenas aos alunos; os professores que vão usá-lo deverão constatar nele aquilo que já está formalizado como pertencente à área, ou seja, todo o conhecimento posto pelo manual deverá ser reconhecido através da memória como pertencendo à lingüística, ainda que seus enunciados não sejam iguais aos documentos originais. Do mesmo modo, as diferentes

seleções feitas pelos livros vão delimitar seus usuários, que aceitam este ou aquele conteúdo como fazendo parte da lingüística que eles pretendem ensinar.

Isso leva ao segundo ponto, que trata da questão da história da lingüística. Escrever ou organizar um manual supõe que *uma* história da lingüística vai ser contada: o problema está em como reconstruir e narrar as diferentes fases da lingüística, dada a multiplicidade dos modelos considerados válidos e adequados, ou ainda e antes, como proceder a uma seleção entre eles. Para o manual ser aceito como representativo de um determinado grupo acadêmico, deve contar a história que esse grupo reconhece, como se viu acima. Altman (2003) esclarece que, desde que a disciplina lingüística emergiu<sup>36</sup> no Brasil, ela

Envolveu mudanças relativas não só á concepção dos problemas e das formas de tratamento no poder acadêmico, na concepção da carreira universitária e na concepção de profissionalização do lingüista. Instaurada a disciplina, o novo corpo profissional que se formou em torno da Lingüística implodiu em inúmeros grupos de especialidades, divergentes não apenas no que diz respeito à escolha de teorias lingüísticas, métodos e objetos de análise, mas também no que diz respeito a questões mais sutis, como estilos pessoais de conduta e convivência acadêmica. (p. 27)

São justamente essas divisões que formam os diferentes grupos que fazem, escrevem e ensinam lingüística. Por isso, a necessidade de manuais diferentes: eles representam uma forma distinta de ver a história, colocada em circulação por uma memória social acadêmica que permite retomar, repetir, transformar ou mesmo esquecer os enunciados anteriores que circulam pelo mundo acadêmico e que formam o conjunto de tudo o que já foi dito, mesmo que nem tudo possa ser lembrado.

### **2.2.1 O domínio das coisas ditas**

Segundo Foucault (2000A), a análise do campo discursivo, ou seja, a descrição dos acontecimentos discursivos, deve estabelecer-se no domínio das coisas ditas,

---

<sup>36</sup> Altman (2003) não determina um início porque, segundo ela, a lingüística resulta de um longo e descontínuo processo de cientificação e institucionalização dos estudos lingüísticos no Brasil, que o antecede e o contextualiza.

domínio imenso constituído por todos os enunciados efetivos que tenham sido ditos ou escritos. Esses já-ditos devem ser considerados em sua instância e dispersão de acontecimento, na busca das unidades aí formadas:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (idem, p. 28).

Se o campo dos acontecimentos discursivos é um conjunto finito e limitado das seqüências lingüísticas formuladas, deve-se compreender o enunciado em sua situação singular e estreita, determinar as suas condições de existência, fixar seus limites, correlacioná-lo a outros enunciados aos quais possa estar ligado e mostrar quais exclui.

O que importa não é buscar o enunciado oculto sob o manifesto, mas mostrar por que aquele e não outro, excluído, como ele aparece entre outros, relacionado a outros, naquele lugar e não em outro. O enunciado deve surgir em sua irrupção histórica, como um acontecimento que não pode se esgotar nem na língua nem no sentido, visto que deve ser buscado em sua singularidade.

É na configuração do campo enunciativo que Foucault descreve as formas de coexistência dos enunciados, que delineiam:

- um *campo de presença*: compreende os enunciados já formulados e retomados em um discurso como verdade admitida, descrição exata, raciocínio fundado ou pressuposto necessário; os enunciados criticados, discutidos e julgados; e aqueles que são rejeitados ou excluídos. São relações implícitas e às vezes formuladas em enunciados especializados como referências, discussões críticas ou implícitas. Ambas podem ser da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas, da análise do erro;

- um *campo de concomitância*: compreende enunciados que se referem a domínios de objetos diferentes, pertencentes a discursos diversos, mas que atuam entre os mesmos enunciados. Isso porque valem como confirmação analógica, princípio geral, premissas aceitas, como modelos a serem transferidos a outros conteúdos ou “porque funcionam como instância superior com a qual é preciso confrontar e submeter, pelo menos, algumas proposições que são afirmadas”. (idem, p.65);

- um *domínio de memória*: compreende enunciados que não são nem mais admitidos nem discutidos. Ou seja, não se definem mais como corpo de verdade nem como domínio de validade, pois estabelecem com outros enunciados laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica.

A análise do campo enunciativo, que deve levar em consideração o já-dito, trata os enunciados em relação aos outros enunciados, isto é, a um conjunto de já-ditos. Se a modificação dos enunciados implica a existência de uma memória, qualquer discurso contém informações já enunciadas. Para Foucault (idem, p. 142), na análise devem ser considerados alguns aspectos em relação a esses enunciados.

O primeiro deles coloca que os enunciados devem ser considerados na *reminiscência* que lhes é própria. Não é o retorno ao acontecimento passado, nem da permanência na memória nem do reencontro com o que se queria dizer. Trata-se da sua conservação graças a suportes e técnicas materiais (o livro, por exemplo), instituições (como a biblioteca), modalidades estatutárias. Os enunciados são investidos em técnicas que lhes permitem serem aplicados em relações sociais que se constituíram ou se modificaram através deles. Assim, “as coisas não têm mais o mesmo modo de existência, o mesmo sistema de relações com o que as cerca, os mesmos esquemas de uso, as mesmas possibilidades de transformação depois de serem ditas” (idem, p. 143).

A abordagem dos enunciados na forma de *aditividade* é o segundo aspecto a ser considerado na análise. Diz respeito ao fato de que os enunciados não são um simples

ajuntamento de elementos sucessivos e que os tipos de grupamentos não são sempre os mesmos e definitivos para as categorias de enunciados.

Finalmente, a análise deve levar em consideração a *recorrência*, pois o enunciado pertence a um campo de elementos que o antecedem, em relação aos quais ele se situa. No entanto, ele pode reorganizá-los e redistribuí-los, se novas relações forem estabelecidas. porque

Ele constitui seu passado, define, naquilo que o precede, sua própria filiação, redesenha o que torna possível ou necessário, exclui o não pode ser compatível com ele. Além disso, coloca o passado enunciativo como verdade adquirida, como um acontecimento que se produzia, como uma forma que se pode modificar, como matéria a transformar, ou, ainda, como objeto de que se pode falar. (idem, ibidem).

O passado, aqui, não é um retorno, uma busca pelo estado inicial, uma temporalidade passível de retornar. Ele é agenciado pela análise enunciativa para caracterizar os enunciados no tempo em que eles subsistem, conservam-se, são reativados e utilizados ou esquecidos e, eventualmente, destruídos. Deve tratar-se, então, “enunciados na densidade do acúmulo em que são tomados e que, entretanto, não deixam de modificar, de inquietar, de agitar e, às vezes, de arruinar”. (idem, p. 144).

### **2.2.2 O campo da história**

Para toda disciplina, segundo Auroux (1980), existe uma história sancionada e outra esquecida. Contrário à tese de Kuhn de que a ciência destrói seu passado, cada vez que um novo paradigma emerge e rompe com o anterior, aponta que, na verdade, o que se faz é uma integração, um julgamento e uma reescritura do que foi feito antes. Esse processo é denominado pelo autor modalidades de reinscrição do passado, uma das características essenciais da descrição de uma disciplina.

Nesse sentido, há disciplinas que pouco retomam o passado para reinscrever o novo, como a lingüística, por exemplo. Se múltiplas rupturas acontecem nesse domínio,

torna-se mais importante ainda o interesse histórico, pois ele, notadamente, terá influência na explicação de certos tipos de fenômenos. A maturação e o aparecimento dos diferentes procedimentos constitutivos das disciplinas lingüísticas obedecem a temporalidades diferentes. Como não se pode falar de “invenção”, a não ser sobre a base de um sistema suficientemente estável, geral e aceito, o que não é o caso da lingüística, as diversas disciplinas do campo não surgiram do nada, mas se inscrevem em relação a um passado que deveria ser reconstruído pelas teorias modernas. Claro está, no entanto, que essa reconstrução não é simplesmente realizar uma crônica do passado, resumindo-se o trabalho a uma simples compilação de datas, nomes e ventos ligados às línguas e á linguagem.

A compreensão de uma teoria passada é somente possível por recorrência, ou seja, somente se pode dominar uma teoria a partir dos problemas contemporâneos. É a partir deles que vai fazer uma seleção, ordenação e interpretação dos fatos relevantes, com o objetivo de “descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento lingüístico em um determinado contexto social e cultural ao longo do tempo” (ALTMAN, 2003, p. 29). Nesse caso, o conhecimento histórico procede por conjuntura e hipótese, sem dispor, em sua linguagem descritiva, de categorias simplesmente coextensivas aquelas de seu objeto.

O realismo (a história “real”, como totalidade dos acontecimentos) é um mito particularmente nefasto para a história das ciências (seria suficiente reunir informações ordenadas por uma cronologia para fazer “uma história”). Antes que uma totalidade, é preciso considerar a “história real” como um domínio empírico. Não há história global que não seja um guia cronológico-ideológico. É preciso se concentrar em algumas questões teóricas bem localizadas, praticando uma história hipotético-confirmativa, que permita abordar os documentos com questões precisas a responder. É o que resta da única forma de se ter uma história na qual o progresso não se reduza ao crescimento (indispensável) da documentação. (AUROUX, op. cit.)

Em uma disciplina, o papel de sua história depende muito da natureza de seu objeto, isto é, de sua relação do objeto com o tempo, porque ele é de natureza histórica. A constituição dos fenômenos em objetos de conhecimento, nas ciências da linguagem, tem a ver com as finalidades com as quais se modelam, às vezes de forma oculta, as construções teóricas. Se a linguagem é o lugar de uma prática social, a sociedade é o lugar da instalação dos poderes. Por isso, quaisquer que sejam a definição do objeto e os procedimentos de análise, nunca um conhecimento é desinteressado, porque as ciências são práticas sociais. É assim que a diversidade de teorias e métodos que caracterizam a produção lingüística brasileira pode ser vista “como um reflexo deste particular processo mais geral de pulverização das ciências da linguagem em múltiplas direções que, no espaço de poucas décadas, sofreram descontinuidades e retomadas”. (ALTMAN, op. cit., p.39). Mas, também, reflete os valores da sociedade que a produz e a sustenta.

Do mesmo modo, continua Auroux (op. cit.), os resultados que se obtém na prática histórica são sempre mediações. O trabalho científico é acompanhado por um *horizonte de retrospectão*, que pode apresentar um estatuto diferente dependendo da teoria: algumas vezes um trabalho de pesquisa é acompanhado de uma retrospectão importante, no qual se discutem teorias nas quais o conceito tratado não aparece ou aparece se forma diferente do que no momento; ou, ao contrário, pode haver uma reinscrição mais simples, em que a retrospectão foi feita porque o novo conteúdo foi questionado.

O principal efeito (e vantagem) do horizonte de retrospectão é orientar o trabalho do historiador. Uma estratégia geral consiste em tentar reinterpretar o que se supõe ser um fato na teoria da qual se dispõe. Isso pode ser feito de dois modos: ou se confronta a teoria através dos exemplos ou se tomam as teorias para mostrar sua ligação. Essas duas estratégias não são exclusivas, o sucesso da primeira é que garante o interesse da segunda, fazendo com que elas cheguem aos mesmos resultados; mas, somente a segunda apela a dados históricos. A informação histórica se conecta, então, com o



trabalho científico pelo viés avaliativo da teoria – justamente o que possibilita que muitos objetos encontrem seu lugar.

É preciso admitir, com Altman (op. cit., p.36), que o avanço no conhecimento produzido nas ciências da linguagem ocorre não apenas por rupturas e descontinuidades, mas também por acumulação e continuidade. Assim,

(a) é possível que teorias (ou trabalhos) historicamente dispersos, por exemplo, sejam reaproximados epistemologicamente, na medida em que compartilham da mesma concepção geral de como deve ser o fazer da Lingüística e do lingüista; (b) é possível que teorias (ou trabalhos) contemporâneos, ao contrário, divirjam fundamentalmente quanto às suas concepções gerais de ciência e de fazer ciência, na medida em que se enquadram em programas de investigação diferentes

Desse modo, é possível ver como as disciplinas contemporâneas, em um dado momento histórico, disputaram (e ainda) disputam a hegemonia científica em uma ciência. Com a multiplicidade de domínios buscando espaço e reivindicando autonomia, multiplicaram-se, também, os espaços de institucionalização dos cientistas, que se dividiram em inúmeros grupos de especialidades, a maior parte das vezes, autônomos uns em relação aos outros. Portanto, na história da lingüística, Altman (op. cit. p. 44) propõe que “os vários movimentos de unificação e diversificação do campo sejam vistos não como teorias descontínuas que disputam, a intervalos, o mérito de ser a ‘verdadeira’ lingüística, mas, sim, como um conjunto de interesses, orientações e linhas de trabalho diferentes que disputaram, no contínuo histórico, o centro das atenções da comunidade científica”.

### **2.2.3 A história e as disciplinas**

Como se viu, o perfil da lingüística através da história mostra que, ao lado de grandes linhas de continuidade nos modos de abordar a linguagem, de cujo depósito e sedimentação se obtém a caracterização nuclear do fenômeno, há grandes movimentos de mudança e ruptura, promovidos por fatores internos e aspectos contextuais que

facilitaram a progressão do conhecimento e que explicaram a diversidade das disciplinas. Assim, qualquer abordagem na lingüística não pode deixar de considerar as linhas evolutivas dessa ciência, inscrevendo a sua disciplina na continuidade de investigações precedentes, mesmo que para refutá-las. Disso decorre, por exemplo, o fato de que muitos trabalhos da área comecem citando Saussure.

Esse movimento conduz à delimitação do objeto, método, objetivo e enfoque diversos que vão estruturando a própria lingüística, bem como suas áreas ou disciplinas. Mais do que se tratar os fenômenos da linguagem, ou ao mesmo tempo em que se faz isso, está-se promovendo a organização do campo em escolas, correntes, teorias. Desse modo, integra-se o estudo da linguagem à perspectiva disciplinar, inserindo uma nova orientação em uma determinada tradição, ela também tributária de alguma outra, e assim sucessivamente.

É por isso que a investigação e o conhecimento do progresso da lingüística não podem ser feitos de forma apenas seqüencial, com uma exposição isolada, estática e particular dos fundamentos da área nas diferentes correntes. O tratamento das bases precisa de valoração, contextualização, adequação e causas relacionais de seus conteúdos, pois é importante considerar que os saberes avançam e se imbricam e também que eles não “vêm do nada”, mas de recorrências seletivas em abordagens prévias, isto é, têm sua base na tradição.

A partir de uma compreensão mais aprofundada do campo, as abordagens podem se tornar mais completas, ou ainda podem surgir novas necessidades, novos objetos, razão pela qual se formam as diferentes áreas ou correntes. Surgem, então, concepções baseadas em decisões tomadas a partir de critérios de valoração<sup>37</sup> e adequação ante a diversidade de enfoques possíveis. Caracteriza-se, portanto, um duplo modo de situar uma nova disciplina: primeiro levando em conta, por um lado, a tradição dos estudos da linguagem e, por outro, a situação da lingüística na atualidade.

---

<sup>37</sup> Essa valoração não corresponde a um julgamento entre teorias (“esta é melhor ou pior do que aquela”, “mais ou menos completa”, etc), mas diz respeito à relação teoria-método-objetivo (“esta teoria é mais adequada para tratar este determinado objeto com este determinado objetivo”).

É um modo de proceder seletivo, característico de toda busca de conhecimento, cujo modo de apreensão consiste, precisamente, em recortar e ordenar a realidade, criando uma representação, uma imagem do objeto a ser estudado.

Descrever a lingüística a partir de seu interior é mostrar a diversidade dos objetos e procedimentos das disciplinas que dão a sua configuração interna. Porém, não se pode deixar de considerar o contexto intelectual e as coordenadas, tanto históricas quanto do progresso do fazer científico interno ou externo à lingüística, que envolvem as diversas disciplinas. Qualquer nova tendência (ou mesmo um novo enfoque em uma mesma tradição) deve estar de acordo com o “estado da arte” à época, mas também deve se posicionar em relação ao passado histórico tanto de sua teoria quanto da lingüística ou mesmo da ciência em geral, principalmente em relação às disciplinas que, de algum modo, consideram o fenômeno da linguagem.

Se essa tarefa vai permitir uma reavaliação do campo científico próprio à linguagem, possibilitando que o novo se estabeleça, tal vai acontecer a partir do conhecimento atual, porque o olhar retrospectivo sempre leva em consideração o momento presente. Isso vai mostrar, ao mesmo tempo, que as disciplinas não foram/estão definidas para sempre: elas podem variar em função de mudanças em seus conceitos fundamentais ou área de abrangência ou mesmo podem desaparecer, dependendo da profundidade das mudanças ocorridas. Entender a história da lingüística por meio da configuração de suas disciplinas pode deixar entrever que estas são o resultado das concepções sobre a matéria de interesse e o produto das pretensões que guiam os estudos, tudo isso derivando do contexto histórico e intelectual em que elas estão inseridas (Pérez, 1999).

Sem entrar propriamente na questão da historiografia da lingüística<sup>38</sup>, percebe-se que, ao se definir uma escola, há um trabalho mesmo de revisão histórica não apenas

---

<sup>38</sup> A questão da disciplinarização aproxima-se da noção de historiografia da lingüística na medida em que ambas promovem uma renovação valorada dos acontecimentos no interior do campo a partir do estágio atual, esta última fazendo “une *description rationnelle et systématique* de l’histoire de la linguistique (ou d’une partie de cette histoire). Ceci impliquera que l’historiographe de la linguistique en pourra se limiter à un catalogue de ‘petits faits vrais’ (noms d’auteurs, de livres, etc.), mais qu’il devra décrire (au lieu d’énumérer) les relations systematiques à l’intérieur de

do campo em essa corrente se instaura, mas, de forma mais geral, dos antecedentes que a tornaram possível. É nesse sentido que Rajagopalan (1989) defende que um texto em lingüística somente se torna aceitável entre os lingüistas no momento em que o autor/pesquisador toma consciência sócio-histórica a respeito da própria disciplina, ou seja, sabe o que pode falar, de que lugar, em que época. Defendendo a idéia de que é impossível “separar o ato de historiar a lingüística do próprio fazer a lingüística” (p. 232), o autor considera que

(a) historiar a lingüística significa fazer, ao mesmo tempo, a própria lingüística e (b) fazer a lingüística significa históriá-la, ou seja, todo lingüista, queira ou não admitir o fato, é um historiador da lingüística, e o historiador da lingüística, por sua vez, está predestinado a participar da própria história e da própria ciência que se deseja contemplar, se nelas se envolver. (idem, ibidem).

Isso significa que quem faz lingüística, ou seja, quem pesquisa/ensina lingüística não pode deixar de fazer a história dessa ciência. No primeiro caso, colocar-se em uma determinada orientação requer um conhecimento/reconhecimento retrospectivo amplo da área. Na questão do ensino, trabalhar com as diferentes correntes significa apresentá-las a partir do lugar teórico em que o professor/pesquisador se encontra, resultado desse movimento de situar-se em um horizonte teórico marcado por uma história a ser recontada.

Nesse sentido, Rajagopalan caracteriza a lingüística como um saber argumentativo e rejeita a tese do progresso cumulativo do saber, porque “qualquer ‘retrospectiva’, longe de ficar restrita a um ‘olhar distante’ e não participativo sobre o

---

*l'immense histoire de la linguistique (et surtout les relations systématiques à l'intérieur des théories et entre les différentes théories”.* (Swiggers, 1983, p. 59). Assim, a historiografia não é apenas a história cumulativa ou a história dos antecedentes, mas a história crítica e reconstruída da evolução progressiva da lingüística. É nessa medida que as áreas se aproximam, pois o ponto de vista disciplinar baseia-se em reformulações, contextualizações dos conhecimentos, relações múltiplas, colocadas em um movimento paradigmático de retrospectão que também não é simplesmente olhar para a história da disciplina e da ciência como uma crônica dos acontecimentos anteriores. No entanto, a questão da disciplinarização considera este apenas um primeiro momento, anterior à necessidade de se considerar o momento de projeção. Ou seja, não se trata apenas da reconstrução valorada do passado, mas também uma orientação para o futuro, situando a disciplina em uma série disciplinar na qual ela é herdeira, mas a modifica, na medida em que ela instaura um horizonte de projeção para si, pensado a partir de considerações prévias sobre o campo. Isso será visto com mais atenção no próximo capítulo; por enquanto, importa aqui a questão central em historiografia da lingüística – essa reconstrução valorada – que mostra que o progresso no conhecimento dos fenômenos da linguagem através da história está fundamentado na delimitação paulatina das áreas da lingüística. (PÉREZ, 1999).

chamado 'estado da arte', acaba, por força da própria natureza da tarefa, *recriando* seu objeto, ou se quiser, integrando-o ao próprio objeto” (idem, p.233). Para o autor, a posição teórica que cada pesquisador assume influencia o seu modo de ver os fenômenos.

As bases que fundamentam o campo da lingüística se definem ao longo da história da disciplina, no modo como o conhecimento sobre a linguagem foi tratado ao longo do tempo. Essas bases determinam não só a sua história, mas também a sua atualidade; é através desse olhar retrospectivo que vai se delineando um passado feito tanto em *linhas contínuas*, em um processo de acumulação de idéias, retomadas conceituais ou metodológicas, releituras fiéis, quanto por situações de *mudança e ruptura*, promovidas ou por fatores internos ou por questões de contexto científico de uma determinada época. Pérez (op. cit.) aponta que se as primeiras são responsáveis pelo depósito e sedimentação dos conhecimentos, dos quais se obtêm a caracterização nuclear do fenômeno e a delimitação do seu âmbito de abrangência, as segundas facilitam a progressão do conhecimento e explicam a diversidade de abordagens na disciplina.

Assim, é no progresso do conhecimento sobre os fatos da linguagem, tomados através da história da lingüística, que estão fundamentadas a paulatina construção e a delimitação das áreas dessa ciência. É por isso que “Las diferentes aportaciones sobre diversos aspectos del lenguaje y de las lenguas ni surgen espontáneamente ni se sitúan en un único plano o hacia un mismo objetivo. Por el contrario, asientan sus raíces en investigaciones precedentes, y su ubicación en áreas de la Lingüística depende de *cómo* se atiende a *qué* hechos y *con qué* finalidad” (idem, p. 207). Na linha evolutiva da própria lingüística está o princípio, a origem das disciplinas fundamentais do campo, pois é ao longo de sua história que são definidos os objetivos e objetos das investigações e que são determinadas as concepções básicas que definem os fatos de linguagem. Qualquer orientação “nova” que pretenda se constituir deve se apropriar desse conhecimento já definido para se posicionar em relação a ele. Em um primeiro momento, aceitar ou refutar o já construído; mas, a partir da adesão a um campo, não é possível negar todos seus fundamentos – a maioria deles deve ser recortada, para que

se possa reordenar e relacionar os conhecimentos, na pretensão de aprendê-los. Desse modo,

La extensión y profundización en el conocimiento de los fenómenos lingüísticos es un proceso paulatino y dinámico que, en un sentido, obliga a tener presente y a respetar las líneas evolutivas y los trazados en la procura del saber a lo largo de la historia, y, en otro, conduce a una delineación de métodos, enfoques, propósitos y agrupaciones de temas, que van edificando lo que es la estructura del campo disciplinar – el ámbito de la lingüística – en áreas y subáreas. (idem, ibidem).

Delineiam-se, então, as diferentes disciplinas da lingüística, resultado da evolução interna do campo, indispensável dados o acúmulo de informações sobre a linguagem e o aprofundamento de suas bases, dimensões e estrutura. Segundo a mesma autora (ibidem), o que vai, em última instância, conferir especificidade a cada área é o objeto de estudo definido, já que os objetivos podem ser comuns a diversos campos, a metodologia pode ser compartilhada e as dimensões e interesses também podem ser coincidentes.

Todas essas possíveis semelhanças conferem ao estudo da linguagem uma divisão tanto científica quanto disciplinar, na qual as fronteiras não são bem nítidas, o que acaba por revelar problemas na configuração teórica ou metodológica das suas correntes. Isso justifica, por exemplo, que não se tenha bem claro o uso de termos específicos a cada área, ou mesmo que os mesmos termos digam respeito a aspectos diferentes, pois provêm de teorias distintas e recobrem uma outra dimensão; ou ainda que confusões possam ser feitas em relação a uma abordagem metodológica incoerente com a teoria trabalhada, uma vez que não são todas que apresentarão uma metodologia usual, mas dependem de uma construção a ser feita por cada trabalho; ou, finalmente, a imbricação de teorias que não percebem/tratam os fenômenos do mesmo modo, aproximadas, algumas vezes, pelos motivos anteriores, outras pela necessidade (impossível ainda que ansiosamente procurada) da completude. Dificuldades, no entanto, compreensíveis (mesmo que não aceitáveis) no campo heterogêneo que dá forma à lingüística.

## 2.2.4 A questão da memória

Courtine (1994) observa que houve, ao menos na França, uma mudança nos quadros da relação da lingüística com a história. Se, nos anos 60, essa relação estava restrita ao projeto da análise de discurso, as transformações dos objetos e dos métodos no interior dos trabalhos discursivos levaram a importantes trabalhos que visavam a historiar a lingüística.

Nesse sentido, dois momentos podem ser constatados. O primeiro, que pode ser encontrado em muitos trabalhos antigos ou mesmo nos mais recentes<sup>39</sup>, compreende os estudos realizados após os primeiros desenvolvimentos dos anos 60. Neste, as pesquisas pioneiras contavam com apenas um ou dois manuais de história da lingüística. Apresentava-se uma perspectiva geral na qual a reflexão sobre a história da disciplina estaria sob o domínio da “saussurologia”, isto é, a idéia de que o surgimento da lingüística como ciência estaria fundada sobre o “corte epistemológico” fundado com o *CLG*. Tal ponto de vista projetaria sobre a história da lingüística o modelo de cientificidade tardio constituído com o estruturalismo inspirado no *Curso*: tratar-se-ia de reordenar toda a história do pensamento lingüístico a partir deste suposto corte, dando-lhe retrospectivamente todo o sentido. Com isso, a existência do corte se legitimaria *a posteriori*.

O segundo momento, considerado a partir de meados dos anos 70, apresenta um desenvolvimento considerável na lingüística, relacionado ao aumento de informações sobre as transformações dos saberes sobre a linguagem. Embora tal fato tenha trazido várias conseqüências para a história das ciências da linguagem, Courtine (*idem*, p. 8) destaca a constituição de uma memória para a lingüística. É através da historiografia recente que essa memória se delinea, trazendo uma outra concepção que, se não nega a importância do acontecimento científico que representa o *Curso*, relativiza-se o alcance do corte saussuriano na história da disciplina, inscrevendo a teoria de Saussure na continuidade histórica dos estudos da linguagem desenvolvidos ao longo do século

---

<sup>39</sup>Como, por exemplo, os trabalhos de Chiss & Puech (1994, 1995) que fundamentam esta pesquisa.

XIX. Desse modo, a escola saussuriana seria apenas uma das conseqüências do nascimento da lingüística como forma de saber e de prática teórica surgida em um determinado contexto, tendo por isso um determinado objeto. É o caso, por exemplo, dos trabalhos que começam a considerar a lingüística principalmente a partir do método-histórico comparativo ou aqueles que apontam as reflexões de Saussure na continuidade dos estudos sobre a linguagem desde épocas mais remotas que o século XIX.

Qualquer que seja a perspectiva assumida, é importante salientar a referência sempre constante a Saussure (ou ao *Curso*) que liga história e memória. Assim, em toda produção discursiva, circulam enunciados anteriores, que funcionam como um efeito de memória na atualidade do acontecimento. É uma *memória discursiva*, que retornam ao dizer, sob a forma de redefinições, contradições, ruptura esquecimentos, negações, etc. Quando relacionada ao estudo dos processos de produção dos conhecimentos científicos, ou seja, à história das ciências, configura-se a tensão de um processo que se situa entre memória e antecipação, irrupção da mudança como ruptura, na repetição do mesmo. Nesse sentido, a memória é a possibilidade de articulação do processo discursivo, permitindo caracterizar essas repetições, rupturas, transformações ou mesmo os esquecimentos que o formam. (COURTINE, 1981).

Nesse ponto, chega-se a questão da repetição/regularização. Achard (1999), para explicar essa dialética, parte da palavra tomada em sua unidade, considerando o que lhe dá identidade, aquilo permite que ela seja reconhecida em diferentes contextos: a sua repetição. No entanto, as repetições acontecem a partir de uma regularidade, necessária para que se atribua sentido a essa unidade. Se a repetição é feita a partir de um elemento, a regularidade se apóia no reconhecimento do que é repetido.

Para o autor (idem, p.16), estabelece-se um “jogo de força simbólico no reconhecimento do mesmo e de sua repetição”. Isso permite “procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais”. A memória discursiva tem o papel de ajudar esse redizer, reconstruindo o acontecimento na enunciação: ela



“não restitui frases escutadas no passado mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstruído pelas operações de paráfrase”.

Por isso, é na língua e pela língua que essas relações se estabelecem. Pêcheux (2002) aponta que

(...) todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (...). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. (p.53).

Para o autor, os acontecimentos discursivos devem ser tomados em redes de memória, possibilitando filiações identificadoras. Como o discurso-outro é uma presença virtual na materialidade dos enunciados, esse outro se marca como lei do espaço social e da memória histórica.

O social<sup>40</sup> é considerado por Davallon (1999) como dimensão organizadora da memória. Segundo o autor, há uma distância que separa a realidade do fato de significação, ou seja, entre o registro da realidade e a memória social; “entre a reprodução de um acontecimento e a função social de instituição/re-instituição do tecido social atribuído à memória”. (idem, p.24).

No estabelecimento de uma memória social é necessário que um acontecimento revista-se de importância suficiente para, posteriormente, causar impressão, possibilitando a sua lembrança. Essa primeira constatação articula-se a outra: lembrar um acontecimento não é apenas trazer a tona essa memória social. Ele deve ser reconstruído a partir dos dados e noções comuns que possuem os diferentes membros de uma sociedade, de um grupo específico, em uma dimensão intersubjetiva.

---

<sup>40</sup> O social é aproveitado aqui como o espaço ocupado pela comunidade de cientistas, ou seja, os lingüistas, pesquisadores que trabalham no âmbito da lingüística.

Um acontecimento memorizado poderá entrar para a história, fazendo com que a memória de uma comunidade ultrapasse seus limites. Como acontecimento histórico, no entanto, torna-se elemento vivo de uma de uma memória coletiva, ou seja, como o autor denomina, uma memória societal. Tem-se, então, uma conjunção entre memória coletiva e história. Para isso, “o acontecimento tomará o valor de uma espécie de ponto originário da comunidade social: o acontecimento se dará em um momento singular do tempo; mas a essência do ato se encontrará para sempre na própria estrutura do objeto que representará (...). Ele se tornará indissociavelmente documento histórico e monumento de recordação” (idem, p.26).

A questão da memória discursiva fazendo uma ligação entre o social (o próprio de uma comunidade) e o histórico, possibilita, na lingüística, que aquilo que é agenciado pelos lingüistas, a respeito do passado de sua disciplina ou mesmo da ciência da linguagem, configure o campo específico e um mais geral em que o pesquisador se coloca. Do mesmo modo, permite que as diversas teorias que fazem (ou que já fizeram) parte da lingüística sejam referidas como acontecimentos discursivos que estruturam a área, dando-lhe sentido a partir de enunciações que, mantendo relações com o já-dito, atualiza as formulações sobre a linguagem feitas por essas correntes, nas quais se produzem transformações, repetições ou mesmo refutações. Finalmente, é através desse movimento de repetição e regularização que se organizam os manuais que servirão para o ensino, tanto do momento atual quanto da história da lingüística.

### **2.3 Relações entre conhecimento científico e conhecimento escolar**

Para Chiss e Puech (1999), em um trabalho de história e epistemologia da linguagem, a noção de disciplina funciona tanto no mundo científico (da pesquisa, da “invenção” dos saberes) quanto no mundo da transmissão (escola, universidade). É por isso que o conceito de disciplinarização deve ser entendido na interface problemática entre a constituição dos conhecimentos sobre a linguagem (e a língua) e as modalidades de sua circulação e apropriação.

Normand (1985) coloca a questão da transposição didática em termos de deslocamento entre “discurso científico” e “discurso pedagógico”<sup>41</sup>. Para a autora, há um deslocamento entre os conhecimentos na passagem de um a outro, ainda mais quando uma teoria não se encontra totalmente finalizada, se este termo pode ser aplicado a uma pesquisa científica, sempre sujeita a reformulações. Assim, a palavra pesquisa mantém uma dupla relação com o mundo do ensino: aquilo que se faz, se busca, se procura descobrir e aquilo que se ensina na escola, na universidade, nos cursos.

Dependendo do grau de amadurecimento, do tempo passado, a pesquisa pode estar mais ou menos presente no ensino. Uma ciência, nesse caso, pode ser entendida na refração pedagógica das pesquisas teóricas. É nesse sentido que as colocações de Normand interessam aqui. De que modo uma teoria científica é apreendida por uma comunidade que além de cientistas, pesquisadores também são professores?

Aquilo que é ensinado representa um recorte de uma determinada teoria: permanece o que é o essencial, o que apresenta, em linhas gerais, ao menos, o pensamento de um autor. Como bem lembra Normand (idem), os alunos de um curso de lingüística ou de filosofia se tornarão professores ou pesquisadores, dando continuidade ou não a pesquisas que podem ter seu início justamente nessas aulas.

A questão da transposição didática, do mundo de ensino, do discurso pedagógico, conforme o chamem diferentemente cada autor, não tem somente importância para que se tome conhecimento do “estado da arte” de uma ciência, mas para a formação de futuros pesquisadores principalmente. Escolher tal face de uma teoria não é uma

---

<sup>41</sup> Retoma-se o texto apresentado no capítulo 1, em que Normand compara as anotações dos alunos dos cursos de Dubois e Ricoeur. Particularmente interessante para este trabalho é a defesa que a autora (idem, p. 34-35) faz da utilização das notas em detrimento ao uso das obras publicadas dos autores. Diz ela que os estudantes de 1966-1967 podem ter se tornado pesquisadores e/ou professores, contribuindo para a seqüência da reflexão teórica. Assim, a história de uma ciência pode ser lida naquilo que se transforma em material a ser ensinado, ou seja, a *refração pedagógica das pesquisas teóricas*. As notas, pelo seu caráter de resumo de conhecimentos, questões e dúvidas são o testemunho, mesmo em seus erros e suas lacunas, do que era essencial a ser retido, do que era compreendido ou não.

questão sem conseqüências, ou com a conseqüência menor de que um autor não seja suficientemente conhecido no mundo acadêmico.

Em que pesem questões de disciplinarização, os saberes escolares dizem respeito antes de tudo a uma continuidade ou não de pesquisas, de formação de grupos e estão diretamente ligados aos saberes científicos e aos deslocamentos, lacunas, críticas e dúvidas que eles suscitam ao serem ensinados. Ou seja, ao se apreender o universo científico dos estudos da linguagem, na academia, qualquer seleção e a conseqüente reformulação do conhecimento produzido no âmbito da pesquisa podem garantir a consolidação de uma disciplina ou até mesmo provocar o desaparecimento de outras. A seleção do que ensinar e como ensinar, através de qual material não é uma escolha neutra: ela reflete os interesses institucionalizados da pesquisa lingüística no Brasil.

### **2.3.1 A seleção do conhecimento de ensino**

Forquin (1992), ao discutir a seleção dos saberes escolares<sup>42</sup>, mostra que esse processo apresenta dois aspectos quando se deve escolher o que figurar como conteúdo de ensino. O primeiro evidencia que a conservação e a transmissão da herança cultural do passado são funções essenciais da educação. Mas, essa reprodução, que se efetua através de um trabalho de memória coletiva supõe obrigatoriamente que muito seja esquecido ao mesmo tempo em que há uma reinterpretação e uma reavaliação contínuas daquilo que é conservado. O quer dizer que a memória escolar funciona também na base do esquecimento e que aquilo que é ensinado é apenas uma ínfima parte dos fenômenos apreendidos ao longo do tempo.

---

<sup>42</sup> O trabalho de Forquin (1992, 1993) trata da relação escola-cultura, isto é, como é promovido, no âmbito da cultura, a seleção do conhecimento escolar, ou seja, os conteúdos que a escola deve ensinar, e a reelaboração desses conteúdos a fim de que eles se tornem material de ensino. Para este trabalho, essas duas questões são interessantes porque tratam da questão da seleção, que se aproxima das escolhas de teorias no interior da lingüística que figuram em um manual de introdução, e da reelaboração desse saber promovido por sua introdução em um objeto de ensino, como se verá na discussão sobre a transposição didática, a disciplinarização e a manualização.

Qualquer seleção sobre o que ensinar, então, realiza um recorte no amplo espaço dos conhecimentos produzidos por um grupo social. Isso, relacionado ao ensino da lingüística, corresponde à necessidade de seleção dos fenômenos tratados anteriormente por essa ciência, pois nem tudo pode ser ensinado, dadas a quantidade e a diversidade dos estudos feitos na área e o tempo limitado de que dispõe um curso.

O que Forquin salienta, no entanto, é que a forma como se representa esse passado e a relação que se estabelece com ele constituem uma dinâmica altamente conflituosa e depende de todo o tipo de fatores sociais, políticos e ideológicos. Em função da época, do nível de estudo, dos estudantes, das ideologias pedagógicas, o sistema de relações de força dos grupos que buscam controlar as transmissões educacionais, não são os mesmos aspectos que serão referidos, interpretados ou transmitidos no âmbito do ensino.

O segundo aspecto da seleção do saber a ser ensinado aponta para o presente, aquilo que constitui, num dado momento, o conhecimento que está em curso no interior de uma sociedade (aqui, de uma ciência) e que, por isso, é suscetível de ser transmitido em um sistema de ensino. Do mesmo modo, nem tudo o que está sendo trabalhado pode ser transmitido, pois o tempo é limitado, e o interesse daqueles que promovem o ensino (e a produção de material para esse ensino) é variado quando se trata da totalidade dos estudos em curso. Por isso, “diferentes escolas podem fazer diferentes tipos de seleção no interior da cultura. Os docentes podem ter hierarquias de prioridades divergentes, mas todos os docentes e todas as escolas fazem seleções de um tipo ou de outro no interior da cultura”. (FORQUIN, 1992, p.31).

É nessa dinâmica que Forquin coloca a existência das disciplinas de ensino como característica morfológica essencial do saber escolar, dotadas de uma forte identidade institucional e entre as quais existem fronteiras bem definidas. As divisões, considera o autor, são mais o resultado de fatores sociais do que das próprias necessidades epistemológicas e didáticas da organização do ensino, pois não há, no sistema de saberes escolares, uma justificação objetiva para a compartimentação do saber. O que

essa separação reflete são os hábitos corporativos, os preconceitos ou o interesse de certos grupos profissionais, já que existem relações de competição e de cooperação que definem as fronteiras entre as disciplinas, que exigem fidelidades de seus membros e conferem a eles um sentimento de identidade.

Isso quer dizer que, no nível universitário de ensino da lingüística, da totalidade das correntes que tratam a linguagem, nem todas vão ocupar o mesmo espaço nas grades curriculares dos cursos de Letras. Algumas sequer farão parte, outras terão suprimidos alguns de seus aspectos, outras ainda serão tratadas mais completamente. Tudo vai depender do interesse daqueles que, em primeira instância, organizam os currículos e, depois, dos docentes que os colocarem em prática nas diversas disciplinas do curso<sup>43</sup>. Na estruturação das disciplinas no âmbito da lingüística, as diferenças que existem nos diferentes currículos de diferentes universidades são o resultado da existência de grupos com interesses particulares que, mesmo diante da necessidade de estabelecer um núcleo comum de formação dos estudantes, definem o que deve ser ensinado.

Além da seleção entre os saberes disponíveis num determinado momento de uma sociedade, a educação escolar deverá, também, encarregar-se de sua reorganização e de sua reestruturação, a fim de torná-los transmissíveis e assimiláveis, no processo de transposição acadêmica dos conteúdos.

### **2.3.2 A transposição didática**

O conceito de transposição didática é originário de Y. Chevallard (2005) que propôs o termo para mostrar, no âmbito da didática das disciplinas (matemática, no caso apresentado por ele), as transformações que um saber sofre quando passa do

---

<sup>43</sup> Do mesmo modo, no manual, essa seleção vai se dar em função daquilo que seus autores julgarem pertinente ser estudado, pois a produção de um material que dê conta de todos os enfoques possíveis, de todas as escolas, dos objetos e métodos, ou seja, um material completo, parece impossível de ser produzido. De qualquer modo, ele teria a amplitude de uma enciclopédia, pouco se prestando ao uso no ambiente formal de ensino. Mas seria, ainda assim, o produto de um autor (ou de um grupo) que também apreende o campo de uma determinada posição.

campo científico para o domínio escolar, ou seja, parte do processo que envolve a didatização dos conhecimentos científicos, através da categoria de *transposição didática*. São tratadas, então, as relações entre os três tipos de saber: *savoir savant* (saber sábio<sup>44</sup>, aquele produzido pelo mundo científico: os cientistas, os pesquisadores, que, na maior parte dos casos, estão nas universidades); *savoir a enseigner* (saber a ensinar, aquele que está nos programas, nos manuais); e *savoir enseigné* (saber ensinado, aquele que realmente acontece no ambiente escolar)<sup>45</sup>.

Segundo o autor, a noção de transposição didática remete tanto ao saber sábio quanto ao saber ensinado e, portanto, à distância eventual, ainda que obrigatória, que separa tais relações, tocando em pontos como gênese, filiações, legitimidade, todos esses pontos imbricados e em forma de questionamentos: Gêneses míticas? Filiações negociadas? Legitimidades incertas?

Considerando o assunto a partir da visão da didática, Chevallard aponta que para que um determinado elemento do saber possa ser ensinado, ele deverá ter sofrido mudanças significativas ou, como considera o autor, certas deformações que o tornarão apto a se transformar em objeto didático. Esse saber está ligado à sua produção no meio científico. No entanto, já que o saber sábio, tal como é produzido só é compreensível ao círculo restrito dos especialistas, é preciso que ele se transforme para ser ensinado. Para que o conhecimento produzido pela pesquisa acadêmica torne-se objeto de ensino, pressões diversas fazem com que ele figure nos programas e nos manuais como fatos a serem ensinados. O saber desloca-se do mundo científico para o mundo da escola, mas não pode ainda ser, efetivamente, trabalhado - precisa, antes, passar por um processo que, mais do que simplificação ou decodificação, é uma transformação, que faz do saber científico um saber escolar.

---

<sup>44</sup> Assim como na tradução do livro para o espanhol, que se utiliza como referência (cf, referências bibliográficas), manteve-se a locução francesa *savoir savant* como *saber sábio*; mas, nos demais casos, também como no exemplar argentino, usa-se *acadêmico* para se referir ao âmbito de produção desse saber.

<sup>45</sup> Ambiente escolar, na obra de Chevallard (2005), restringe-se à escola de 1º e 2º graus. A extensão que se pretende fazer, neste trabalho, ao sistema de ensino universitário, através da análise dos manuais, não parece tão distante das formulações do autor, em que se considerem as particularidades desse nível, a mais importante, sem dúvida, nesse âmbito, o fato de o pesquisador e o professor, na maioria das vezes, serem a mesma pessoa.

Entender os motivos da transposição didática e como ela ocorre significa, segundo o autor, desmascarar a organização do funcionamento didático, cuja organização não depende do professor, mas sim que se satisfaçam certos requisitos didáticos. O principal deles diz respeito à necessidade de se esquecer que, para que o ensino de um determinado elemento do saber seja meramente possível, ele deverá ter passado por certas deformações que o tornaram apto a ser ensinado: o saber ensinado (saber-tal-como-é-ensinado) é, então, diferente do saber a ensinar (saber-inicialmente-designado-como-o-que-deve-ser-ensinado). Isso quer dizer que embora exista uma brecha entre o saber sábio e o saber ensinado, é preciso negar a existência dessa distância, para que o ensino apareça como legítimo, ou seja, ele deve estar de acordo com o projeto que o justifica e que o explicita: o saber ensinado deve aparecer conforme o saber a ensinar.

A questão de sua adequação não deve ser formulada, pois se vive uma ficção de identidade ou de conformidade que se instala e perdura, porque o saber a ensinar (e o saber sábio, do qual ele deriva) como ponto de partida, objeto de referência, fonte de normatividade e fundamento de legitimidade é rapidamente esquecido no curso do processo de transposição: “el saber que produce la transposición didáctica será por lo tanto un saber exilado de sus orígenes y separado de su producción histórica en la esfera del saber sábio, legitimándose, en tanto saber enseñado, como algo que es de ningún tiempo ni de ningún lugar, y no legitimándose mediante al recurso a la autoridad de un productor, cualquiera que fuere” (CHEVALLARD, op. cit. p. 18). O que o saber ensinado supõe, então, um processo de *naturalização*, de *descontextualização* e de *descontemporalização*.

Esse processo, no entanto, não começa na escola. Quando um professor prepara uma lição, está trabalhando com a/na transposição didática, jamais está fazendo a transposição didática, porque nesse momento ela já começou. Sob a aparência de uma escolha teórica, o professor nada escolhe, pois não tem esse poder; ele apenas redige o texto do saber (notas, ou mesmo o manual), não mais do que um metatexto, uma vez



que não está escrito em nenhuma parte e que é uma matriz de variantes ao qual darão forma concreta. Por isso,

Mediante esta cómoda ignorancia, el enseñante aniquila las fases del proceso que no sabe gobernar (y que, de hecho, gobiernan su 'elección'). Y ese movimiento de clausura de su campo de conciencia le permite sostener la ficción de la transparencia vivida – actuada – del funcionamiento didáctico (es decir, de lo que percibe de éste), y de su capacidad de asumir su control partir de las únicas variables directrices de las que dispone – en primer lugar, el juego sobre el texto del saber. (idem, p. 21)

Essa textualização do saber é resultado da necessidade de tornar os conhecimentos do saber sábio mais acessíveis a serem ensinados e aprendidos. Essa é uma transformação interna, na qual o saber científico, ao ser inserido no discurso didático, sofre várias modificações. Ela é decorrente de uma outra transformação, externa, que transforma o saber sábio em saber a ser ensinado.

No entanto, há uma outra modificação, anterior a essas, ocorrida dentro mesmo do mundo científico que produz o saber sábio e que diz respeito ao que Chevallard (op. cit.) designa despersonalização. Aqui, a textualização do saber tem a ver com as formulações discursivas que o saber sábio adquire quando precisa ser comunicado junto aos pares ou mesmo a um grupo científico mais geral. Se todo saber está inicialmente ligado ao seu produtor, compartilhá-lo, no interior da comunidade acadêmica, supõe um certo grau de *despersonalização*, requisito para que ele se faça público, ainda que no círculo restrito dos especialistas. Assim, as condições de exposição do saber começam com a difusão e, a partir daí, passam para a produção social do conhecimento. Esse processo, na maior parte das vezes, deixa de lado a subjetividade para se converter na objetividade tão buscada pelo texto científico. O saber produzido pelo pesquisador está atrelado a ele, a seu grupo e seus antecessores, à sua história, sua motivação, seus erros e acertos, e isso deve ser suprimido do texto de divulgação em prol de um discurso que apenas mostre o conteúdo produzido<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Isso faz, por exemplo, que o texto científico seja escrito, na maior parte das vezes, em terceira pessoa.

Mais tarde, o saber sábio sofrerá ainda uma nova transformação. No interior do campo didático, deverá ser transformado em saber a ser ensinado, no qual terá as funções de reprodução e representação. Nesse momento, o processo de despersonalização se realiza completamente: a discursivização do saber passa de impessoal a anônima, condição indispensável para que o ensino se legitime por ele mesmo (através do manual) ou pelo trabalho do professor.

O sistema didático, formado pelo saber ensinado, professor e aluno, vive normalmente no que Chevallard denomina fechamento da consciência didática, ou seja, pensa-se o funcionamento do saber como algo fechado, governado por ele mesmo, dependente apenas das decisões do professor para suas necessidades e ajustes. Essa impressão de autonomia lhe daria até mesmo a capacidade de produção dos saberes para seu autoconsumo. No entanto, o sistema didático é um sistema aberto, cujo funcionamento depende da compatibilidade entre o que se passa no seu interior e no seu exterior. Ele vive em uma profunda relação entre os elementos externos e internos que o influenciam – entre os saberes científicos e os saberes escolares –, sendo que a inserção dos primeiros nos segundos apenas se dá nos momentos em que Chevallard caracteriza como períodos de crises do saber ensinado.

Determinando as esferas onde se operam a didatização dos saberes científicos, o autor distingue sistema de ensino, noosfera e ambiente social, mostrando que todo o sistema de ensino tem seu funcionamento normal compatível de acordo com o sistema social em que se insere. Se essa compatibilidade é alterada, instaura-se uma crise, resultado do envelhecimento do saber ensinado. Nesses períodos, a noosfera é chamada a agir, organizando-se para restabelecer o equilíbrio, pois ela é a esfera na qual se pensa o funcionamento do ensino, ou seja, onde se dá a interação entre o sistema e o ambiente escolar. É aí que todos aqueles que ocupam os postos principais do funcionamento didático se encontram e se enfrentam com os problemas resultantes do confronto com a sociedade e suas exigências; onde se desenvolvem os conflitos, se conduzem as negociações, se amadurecem as soluções.

A noosfera é, portanto, o centro operacional do processo de transposição didática, constituído pelo conjunto de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o sistema de ensino: pais, professores, especialistas das disciplinas, cientistas, representantes de instâncias políticas e executivas dos órgãos encarregados da educação, etc. É na noosfera que são alterados os programas, os conteúdos de ensino quando o saber ensinado se gasta. É um desgaste que o autor considera biológico<sup>47</sup> e que o deixa perigosamente longe do saber sábio, desautorizando os cientistas em um processo que minaria a legitimidade do projeto social de seu ensino.

Diante da crise ocorrida pelo envelhecimento do saber, a noosfera busca no saber sábio um novo saber, incorporando-o aos saberes a ensinar, estreitando a distância ente os dois<sup>48</sup>. Assim, para restabelecer a compatibilidade é indispensável uma nova corrente do saber proveniente do saber sábio, um “nuevo aporte que acorta a distancia con el saber sábio, el de los especialistas; y pone a distancia a los padres. Allí se encuentra el origen del proceso de transposición didáctica. (idem, p. 31).

### **2.3.3 Representação do saber e disciplinarização**

Articulando o plano didático ao plano histórico, Chiss & Puech (1994, 1995, 1997,1998) apresentam a problemática da disciplina, tratando dos processos pelos quais a lingüística se apresenta como uma disciplina e aqueles que permitem, a partir dos saberes sábios, sua transmissão e ensino, particularmente no tocante ao estabelecimento da lingüística geral e do estruturalismo. É a partir das considerações teóricas desses autores que a noção fundamental deste trabalho será definida: a questão da disciplinarização dos saberes e, mais especificamente da manualização<sup>49</sup>, como um de seus processos.

---

<sup>47</sup> Chevallard (op. cit) também aponta um outro tipo de desgaste, o moral, que o aproxima do saber banalizado, estando em desacordo com a sociedade em sentido amplo, que espera que a escola ensine aquilo que não é do conhecimento de todos. Esse desgaste é prejudicial na medida em que coloca em perigo a legitimação da função da escola, banalizando o saber ensinado. Tal forma, no entanto, é menos significativa para este trabalho; por isso, ela não será discutida.

<sup>48</sup> Ao mesmo tempo em que promove o afastamento dos saberes socialmente partilhados.

<sup>49</sup> A ser tratada no capítulo 3.

É preciso destacar, inicialmente, que Chiss & Puech (1995) consideram que a noção de disciplina, recorrente na tradição da didática ou da sociologia do conhecimento, não apresenta, no campo da historiografia e da epistemologia dos conhecimentos, o mesmo prestígio que “teoria”, “saber” ou “ciência”. Tais termos, quer se articulem a teorias ou ciências da linguagem ou a saberes da língua (e das línguas), como no caso da lingüística, por exemplo, aparecem em desenvolvimentos epistemológicos recorrentes, nos quais os conhecimentos lingüísticos são avaliados a partir de critérios, de modelos aprovados e normatizados pela tradição.

Quando a noção de disciplina é tratada, isso se faz sempre em relação a uma reflexão interdisciplinar, como se apenas essa noção pudesse dar conta de toda complexidade do conhecimento, de todo o interesse no assunto, “comme si nous ne pouvions apprendre quelque chose d’intéressant de *la* discipline en tant que telle, tandis que la *pluralité* des disciplines porterait seule la charge problématique” (CHISS & PUECH, 1999, p. 15). Assim, a lingüística como uma disciplina do saber sobre a linguagem se colocaria sempre em relação a seus campos vizinhos, pois se deve considerar a totalidade das abordagens para se ter uma noção completa de um fenômeno tão complexo.

Para os autores, isso acontece porque, em todos os campos do saber, mas particularmente nas ciências humanas, a noção de disciplina é muito vaga<sup>50</sup>, fazendo

---

<sup>50</sup> Chervel (1990) trata, no âmbito da didática, o conceito de disciplina e das condições de seu aparecimento para indicar que essa noção não foi objeto de uma reflexão mais aprofundada, sendo considerada apenas como sinônimo de matéria ou conteúdo e dizendo respeito “àquilo que se ensina e ponto final” (p. 177). Se, até o fim do século XIX, o termo disciplina e a expressão disciplina escolar designavam apenas “a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso” (p. 178), um grande número de fórmulas (objetos, partes, ramos, faculdade, matéria) vai manifestar, em documentos oficiais analisados pelo autor, a ausência e a necessidade de um termo genérico. É somente durante a década de 1850 que uma nova acepção da palavra é trazida por uma corrente do pensamento pedagógico que vai evidenciar as renovações dos ensinos primário e secundário na França. Fazendo par com o verbo disciplinar, o termo vai ser usado como sinônimo de ginástica intelectual, para formar e disciplinar os espíritos: Era uma nova forma de pensar a “natureza da formação dada ao aluno. Até aí, inculca-se. Deseja-se, de agora em diante, disciplinar” (p.179). No primeiro momento de propagação da palavra (início do século XX), ela passa do geral ao particular e significa “uma matéria de ensino suscetível de servir de exercício intelectual”, capaz de desenvolver, exercitar, disciplinar o espírito, ou seja, a inteligência do aprendiz. É a partir daí que se pode falar, no plural, em diferentes disciplinas. Em um segundo momento (logo após a I Guerra Mundial), “enfim, o termo ‘disciplina’ vai perder a força que o caracterizava até então. Torna-se uma simples e pura rubrica que classifica as matérias de ensino, fora de qualquer referência às exigências da formação do espírito” (p. 180). Para Chervel, no entanto, mesmo que o termo tenha se enfraquecido atualmente, a particularidade das disciplinas escolares consiste no fato de que elas misturam minimamente conteúdo cultural e formação do espírito, ao menos no ensino primário e secundário. No nível superior, defende ele, transmite-

com que seu emprego necessite de um recorte dos centros de interesses e dos objetos de conhecimento. Assim, “le point de vue disciplinaire est le produit dérivé d’un renoncement fondamental aux savoirs totalisantes”. (idem).

Trabalhar sob a noção de disciplinaridade requer que se dobrem as considerações sobre o objeto para compreender esse discurso em relação àqueles que o precederam ou que lhe são adjacentes e distintos, sem que isso implique que eles lhe sejam radicalmente estrangeiros. Ao mesmo tempo em que se faz uma delimitação e estratificação do objeto, é necessária uma articulação a outros campos do saber. É preciso um esforço de representação, no qual a unidade do que é representado transcende, em certos limites, aquilo que é enunciado sobre o objeto a conhecer. Para Chiss & Puech, essas representações disciplinares estão sempre associadas aos processos de constituição dos conhecimentos e descrever esse quadro requer que se explorem as metamorfoses dos discursos de fundação e a dialética de ruptura/continuidade sem a qual não se pode conceber nenhuma consistência disciplinar.

Nesse sentido, o ponto de vista disciplinar coloca uma dimensão temporal de uma representação do saber: retrospectão, delimitação sincrônica do campo e projeção. Primeiro, organiza-se um campo de saber homogêneo através de filiações e afiliações, colocadas por um agenciamento da memória; em seguida, define-se um objeto próprio nesse campo homogêneo, ou seja, deve-se indexar, identificar e descrever os principais domínios da disciplina na qual o objeto encontrou seu lugar; finalmente, fixa-se a tarefa programática, completando, para a dimensão projetiva, a coerência retrospectiva e sincrônica da disciplina<sup>51</sup>. Assim, o ponto de vista disciplinar é caracterizado de quatro maneiras:

---

se diretamente o saber: o professor não precisa adaptar os conteúdos de acesso difícil em função das variações de seu público, pois “nessa relação pedagógica, o conteúdo é uma invariante”. Mesmo apontando o fenômeno da “secundarização” do ensino superior, o autor afirma que, quando existem, os problemas de ensino são problemas de comunicação, de ordem retórica, sendo que basta ao aluno estudar uma matéria para dominá-la e assimilá-la.

<sup>51</sup> Chiss e Puech (1999) destacam que é a partir dessa perspectiva que se pode entender a indeterminação da noção de disciplina no campo das ciências da linguagem, pois a historiografia da disciplinarização dos saberes lingüísticos faz parte de três pólos distintos de estudos: pesquisas sobre (1) a relatividade da noção de escola lingüística; (2) as implicações dos saberes sábios sobre a escolarização; e a constituição de um saber lingüístico especificamente

- em relação a um antes, *horizonte de retrospectção* no qual se inscreve a novidade teórica;
- em relação a um depois – *horizonte de projeção* em direção ao qual tende o objeto conceitual;
- em relação a uma atualidade: a relação com os outros discursos dos conhecimentos, com os contextos mais gerais das atividades teóricas, colocando as diferenças e familiaridades no jogo das disciplinas, no qual a disciplinaridade pressupõe a *interdisciplinaridade*;
- em relação a essas três dimensões, reunindo as exigências de transmissibilidade, ou seja, a *didatização* da nova teoria em múltiplos estágios, sendo o primeiro implicado no interior mesmo da constituição disciplinar.

A noção de disciplina, tratada especificamente no campo da lingüística pelos autores, funciona tanto no mundo científico (aquele da invenção dos saberes), quanto no mundo da transmissão (escola, universidade), ou seja, seu conceito é tratado na relação entre a constituição do conhecimento sobre a linguagem e sobre as línguas e as modalidades de sua circulação e apropriação. A dupla inscrição da disciplina na história intelectual das disciplinas científicas (as ciências de referência) e na história específica das disciplinas escolares mostra que, nos textos *fundadores*, a “invenção” histórica do conhecimento não pode ser compreendida isoladamente e que os modos de sua exposição são sempre variados, pois qualquer discurso sobre um objeto não se apresenta puro, sem referências históricas (ou até mesmo o discurso sobre a história, algumas vezes, constitui-se em um dos modos de construção do objeto). E, nos textos da *literatura intermediária* – aqueles que compreendem desde as sínteses operadas pelos próprios lingüistas até as introduções e iniciações –, o que se pode verificar, segundo os autores, é que os debates principais continuam o trabalho de relação das lógicas de apresentação às lógicas de descoberta. Configura-se, portanto, um

---

escolar no século XIX; (3) uma tentativa de síntese histórica a respeito do surgimento de disciplinas específicas sobre as linguagens e das línguas, tal como é feito pela história das idéias lingüísticas.

*continuum* de discursos disciplinares que vai das histórias de fundação aos modos de difusão<sup>52</sup>.

Nas obras dos próprios lingüistas é possível verificar um esforço de construir uma representação disciplinar da lingüística, que lhes permite situar seu trabalho nesse campo. Isso implica (1) que se possa reconhecer uma certa autonomia do discurso disciplinar explícito; (2) que essa representação seja concebida a partir de sua vulgarização e da sua inscrição em um campo mais vasto e menos determinado, no qual o especialista deve contextualizar seu trabalho - sua abordagem do objeto, procedimentos que analisa, etc. - ao se dirigir a seus pares, a outros especialistas, quer sejam da mesma área, quer não o sejam, aos representantes de instituições científicas ou aos leigos: “le discours ésotérique du spécialiste né nous semble jamais ignorer radicalement la nécessité exotérique se se situer pour se transmettre” (idem, p. 17). Ou seja, trata-se da transmissibilidade do saber<sup>53</sup>, que ultrapassa o campo da vulgarização, ainda que o implique. Da exposição sintética de uma teoria original até sua didatização na escola/universidade, sob a forma de manuais (de introduções, iniciações, etc), várias mediações perpassam os processos de disciplinarização nos quais se elaboram as condições de uma transmissão: formalizações contextualizadas, reapropriações, sínteses estruturantes, exposições gerais e de vulgarização, relações de avaliação, entre outras, estabelecendo um *continuum* que, desde a produção de conhecimentos, considera todas essas formas de discursos disciplinares, dando forma e referência aos saberes.

Inicialmente, a própria comunidade científica é forçada a organizar um tipo de auto-representação, deixando entrever a divisão científica do trabalho de pesquisa em documentos nos quais a forma de apresentação constitui a *consciência de si da*

---

<sup>52</sup> O interesse deste trabalho restringe-se a esses últimos, uma vez que se pretende ver nos manuais o processo de difusão da enunciação, conforme concebida por Benveniste nos manuais de introdução, relacionado as menções encontradas aos textos fundadores apenas quando necessário: questões de imprecisões, por exemplo. Da variedade dos processos de disciplinarização, interessa apenas a manualização, parte do trabalho de transposição dos conhecimentos do mundo científico ao mundo escolar.

<sup>53</sup> Para Chiss & Puech, se as condições de transmissibilidade dizem respeito aos processos de ensino, a noção de transposição didática, tal como apresentada por Chevallard, é insuficiente para explicar a estratificação complexa do discurso exotérico disciplinar, pois torna indissociável uma distinção entre saber sábio e saber ensinado que, para dar lugar à situação particular de enunciação de um grupo (dos que ensinam), supõe uma relação entre saber “inventado” e as condições de sua transmissão.

*disciplina*. Desse ponto de vista, as situações fortemente normatizadas dos congressos, trabalhos bibliográficos, relatos de pesquisa, a organização de um banco de dados formam a “literatura” que fornece uma epistemologia ao mesmo tempo espontânea e totalmente forçada da disciplina. Para além do aspecto de manifestação e de fundação dos acontecimentos, que apresentam as novidades e as rupturas, é toda essa literatura cinzenta, apagada, como a descrevem Chiss e Puech, que deveria ser considerada para desenvolver os diferentes aspectos da estruturação de um campo, pois nenhuma novidade/ inovação pode prescindir da adesão da comunidade. A exposição disciplinar parece sempre resultar de um compromisso entre isso que é dito sobre o objeto, ou seja, sua dimensão interna, e as pressões externas: responder a uma solicitação, apresentar um ponto de vista adquirido, tornar visível o que poderia ainda estar como uma incógnita para a comunidade restrita das disciplinas ou para a esfera científica em geral.

Para Chiss & Puech (op. cit.), a oposição que se estabelece entre saberes sábios e saberes ensinados faz com que se pense, em princípio, em uma simples oposição entre uma ciência “pura”, que, ao ser assimilada pelo saber universitário, desembaraça-se de todas as contingências ligadas às condições específicas da sua enunciação, dando a impressão que os saberes expostos não têm origem, que se impõem através da evidência de um *corpus* de enunciados auto-referenciais; e o seu oposto, um discurso imerso nas situações de comunicação, que obriga a uma seleção, contextualização/recontextualização dos conteúdos. No entanto, mesmo por trás de um discurso sobre o seu objeto e o seu método, ainda é possível reconhecer o discurso disciplinar, já que são sempre condições de enunciação específicas que visam a dar aos saberes sábios a sua aparência o mais abstrata possível. Também se deve ter em conta os estratos do discurso disciplinar no qual as imagens da disciplina se combinam, supõem umas as outras, repercutem-se em função de estratégias variadas, que vão desde a invenção dos conhecimentos até a sua socialização mais ampla.

Para a construção do discurso disciplinar, isto é, para que os saberes tomem uma forma disciplinar explícita, é preciso que o especialista opere um descentramento dos



saberes, deixando de lado sua adesão a nomes, pontos de referência, valores disciplinares para tornar o conhecimento objetivo e comunicá-lo. Desse modo, é necessário que um grupo profissional assuma a mudança e aproveite a balizagem axiológica, retrospectiva e projetiva do campo intelectual que está se disciplinarizando. Daí em diante, a disciplina fará parte de um processo, sempre começando e recomeçando. Por isso, por trás da adaptação indispensável para a sua comunicação, a prática disciplinar está sedimentada em uma fundação/referência, na qual não é necessário voltar porque ela se apóia sobre uma base memorial, institucional, projetiva, estável – aquela das instituições de pesquisa e de ensino, de uma escola, de uma corrente, etc. (idem, p. 21)

Mesmo havendo uma diversidade de modo de exposição de uma disciplina, a mais freqüente é a que homogeneiza seus diferentes aspectos, representando-a pela sucessão de escolas lingüísticas, assimiladas em um certo momento da ciência, ao mesmo tempo necessárias e ultrapassadas. Esse modelo progressivo é inevitável quando se trata de legitimar o estado presente da disciplina (com a novidade a ser assimilada) sem sacrificar a continuidade da qual ela procede. Dessa forma, o modo mais simples de apresentação da disciplina consiste em uma exposição das circunstâncias de seu nascimento, de seu crescimento e dos acontecimentos que determinam seu desenvolvimento: a fundação do novo é, sempre e necessariamente, uma refundação.

Segundo Puech (1997), o ponto de vista disciplinar duplica o esforço científico propriamente dito, mas se distingue também pela sua própria perspectiva: reformulações, contextualização dos conhecimentos, colocação de múltiplas relações, paradigmaticização, etc. Quando os lingüistas proclamam filiações e afiliações, que podem ser lingüísticas, institucionais, nacionais, culturais, epistemológicas, ou seja, quando reclamam um precursor, estão organizando um campo de saber homogêneo, por um certo tipo de agenciamento da memória disciplinar. Ao definirem para lingüística um objeto próprio, tratam de indexar, identificar e descrever os principais domínios da disciplina, dando-lhe um lugar ao lado dos demais objetos, em um jogo dialético de

resultados e pontos de vista. E, quando fixam as tarefas programáticas, completam, para a dimensão projetiva, a coerência sincrônica e retrospectiva da disciplina. Portanto, “le point de vue disciplinaire serait le point de vue d’une *représentation du savoir* sous trois aspects principaux: rétrospection, délimitation du camp et projection” (p. 386).

## **2.4 A enunciação nas disciplinas da lingüística**

As relações entre o conhecimento científico e o conhecimento escolar, referidos na seção anterior, mostraram que a constituição das disciplinas exige um esforço de representação do saber que envolve não somente a caracterização do espaço na qual uma corrente se coloca, mas também as reformulações necessárias no conhecimento produzido para fins de ensino. Ou seja, em relação ao primeiro aspecto é necessário que se apreenda a história da disciplina que, como se viu, é sempre uma descrição dos acontecimentos discursivos através do momento atual, reformulados por um efeito de memória que possibilita filiações, delimitação do campo específico e objetos e metodologias próprias.

Um saber científico, no entanto, não permanece restrito ao seu *locus* de produção. Ele deverá sofrer modificações a fim de ser conhecido/reconhecido: primeiro, por aqueles que fazem parte dessa mesma corrente; depois pela comunidade lingüística mais ampla; finalmente, para uma determinada teoria se firmar, ela não precisa apenas do aval dos pares, devendo ser ensinada às futuras gerações de pesquisadores, que poderão continuá-la. Assim, em relação ao segundo ponto, a didatização do conhecimento produzido pelo saber científico, no âmbito do ensino (neste caso, na universidade) é um processo fundamental para a disciplinarização de um domínio dentro de uma ciência.

Das escolhas feitas, das reformulações, dos esquecimentos promovidos por aqueles que, além de pesquisadores também são escritores e professores, é que vão se consolidar os saberes e as áreas que formarão a lingüística. É nesse sentido que se

pretende evidenciar como a enunciação (e mais genericamente a teoria) de Benveniste se disciplinarizou no Brasil; isto é: em que disciplinas essa noção está presente e como.

Antes, porém, apresenta-se a pesquisa relatada por Brait (1994/1995) sobre a recepção de Benveniste no Brasil, na qual foram analisados cursos universitários, teses, artigos e livros que têm como referência as teorias do autor para estabelecer uma história e uma crítica epistemológica da recepção brasileira do conceito de enunciação e de sua utilização por professores e pesquisadores. Com isso, pode apresentar-se um primeiro modo de referência, anterior a caracterização feita por esta tese, da presença da teoria benvenistiana, tanto no mundo científico quanto de ensino.

Na esteira dos trabalhos de Normand, a autora aponta os diversos modos como o autor foi lido, considerando, de um lado, seus trabalhos filológicos e comparatistas e de outro os de lingüística, do discurso e da enunciação. Concorda então com autora francesa, que evidenciara a recepção de Benveniste pela comunidade lingüística na França, afirmando que, no Brasil, também parece ter havido dois Benveniste, um sem relação com o outro. Ressalta, no entanto, que a recepção aqui se reveste de características próprias, devido ao modo como as teorias chegaram ao país, como foram divulgadas e, principalmente, se receberam traduzição para o português.

Brait relaciona a introdução de Benveniste à existência, na Universidade de São Paulo (USP) e na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, de uma tradição que, do fim dos anos 40 ao fim dos anos 60, promovera estudos de filologia romana, seguida das lingüísticas romana e indo-européia e, depois, de lingüística geral. Inicialmente, a tradição francesa deveu-se aos professores que vinham da França ministrar esses cursos, naturalmente ligados aos estudos filológicos de seu país. Logo após, são os antigos estudantes, que, voltando de estudos de pós-graduação também na França, tornaram-se professores da USP. Assiste-se, então, ao que Brait relaciona como “une petite révolution dans le champ des études de la philologie” (p. 201).

O primeiro a citar Benveniste é I. Blikstein que assume o curso de lingüística indo-européia e começa a ensinar as idéias do autor a que tivera acesso na França: *Origene de la formation des noms en Indo-Européen, Noms d'agent et noms d'actions en Indo-Européen* e alguns artigos como *Le système sublogique des prépositions em latin*<sup>54</sup>. É, portanto, um primeiro Benveniste, o indo-europeísta e filólogo, que, introduzido nos anos 60, será logo substituído pelo segundo, o da lingüística geral, que aparece no Brasil, juntamente com o estruturalismo, no final dessa década e nos anos 70.

São, então, as idéias da obra *Problemas de lingüística geral I* que chegam por dois caminhos: através do professor I. Salum, que encoraja seus alunos a lerem os artigos da obra ainda não publicada no país, e por discussões surgidas, no curso de lingüística, entre sintaxe e estilística. Nesse momento, as idéias de Benveniste permitem que se faça uma revisão dos conceitos saussurianos. É a época que se reintroduz a subjetividade na linguagem; alguns cursos utilizam na bibliografia determinados artigos, outros se dedicam mesmo ao estudo de sua obra. Isso culmina na tradução dos *PLG I*, momento considerado por Brait como a segunda etapa de consolidação das teorias benvenistianas:

C'est le moment où les théories de Benveniste dépassent les limites des cours de linguistique pour gagner une place plus grande en tant qu'ouverture aux nouvelles perspectives d'analyse et aux nouvelles approches de la langue, du langage em général, comme on l'a vu pour les reflets dans la critique littéraire et la théorie de la littérature. Il y a beaucoup de thèses, de livres, d'articles et mêmes de cours d'analyse littéraire, sociolinguistique et stylistique qui utilisent, à cette époque-là le conceptions du discours et de l'énonciation à partir de Benveniste. Les références à Benveniste sont presentes même dans les manuels de linguistique, signalant presque toujours la nouvelle dimension du signe donné par cet auteur. (BRAIT, op. cit., p. 203).

---

<sup>54</sup> Brait não deixa de destacar que a obra *Origene de la formation des noms en Indo-Européen*, somente conhecida no Brasil depois dos anos 60, nunca foi traduzida para o português, apesar da grande repercussão que teve no país graças aos especialistas em línguas da USP. A autora aponta, ainda, que se a tradução de uma obra revela sua efetiva influência no domínio de conhecimento do qual participa, essa ausência parece significativa. De fato, o mesmo aconteceu com *Le vocabulaire des institutions indo-européenes*, obra indispensável para os comparatistas e pesquisadores em ciências humanas em geral, que somente foi traduzida na década de 90, quando a abordagem comparatista já havia sido superada pelo estudo da significação. A tradução servirá, então, para que se apreendam as relações que existem no conjunto da obra de Benveniste, permitindo deixar-se de lado uma leitura fragmentada e incompleta.

Apesar da diversidade de usos da teoria, tem-se ainda como referência as edições espanhola e francesa. Mas, mesmo antes da tradução brasileira, nas discussões de seus conceitos eles são usados como uma nova forma de se fazer lingüística, saindo do objeto fechado língua e abordando o universo do discurso. A presença das idéias do autor vai se tornando cada vez mais sólida no espaço universitário, pois os cursos que divulgavam sua obra e discutiam suas teorias produziram teses que, além de apresentar suas idéias, estabeleceram relações entre a abordagem de Benveniste e a de outros autores que também trabalhavam o discurso e a enunciação.

Nos anos 80, Brait aponta o trabalho de H. Osakabe como exemplo da presença das teorias benvenistianas na lingüística brasileira. Essa obra, dedicada à análise do discurso político, contribui, segundo a autora, para tornar menos simplista a leitura de Benveniste e dos seus conceitos de enunciação e história. Estabeleceu, então, uma discussão crítica, atraindo a atenção para a necessidade de reflexão sobre a aplicação automática das reflexões benvenistianas, o que contribuiu para o desenvolvimento dos estudos do discurso e dos trabalhos enunciativos no Brasil. Desse modo, “pendant les années soixante-dix, la conception d'énonciation de Benveniste a servi à attirer l'attention sur la séparation entre une linguistique de l'énoncé et une linguistique de l'énonciation, mettant en cause justement l'opposition radicale entre les deux”. (p. 208).

O que esse princípio de análise parece mostrar é que a presença de Benveniste, na lingüística brasileira, desde o início da utilização de suas idéias, encaminhava um campo sólido de referências ao autor, tornando cada vez mais ampla a sua utilização na pesquisa e no ensino. O que se verá, no entanto, na mesma pesquisa relatada até aqui, é que aquilo que vinha se formando como uma tradição acaba perdendo lugar, transformando-se apenas em uma referência distante, citada em algumas disciplinas isoladas, exemplo da dimensão retrospectiva, parte do processo de disciplinarização.

Desse modo, Brait aponta que, se Benveniste, nos anos 80, é uma presença sólida e bem difundida nos cursos acadêmicos, nas teses e publicações em geral. não há, nessa época, nenhum curso inteiramente consagrado ao autor. Em cursos de

graduação e pós-graduação das universidades<sup>55</sup> pesquisadas por ela, aparecem indicações de suas obras nas bibliografias, mas geralmente, nos programas, sua teoria não era objeto de discussão aprofundada e de estudos especializados, caracterizando-se apenas como uma referência à subjetividade da linguagem e ao conceito de discurso.

É nesse momento que as novas disciplinas que estão surgindo no campo lingüístico – semiologia, pragmática, análises do discurso e do texto –, interessadas na lingüística geral, começaram a trabalhar com as idéias de Benveniste<sup>56</sup>. Brait cita como exemplo típico, a semiótica greimasiana e destaca dois autores que, segundo ela, são “une sorte de repérage et de catalyse de la pensée brésilienne autour de Benveniste a ce moment-là” (p. 208): C. Vogt e S. Possenti. Esses trabalhos demonstram a constância das idéias do autor quando o discurso e a enunciação são objeto de estudo, mesmo como somente um ponto de partida para pesquisas que vão tratar esses temas segundo a concepção de outras teorias, como no caso a pragmática e a retórica contemporânea<sup>57</sup>. Tal recurso vai se estender, a partir daí, às décadas seguintes:

Depuis le fin des annés quatre-vingts et pendant les annés quatre-vingt-dix, la présence de Benveniste dans les cours universitaires et dans les publications apparaît nécessairement par rapport à l'intensification des études sur l'énonciation, c'est-à-dire du discours, de la signification, de l'interaction, de la construction du sens et de ses effets dans les textes parlés et écrits. Cela veut dire que les analystes de discours en général, ceux qui sont inspirés par Pêcheux, Bakhtin, Greimas, par exemple, ainsi que les sémantistes et même les professionnels de l'acquisition et de l'enseignement des langues prennent Benveniste comme point de départ à cause de ses réflexions concernant les différentes approches du discours et spécialement des concepts de sujet et d'énonciation. (idem, p. 213).

---

<sup>55</sup> Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas e Universidade Estadual de São Paulo. Faz-se aqui uma ressalva: se, em universidades desse porte, que concentravam, à época, os professores de lingüística mais especializados do país, já não havia um espaço institucional inteiramente dedicado à teoria de Benveniste, obviamente, em outras instituições de ensino, o quadro só poderia ser o mesmo (ou ainda pior). É claro que essa é uma conjectura, com nenhum apoio em dados reais.

<sup>56</sup> É nesse momento que a Benveniste teria começado a se disciplinarizar em diferentes correntes, não restando espaço para uma lingüística da enunciação que tratasse da teoria do autor ou de outros ligados essencialmente à dimensão enunciativa da linguagem, como Bakhtin, Jakobson e Ducrot, entre outros. Tal disciplina, como a pensa Flores (2005) perde, a partir de então, a possibilidade de se instalar. Claro está que essa não é uma “contingência do destino” (ou mesmo do “azar”), mas está ligada aos interesses pessoais, institucionais e políticos dos pesquisadores da época em outras teorias, que tinham como precursores outros autores.

<sup>57</sup> Brait faz uma análise muito significativa da relação do trabalho desses dois autores com as idéias de Benveniste, Remete-se a seu artigo para maiores esclarecimentos, pois o interesse aqui é apenas apresentar uma síntese da recepção de Benveniste pelos pesquisadores brasileiros relatada por ela.

Brait cita ainda E. Guimarães e J. L. Fiorin, evocando os modos como ambos trabalham com as idéias de Benveniste. Mas, o essencial de sua pesquisa a ser apreendido aqui diz respeito à constância da referência a alguns aspectos da teoria, por certas disciplinas, “comme répétition ou comme point de départ d’une linguistique du discours” (p. 214). Isso comprovaria a importância do autor para as correntes destacadas na citação acima. No entanto, as alusões aos conceitos, quando existem, são poucas, e, se determinados domínios o citam, somente o fazem para cumprir umas das etapas do processo disciplinar, qual seja a visão retrospectiva do campo, na qual revêem sua história, em um movimento em que, na (re)construção valorada do campo, agenciada pela memória, as noções originais são transformadas, adaptadas ou até mesmo suprimidas.

A falta de um lugar específico (uma disciplina própria) para a discussão e o aprofundamento crítico de sua obra, e o fato de suas idéias constituírem o escopo metodológico ou mesmo teórico de outras disciplinas, faz com que muito se perca e outro tanto se transforme. Se nem mesmo um espaço institucionalizado garantiria a fidelidade a suas teorias, haja vista o procedimento de transposição didática inerente ao processo de disciplinarização, resta saber **o que** e **como** ainda é usado e por quais correntes.

#### **2.4.1 Semiótica e enunciação**

A semiótica, ciência dos signos, segundo Todorov (2001), confundiu-se, dado o seu objeto, com a própria reflexão sobre a linguagem. Ela, no entanto, torna-se somente uma disciplina independente com a obra de C. S. Peirce. Contemporâneo de Saussure, o autor propõe sua disciplina quase simultânea, mas de forma independente, ao projeto da semiologia de Saussure, que previa uma ciência dos signos geral<sup>58</sup>, da qual a lingüística seria apenas uma parte.

---

<sup>58</sup> Para Saussure, a semiologia e a lingüística seriam ramos de uma psicologia geral, dividida em uma psicologia individual e uma social, da qual faria parte a semiologia, tendo a lingüística como uma de suas subdivisões. (NÖTH, 1996).

Na retomada das idéias saussurianas pela lingüística estruturalista, são vários os autores que vão considerar a perspectiva semiológica, tentando “precisar o lugar da linguagem do seio dos demais sistemas de signos” (idem, p. 92). Desse modo, são exemplos Hjelmslev, Trubetskoi, Jakobson, Benveniste, na lingüística, e Lévi-Strauss, Barthes, Greimas em outras disciplinas. No entanto, para Nört (1996), embora a obra de Saussure tenha estabelecido um novo paradigma para a história da lingüística e da semiótica, ele deve ser tomado, para esta, mais como um precursor do que um fundador. Desse modo, embora nos países latinos o autor tenha sido considerado como o real fundador da semiótica, onde dificilmente algum estudo na área deixe de pagar tributo ao projeto semiológico de Saussure, autores como Mounin e Jakobson são citados como exemplos de opiniões contrárias, que fizeram uma avaliação modesta e restritiva do lugar de Saussure (ou até mesmo como uma clara distorção) na história da semiótica<sup>59</sup>. Nört, porém, coloca Saussure ao lado de Peirce como os pioneiros da semiótica moderna.

Hénault (2006), ao apresentar a história da Escola de Paris, quando, segundo, a autora passa-se do semiolingüístico ao semiótico, não inclui Peirce, mesmo o considerando precursor da filosofia dos signos, pois seus trabalhos “não desempenhavam função alguma” nos desenvolvimentos da pesquisa teórica na Europa. Para ela, “o século XX viu a descoberta e a elaboração das idéias semióticas, para as quais não houve precursores” (p. 150), proclamadas por Saussure e prolongadas e aperfeiçoadas por Hjelmslev, por um lado, e Troubetzkoi e Jakobson de outro; mas “foi graças à importância e à elevação do debate teórico animado por A. J. Greimas ao longo de toda a sua vida que a semiótica pôde ser efetivamente definida como uma [teoria da significação]” (p. 153).

---

<sup>59</sup> Curiosamente, no dicionário de Trask (2004, p. 263), especialista em língua inglesa, a semiótica é descrita como um sinônimo de semiologia, tem como origem o trabalho de Saussure, mas “nunca foi considerada parte da lingüística, e se desenvolveu quase exclusivamente graças ao trabalho de não-lingüistas, particularmente na França, onde é freqüentemente considerada uma disciplina importante”. Para Fiorin (2002, p. 58), no entanto, “A semiótica demarca-se da Semiologia e, por isso, assume outro nome, porque ao incorporar o conceito saussuriano de valor, torna-se uma teoria da significação, que tem por escopo descrever a produção e a compreensão do sentido, e não uma teoria do signo”.



É justamente por essa via, tal como a compreendeu Greimas, que se desenvolveu, no Brasil, uma corrente de estudos para a qual a enunciação é domínio fundamental; a semiótica narrativa e discursiva<sup>60</sup>. Nesse sentido, estudam-se “as relações entre enunciação e discurso sob a forma das diferentes projeções da enunciação com as quais o discurso se fabrica” (Barros, 2001, p. 54) e “as relações entre enunciador e enunciatário, “desdobramentos do sujeito da enunciação que cumprem os papéis de destinador e de destinatário do discurso” (idem, p. 63).

A semiótica greimasiana procura explicar os mecanismos discursivos de produção de sentido no texto, objeto de significação e objeto de comunicação. Para explicar “o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz” (idem, p, 7), devem ser feitas uma análise interna e estrutural do texto, ou seja, “o exame dos procedimentos e mecanismos que o estruturam”, e uma análise externa, “em relação ao contexto sócio-histórico que o envolve”. A construção do sentido do texto é pensada sob a forma de um percurso gerativo no qual a significação surge como uma oposição semântica mínima entre o narrativo, organizado sob o ponto de vista de um sujeito, e o discursivo, em que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação, ou seja, este se responsabiliza por um discurso. É a instância da enunciação que serve de lugar à geração do sentido. Se o discurso não é somente um aglomerado de frases, como aponta Fiorin (2002), mas um todo de significação, ele é constituído pela enunciação. E isso o define como um processo semiótico.

A atividade discursiva depende da enunciação. É justamente nesse ponto que a semiótica greimasiana, pelo menos como se observa no estudo de Fiorin (idem)<sup>61</sup>, recorre a Benveniste. Interessa-lhe o sentido primeiro da enunciação como “ato produtor do enunciado”, já que é neste que se podem ver as marcas do processo, ou

---

<sup>60</sup> Presente nos trabalhos de J. L. Fiorin e D. L. Pessoa de Barros, principalmente.

<sup>61</sup> O interesse pela teoria de Fiorin, tal como ela aparece no livro *As astúcias da enunciação*, reside nas relações, feitas pelo autor, entre semiótica e enunciação, evidenciando uma forma de disciplinarização da teoria benvenistiana no Brasil. Por isso, não será feita uma apresentação da semiótica narrativa e discursiva, mas serão destacados os pontos em que o autor brasileiro recorre a Benveniste. Qualquer indicação a Greimas/Greimas e Courtès., autores várias vezes destacados por Fiorin na fundamentação da semiótica com a qual trabalha, só será referida se necessário.

como o elabora a semiótica, as projeções<sup>62</sup> da instância da enunciação no enunciado que espacializam, temporalizam e actoralizam o discurso. Não se trata, no entanto, alerta o autor, da questão da dêixis discursiva, que ele considera como parte da semântica do discurso. Está-se na sintaxe do discurso, na qual o sujeito, por um ato, gera o sentido: “a enunciação é então, vista, como aliás já o tinha feito Benveniste, como instância de mediação, que assegura a discursivização da língua, que permite a passagem da competência à performance, das estruturas semióticas virtuais às estruturas realizadas sob a forma de discurso” (idem, p. 36).

A relação da discursivização com a enunciação é feita a partir da teoria de Benveniste, pois se a primeira é o mecanismo que cria a pessoa, o espaço e o tempo e, ao mesmo tempo, as representações actancial, espacial e temporal, isso só pode ser feito através da categoria de pessoa, que apresenta, no discurso, um *eu* em um *aqui* e em um *agora* como instâncias da enunciação. Desse modo,

A categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso. Assim, o *eu* não se refere nem a um indivíduo nem a um conceito, ele refere-se a algo exclusivamente lingüístico, ou seja, ao ‘ato de discurso individual em que *eu* é pronunciado e designa seu locutor’ (Benveniste, 1966, p. 261-2). O fundamento da subjetividade está no exercício da língua, pois seu único testemunho objetivo é o fato de o *eu* enunciar-se

O que se percebe é que a questão da instância de instauração do sujeito (a instalação de pessoas, espaços e tempos) é toda, em um primeiro momento tributária da teoria de Benveniste. O artigo *Da subjetividade na linguagem* tem várias de suas passagens citadas, como o exemplo acima, fundamentando toda a questão do sujeito a partir da noção da subjetividade lingüística benvenistiana.

---

<sup>62</sup> As duas operações de projeção da enunciação no enunciado (debreagem – que pode ser enunciativa ou enunciaiva – e embreagem) são tomadas por Greimas da tradução francesa para shifters – embrayeurs – da teoria de Jakobson, como se vê em Parret(1988, p. 163-168).

Há várias outras passagens que poderiam ainda ser mencionadas a respeito da “disciplinarização” de Benveniste<sup>63</sup> por essa corrente da semiótica brasileira. Nesse sentido, é possível referir-se à teoria de Benveniste como parte do conhecimento lingüístico disponível para o ensino no país. Explicando melhor: em se considerando a disciplinarização como um conjunto de conhecimentos que fazem parte de uma disciplina científica, tanto no seu significado de conjunto de conhecimentos disponíveis a um campo de pesquisa, quanto no de matéria a ser ensinada e aprendida em uma universidade, a enunciação (ou pelo menos a parte mais significativa dela) se encontra disciplinarizada. Nesse sentido, será um conjunto (ainda que pequeno) de conceitos disponibilizados aos estudantes, que a conhecerão, podendo passar a estudá-la com maior profundidade.

No entanto, ao se compreender a disciplinarização como um processo mais amplo, tal como a entendem Chiss & Puech (1999), um modo de consciência de si da disciplina, a série de citações feitas pela semiótica, como descritas no trabalho de Fiorin, revelam (1) que Benveniste se insere no quadro retrospectivo da formação disciplinar, no qual a presença de um precursor e de suas idéias são retomadas para dar a noção de continuidade, necessária para que o novo possa se estabelecer. É nessa medida que nem todos os enunciados são retomados, e aqueles que o são inscrevem-se em um processo de recortes e refacção que os colocam no interior de uma nova dimensão conceitual. Isso fará, então, que (2) pouco de um amplo aparato teórico e metodológico empreendido por Benveniste seja conhecido pelos estudantes de lingüística, que poderão pensar a enunciação apenas como um aspecto da teoria semiótica.

#### **2.4.2 Enunciação e pragmática**

Se a enunciação, no Brasil, faz parte do quadro conceitual de algumas disciplinas da lingüística, a pragmática é, sem dúvida, uma das principais, porque o domínio dos

---

<sup>63</sup> Fiorin (op. cit. p. 57-58) refuta as críticas feitas a Benveniste quanto as suas idéias sobre o sujeito, consideradas idealistas e psicologizantes, e quanto a sua dicotomia discurso/história, ao mostrar a distinção entre enuncivo e enunciativo. O autor também evoca a questão da não-pessoa, do tempo, entre outras.

fatos enunciativos exige a introdução da dimensão pragmática nos estudos lingüísticos. Mas, duas outras questões também podem explicar essa imbricação: a primeira é o próprio objeto da pragmática, o uso lingüístico; a segunda diz respeito às fronteiras instáveis dessa corrente, justamente em decorrência de seu objeto, que perpassa muitos outros campos da lingüística.

Um outro ponto a ser considerado é a dificuldade mesma da noção de pragmática que, segundo Maingueneau (2004), além de ser empregada tanto como substantivo quanto como adjetivo, possui um valor pouco estável, permitindo designar, ao mesmo tempo, desde uma concepção de linguagem, subdisciplina da lingüística, até uma corrente de estudo do discurso.

Como adjetivo, uma “abordagem pragmática” pode especificar um componente da língua, ao lado do semântico e do sintático, que trata dos processos de interpretação dos enunciados em contexto. Como substantivo, “a pragmática” pode dizer respeito a (idem, p. 394-3955):

- uma **disciplina** que visa ao estudo dos fenômenos que dependem do componente pragmático e que se desenvolveu a partir das pesquisas em filosofia da linguagem de Austin sobre os atos de linguagem e Grice sobre o implícito. Importa aqui “o fato de que a interpretação de um enunciado não pode levar em consideração apenas a informação lingüística não-contextual”;

- uma **corrente de estudo do discurso** na linha de Grice que se fundamenta no princípio de cooperação e nas máximas conversacionais. Pragmática é aqui qualquer teoria que situa em certas noções como conhecimento partilhado e inferência, ou seja, uma “concepção inferencial do sentido, segundo a qual os sujeitos falantes constroem inferências, apoiando-se no contexto e no pressuposto de que as máximas conversacionais são compartilhadas pelos dois parceiros”;

- uma **concepção da linguagem** e, mais geralmente, de comunicação, isto é, “uma maneira de caracterizar um conjunto diversificado de trabalhos que recusam um estudo imanente do sistema”: interjeições, conectores, determinação pronominal, provérbios, ritos de polidez, interações conversacionais, etc.

É nesse último sentido que a concepção de pragmática interessa para este trabalho, pois é por essa acepção menos específica, englobando uma série de fenômenos ligados ao uso lingüístico, que ela comporta a enunciação. Isso aparece na relação que Maingueneau (idem, p. 395) apresenta das idéias-força que são compartilhadas por diversas correntes no conjunto das ciências humanas:

(1) a *semiótica* inspirada pelo filósofo americano Peirce; (2) a teoria dos *atos de linguagem*, provenientes das pesquisas do filósofo inglês Austin, continuada por Searle, o que diz respeito á dimensão ilocutária da linguagem, sobre aquilo que se *faz* falando; (3) o estudo das *inferências* que os participantes extraem de uma interação (Grice, Sperber e Wilson); (4) os trabalhos sobre a *enunciação* lingüística que foram desenvolvidos na Europa por Bally, Jakobson, Benveniste e Culioli; (5) as pesquisas sobre *argumentação*; (6) o estudo da *interação* verbal, em particular de inspiração etnometodológica ou psicossociológica; (7) certas *teorias da comunicação*, como as da Escola conhecida como de Palo Alto (Bateson, Watzlavick...).

Como se pode perceber, a dimensão generalizante da pragmática designa todo um domínio que passou a considerar o uso, a prática lingüística, tudo aquilo que havia sido deixado de lado por uma concepção formalista da linguagem, no tratamento imanente do objeto íngua.

A partir da concepção ampla de pragmática é que se colocam os problemas para a definição do conteúdo dessa corrente enquanto disciplina autônoma. Rajagopalan (1999) defende que essa indefinição é um reflexo de uma tendência a se relegar a pragmática a um segundo plano ou considerá-la como um apêndice da semântica. Cita Ducrot como exemplo de autor que propõe uma integração da pragmática à semântica e Kempson como defensor da separação. Nessa última direção, aponta a obra<sup>64</sup> de Ilari e Geraldi para quem sinonímia, hiponímia e duplicidade de sentido pertencem à

---

<sup>64</sup> Semântica, Ática, 1985.

semântica; e dêixis, atos de fala, implicaturas conversacionais e operadores argumentativos à pragmática, por se tratarem de fenômenos que demonstram a presença do homem na língua, na expressão de Benveniste.

Segundo Parret (1988, p. 46), se a pragmática é caracterizada pela dependência contextual do sentido discursivo, pela racionalidade dependente do contexto e pela orientação da compreensão, esses três componentes conceptuais reavaliam a subjetividade na língua. O autor opõe-se tanto à noção de subjetividade com colorações idealistas, como o falante/ouvinte ideal do geratismo, que “não é o sujeito que fala, mas uma ‘mente’ que se identifica com a estrutura neurofisiológica do cérebro”, quanto à exclusão do subjetivismo feita pelo estruturalismo, expulso da língua para a fala e por isso “não passível de domínio teórico”.

É nesse contexto de oposição que Parret cita Benveniste, “um estruturalista um tanto marginal”, como o autor que permite reintroduzir a subjetividade como categoria operacional na teoria lingüística – agora não mais como “individualidade ou personalidade idiossincrática do falante”, e sim como um “conjunto de propriedades determinadas do falante”. Ao reintroduzir a atenção para a dêixis, Benveniste abre espaço para uma metodologia pragmática para estudar a subjetividade no discurso. Essa metodologia é acesso privilegiado ao domínio da pragmática, já que a subjetividade não é um conceito muito operacional das disciplinas empíricas, precisando ser associado aos domínios da modalidade, da dêixis e da referenciação.

A investigação desses três campos está ligada, de acordo com o autor (idem, p. 146-147), a um ponto de vista pragmático do sentido da subjetividade no enunciado, no qual a tarefa da pragmática será “reconstruir a enunciação, ou seja, as condições de produção e compreensão das seqüências”. Porém, o termo subjetividade não é entendido em um sentido psicológico ou subjetivista, pois

O ego não deve ser compreendido como algo que se possa distinguir logicamente da atitude expressa pelas modalidades, do papel que desempenha ao realizar o ato de referência, ou mesmo de sua localização

espaço-temporal (por mais que não se trate de uma localização 'física'). Acrescente-se que o ego não é faculdade de raciocínio independente, que operasse sobre pressuposições e produzisse juízos, é emocionalmente e apaixonadamente atitudinal.

Se metodologicamente, a pragmática e Benveniste se aproximam, na consideração do sujeito essas duas teorias se afastam. No significado construído pragmaticamente há um sujeito pré-existente, independente e distanciado da significação, ou seja, que não se constitui por seu discurso, posição exatamente contrária a de Benveniste para quem o sujeito se constitui na e pela linguagem.

Além desse significado construído pragmaticamente, as correntes pragmáticas propõem também um nível geral e abstrato de significações, reiterável a cada evento de comunicação. O problema diz respeito à consideração da fala ser reintroduzida na língua e a enunciação no enunciado, tornando o objeto da lingüística as marcas do ato de enunciação. Parret (idem, p. 144) afirma que essas fórmulas são paradoxais porque consideram a enunciação como um evento único, implicando um locutor particular numa situação particular, enquanto "o enunciado é invariante na infinidade de atos de enunciação de que o enunciado é objeto". Desse modo, se a enunciação nunca se reproduz, é sempre única, não se pode constituir em um objeto de estudos.

É aqui que o autor estabelece uma distinção geral entre as condições específicas e sempre particulares da enunciação produzida *hic* e *nunc* e a enunciação enquanto fato geral, idêntica através da diversidade dos atos efetivamente realizados. Para ele, existe um esquema geral da enunciação que pode ser descrito especificando-se os papéis dos possíveis locutores e interlocutores no interior da seqüência lingüística.

Para Kerbrat-Orecchioni (1980) essa distinção se dá em termos de uma enunciação em sentido amplo e uma enunciação em sentido restrito. A primeira tem por objetivo descrever as relações entre o enunciado e os diferentes elementos do quadro enunciativo: protagonistas do discurso, situação de comunicação, circunstâncias espaço-temporais e as condições gerais da produção/recepção de mensagens, como a

natureza do canal, contexto sócio-histórico, etc. Segundo a autora, esses fatos enunciativos “permiten al locutor apropiarse del aparto de la enunciación y organizar alrededor de sus propias coordenadas temporales y espaciales el conjunto del espacio discursivo” (p. 42). Está presente aqui o que fora denominado por Benveniste *O aparelho formal da enunciação*. A segunda enunciação, tomada restritivamente, interessa-se apenas pelo locutor, sendo que os fatos enunciativos são os traços lingüísticos da presença do locutor no seio de seu enunciado, seus lugares de inscrição e as modalidades de existência das unidades subjetivas, inscritas no que Benveniste chamava *A subjetividade na linguagem*. São, portanto, índices da inscrição do sujeito da enunciação no enunciado<sup>65</sup>.

Pelo que foi apresentado, pode constatar-se que a interferência entre um campo e outro é evidente, pelo menos no foco de interesse deste trabalho, a teoria de Benveniste. Aquilo que é do domínio específico da enunciação e o que é da pragmática muitas vezes se confundem, assim como não são menos complexas as relações dessa última com outras correntes lingüísticas. A consideração do uso como objeto introduziu um exterior que não pode deixar de lado um sujeito que faz uso da linguagem em uma determinada situação.

A consideração desse exterior, no entanto, também pode revelar as diferenças entre esses dois campos. Essa é a posição de Guimarães (2002, 2004) que, ao fazer distinção entre semântica e pragmática, recorre aos estudos enunciativos.

O autor (2004, p. 109), ao traçar a história dos estudos da significação no Brasil desde o século XIX, apresenta a década de 70 como o momento em que os estudos da significação se generalizam no estudo das letras e das ciências humanas. Nesse momento, segundo ele, encontravam-se:

---

<sup>65</sup> Fiorin (op. cit.) aproveita essa mesma divisão, mas a inverte, considerando enunciação em sentido amplo as marcas do sujeito (a subjetividade) e em sentido restrito o tratamento dos protagonistas do discurso e da situação de comunicação. Por essa inversão, pode ver-se a utilização díspar feita pelos autores, representativa de suas correntes lingüísticas: Fiorin - semiótica e Kerbrat-Orecchini – pragmática.



- a) as análises sêmicas dos estudos estruturais ou da semântica gerativa (que não usava diretamente a palavra sema);
- b) as análises semióticas do texto, que aliam a descrição sêmica ao estudo do percurso do sentido;
- c) os estudos de semântica formal;
- d) os estudos pragmáticos;
- e) os estudos enunciativos;
- f) os estudos discursivos.

Tal diversidade é que vai afetar os estudos lingüísticos posteriores no campo da significação e da questão do sujeito, marcada por um forte debate entre posições diferentes. Esse campo era, muitas vezes, designado genericamente como pragmática.

A partir dessa designação geral, o autor distingue cinco tipos de pragmática:

- (1) pragmática indicial que toma a relação linguagem usuário como necessária para tratar a relação linguagem-objeto;
- (2) a pragmática que toma a relação linguagem-usuário considerando o usuário intérprete do signo;
- (3) a pragmática conversacional que toma a relação linguagem-usuário, tratando este como um interlocutor, a partir da intenção do locutor e do seu reconhecimento pelo ouvinte como o elemento fundamental do significado;
- (4) a prática ilocucional que toma a relação linguagem-usuário considerando também o usuário como interlocutor, sendo a linguagem uma forma de ação entre locutor e ouvinte;
- (5) a semântica da enunciação que considera os usuários como interlocutores e a linguagem como modo de ação fundamentalmente dialógica, na qual o destinatário está presente no sentido do locutor. (idem, p. 112-3).

Essa tipologia, apresentada na década de 80, vai conduzir à separação, por Guimarães, dos quatro primeiros tipos, nomeados *pragmáticas*, de um lado e do outro a semântica da enunciação, denominada apenas por *semântica*. Mais recentemente a

divisão se deu entre *pragmática* e *estudo da enunciação*, denominada *semântica da enunciação*. Nesta, trata-se da

inclusão do sujeito nos estudos da linguagem como uma questão lingüística; naquela, a questão do sujeito é posta como uma relação entre interlocutores considerados como usuários, como quem usa a linguagem como instrumento para realizar algo ou para manifestar intenções. O que aí se considera como enunciação é o ato de dizer algo para alguém. Ou seja, o que nesse caso se define como enunciação não diz respeito à língua. (Guimarães, 2002, p. 41).

Para o autor (*idem*, p. 42), no entanto, essas duas divisões ainda não recobrem totalmente o conjunto dos estudos que procuram incluir o excluído por Saussure, que, completo, seria para ele:

- a) *Semântica Formal*: que considera o sentido como conjunto de condições de verdade, dando centralidade à relação da linguagem com o mundo;
- b) *Pragmática*, que considera o sentido como intenção ou ação do locutor, dando centralidade à relação do falante com seu interlocutor;
- c) *Semântica da Enunciação*, que considera o sentido como as marcas do locutor naquilo que fala, dando centralidade à relação do locutor com a língua;
- d) *Análise de Discurso*, que considera o sentido e o sujeito como determinados por uma memória do dizer que significa naquilo que se fala, dando centralidade ao discursivo, como um objeto integralmente histórico e lingüístico.

Guimarães ressalta que são quatro objetos de conhecimento que podem se expandir, ainda que não mais como nomes de uma posição teórica, mas meras disciplinas em organizações institucionais. Isso é significativo na medida em que mostra como teorias acabam se organizando por interesse daqueles que as estudam, o que pode levar à consideração de apenas um desses componentes ou à busca por uma suposta complementaridade em mais de um deles.

Percebe-se, então, que as diferenças entre disciplinas e até mesmo a criação de algumas ou o esquecimento de outras estão ligadas a uma tomada de posição teórica individual do lingüista que, para se manter, precisa tornar-se coletiva, ou seja, ser aceita por um grupo, pela instituição. Escolher um objeto em um campo que, afinal trata da mesma coisa, a linguagem, mais do que se posicionar na simplicidade e transparência da divisão acima, é determinar o seu ponto de vista, regulando as escolhas teóricas mais complexas. Pode-se tomar como exemplo disso, o campo da semântica da enunciação que como se viu, no Brasil, está ligada a Ducrot, sequer tocando na teoria de Benveniste. Na enunciação são muitos caminhos e, dependendo deles, várias bifurcações. O que acaba causando muitos enganos, belos acertos e inexplicáveis esquecimentos na lingüística, ciência da linguagem ou, talvez, ciências da linguagem.

## CAPÍTULO 3

### A MANUALIZAÇÃO DOS SABERES SOBRE A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO DE BENVENISTE

*Ora, todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua e a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova. (É. Benveniste)*

#### 3.1 Considerações iniciais

Qual é a função de um manual? Pode começar-se respondendo a essa questão considerando a noção de paradigmas de Kuhn. Para o autor, nos períodos de ciência normal, a educação profissional é feita através do processo de aprendizagem do paradigma, no qual o livro tem a importante função de relatar aquilo que é sabido em uma determinada ciência e especificar com qual modelo se deve operar, propiciando a sua reprodução. Nesse sentido, “ciência normal” é a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por uma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos de sua prática posterior. Embora raramente na sua forma original, hoje em dia essas realizações são relatadas nos manuais científicos elementares e avançados”. (KUHN, 2003, p.29)

Nesta citação destacam-se dois pontos importantes: a questão da transformação que os saberes científicos sofrem quando da necessidade de comunicá-los, ou através da divulgação aos pares, ou nos processos de transposição didática. Outro ponto a ser

destacado é a fundamentação que se assegura à prática científica posterior. Ou seja, o manual mostra o “estado da arte” das pesquisas em uma determinada área, definindo, ao mesmo tempo, aquilo que se pode fazer posteriormente. Nesse sentido, o que está fora do livro, está fora da pesquisa, pois o que se apresenta ali é o corpo das teorias aceitas, ilustrando muitas (ou todas) as aplicações bem sucedidas

para definir implicitamente os problemas e métodos legítimos de um campo de pesquisa para as gerações posteriores de praticantes da ciência. [Os manuais] puderam fazer isso porque partilhavam duas características essenciais. Suas realizações foram suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividades científicas dissimilares. Simultaneamente suas realizações eram suficientemente abertas para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência. (idem, p.30).

Tal regularidade somente pode ser quebrada pelas revoluções científicas, isto é, o abandono de uma tradição em favor de um novo paradigma, porque o velho já não dá conta de explicar a totalidade dos problemas que vão surgindo. Assim, após um período de crise, um novo paradigma se instala e consegue a adesão de toda a comunidade. Se algo ainda resta do antigo paradigma é tratado em uma reflexão retrospectiva sobre um ou outro aspecto da vida científica, mas isso não é mais feito pelo especialista, de acordo com Kuhn.

No trabalho do cientista, tal retrospectiva somente acontece nos primeiros estágios do desenvolvimento de uma ciência, nos quais as escolas características criam um corpo implícito de crenças metodológicas e de teorias interligadas que permite a seleção, avaliação e crítica. Quando uma ciência encontra-se em um estágio mais desenvolvido, ou seja, quando um paradigma é considerado como certo, não há mais necessidade de se reconstruir o campo de estudos no qual seu trabalho se insere, começando pelos princípios e justificando o uso de cada conceito introduzido. Essa tarefa ficaria, então, a cargo dos escritores dos manuais, que reconstruiriam a prática científica a partir de suas continuidades, pois as rupturas são expressas em veículos mais especializados, como os artigos em periódicos especializados e em comunidades científicas, por exemplo.

No caso da lingüística, ao menos no Brasil, essa situação ainda está indefinida. Por um lado, vê-se uma série de trabalhos na área, que não se furtam a citar Saussure ou ainda a explicar detalhadamente seus termos e conceitos, mesmo em revistas especializadas. No entanto, também pode ser observada uma tentativa, pelo menos nos trabalhos em nível de pós-graduação da diminuição dessa tendência, o que demonstraria uma relativa maturidade do campo no país. Por outro lado, os manuais ainda estão organizados em torno de uma reconstrução do campo, o que explicaria a função que eles adquirem e que, nesse caso, estaria de acordo com o proposto pelo autor acima: destinados ao ensino, eles fazem parte de um processo mais amplo, a disciplinarização dos saberes da lingüística, que, ao mesmo tempo em que insere as disciplinas em uma determinada tradição histórica, apresenta os paradigmas da ciência normal que se está fazendo, preparando as futuras gerações de pesquisadores.

É por isso que, na definição das correntes que farão parte do manual, o modo como elas serão tratadas e quem as escreverá não é somente uma questão técnica, que envolveria os especialistas desta ou daquela área. Eles, freqüentemente, não vão apresentar somente as questões de objeto e método, mas farão essa retrospectão, uma reconstrução valorada do passado, tanto da ciência quanto da disciplina. E qualquer seleção supõe transformações, escolhas e supressões que são inerentes ao processo de disciplinarização. Isso porque “quels que soient la dimension ou le statut du texte introductif ou iniciatique envisagé, la référence à l’histoire, qu’elle précède l’exposé de l’objet ou qu’elle s’insère ponctuellement dans le cours de son développement, constitue l’une des facettes de la fabrication du discours disciplinaire” (CHISS & PUECH, 1999, p. 33).

### **3.2. Enunciação, disciplinarização e manualização**

Para Puech (1999, p. 15), a manualização dos saberes lingüísticos é um dos aspectos de um processo mais amplo, a disciplinarização. Inserida nesse campo, essa questão é tratada como ocasião da possibilidade de se confrontar dois tipos de contextualização: o da constituição dos saberes científicos e o do mundo escolar. A

manualização aconteceria no ponto onde eles convergem, refletindo uma representação dos saberes disciplinares, isto é, da disciplina enquanto matéria de ensino e da complexidade de conteúdos.

O autor considera que a disciplinarização da enunciação<sup>66</sup> não começou com a sua introdução teórica, uma vez que não se trata de uma teoria homogênea, mas de uma constelação de teorias de referência que foram exploradas de acordo com a ocasião, o desejo e os imperativos didáticos variáveis do campo escolar: “En effet, s’il n’exist pas, dans le champ des ‘savoirs savantes’ une théorie homogène de l’énonciation, *un sens univoque* associé au terme *discours*, il est bien difficile de discerner au collège et au lycée *un domaine d’enseignement homogène* subsumable sous ces noms” (...) (idem, p.16).

Desse modo, a consideração da enunciação nas teorias lingüísticas é formada por perfis disciplinares pouco homogêneos, mesmo quando elas são fortemente aparentadas. Isso acontece porque, de uma a outra, há:

- uma dupla polaridade entre os saberes científicos e as escolhas didáticas a serem feitas;
- a proximidade com o estruturalismo e a representação dos saberes – nesse sentido a enunciação pode aparecer como complemento ou como alternativa para os lingüistas das estruturas (eles mesmos pouco homogêneos);
- enfim, o peso retrospectivo de duas histórias, duas temporalidades: a da história das idéias e a das tradições escolares (história e temporalidades que levam a contextualizações diferentes). (idem, p. 27)

A manualização dos saberes concernentes à enunciação dá-se no cruzamento de duas séries de imposições, contextualizações e histórias: (1) a da representação dos saberes em disciplinas no interior mesmo dos saberes científicos e (2) a da integração destes em um complexo de conhecimentos, práticas e objetivos no mundo escolar. O

---

<sup>66</sup> O autor está referindo-se à transposição para os manuais destinados aos níveis de ensino da língua materna na França, no sistema escolar. Toma-se, no entanto, algumas considerações desse estudo para fundamentar a manualização da enunciação nos livros de introdução à lingüística para o nível universitário, pois a questão da transposição didática pode ser aplicada também a ele.

autor defende que entre elas não existe uma ruptura, mas um *continuum* de representações, mesmo heterogêneas ou alteradas. Assim, a manualização dos saberes lingüísticos “represente sans doute l’aboutissement d’un processus continu qui, de l’invention au réinvestissement dans les savoir-faire scolaires, traverse plusieurs types de contraintes liées à la transmission” (idem, p. 28).

Uma oposição entre saberes científicos e saberes escolares traz atrelada a dificuldade de se contrastar uma ciência “pura”, assimilada pelo saber universitário desvinculada de todas as contingências específicas da enunciação e um discurso imerso em situações de comunicação, que obriga a uma seleção, contextualização/recontextualização dos conteúdos. No entanto, salienta Puech, nada se ganha ao enrijecer em oposição a distinção entre esses saberes, pois o imperativo da transmissão é o eixo sobre o qual as práticas normatizadas da invenção e as do ensino se comunicam entre si.

No discurso sobre o objeto e o método, nem sempre pode ser possível o reconhecimento do discurso disciplinar. Condições específicas de enunciação ordenam os saberes científicos em condições abstratas e os estratos do discurso disciplinar, no qual as imagens da disciplina se combinam, superpõem-se e ecoam em função de estratégias variadas, depois da invenção do conhecimento até sua socialização mais ampla. As condições de produção de um discurso disciplinar requerem que o especialista opere um descentramento pelo qual sua adesão às marcas, normas e valores disciplinares não fale por si, mas se materialize e se comunique: “la discipline est moins un état de fait qu’un processus toujours déjà commencé et recommencé” (CHISS & PUECH, 1999, p. 15).

O processo de didatização dos saberes, de acordo com Puech (op. cit.), estabelece-se graças a um grupo profissional que assume a mudança no rumo das pesquisas até então dominantes, estabelecendo um novo campo de pesquisa através de uma balizagem axiológica, retrospectiva e projetiva de uma área em vias de disciplinarização. A enunciação, nesse sentido, foi estabelecida como campo científico



em uma relação que ora se ligava ora rompia com o estruturalismo lingüístico. Porém, o esforço de disciplinarização dos saberes, feito a partir do discurso de exposição, não está limitado à simples apresentação de um domínio pré-existente, pois aí se organizam a acumulação de conhecimentos e as “descobertas” feitas no tempo, agenciando uma trama narrativa. Assim, “en son sein, l’héritage exposé n’est que la propédeutique à la novation”. (idem, p. 19).

Para os “inventores do saber” a preocupação com a transmissão e com a contextualização dos conhecimentos pode não ser seu primeiro interesse, mas eles não podem ignorá-los. Transmissão de conhecimento e modalidades de representação disciplinar estão ligados no trabalho do pesquisador. Desse modo, o esforço dos lingüistas para construir a representação disciplinar que situa seu trabalho implica:

- que uma certa autonomia do discurso disciplinar explícito possa ser determinado;
- que o discurso disciplinar seja concebido a partir de um campo balizado pela vulgarização do conhecimento científico e de um campo mais vasto e menos determinado no qual o especialista é levado a contextualizar seus trabalhos, abordagem do objeto, procedimentos de análise, etc., ao se dirigir a seus pares: ou a outros especialistas da mesma disciplina ou de outras disciplinas, ou a representantes de instituições científicas. (Chiss e Puech, 1999)

Configura-se, portanto, um imbricamento entre a transmissão e a representação disciplinar que cada lingüista dá de seu trabalho, tornando a transmissibilidade do saber um transbordamento do campo da vulgarização. É por isso, segundo os autores (idem, ibidem), que o discurso do especialista precisa, inicialmente se situar em relação ao seu campo, para somente depois poder ser transmitido. A exposição dos saberes deve, às vezes, mostrar de quais tradições depende, qual grau de inovação realiza e quais divisões de conhecimento implica (Puech, 1999). Está ligada, portanto, a um discurso coercivo que porte essa exposição de saberes e assegure a sua transmissibilidade segundo modalidades variadas.

Dando como exemplo o caso da entrada do estruturalismo na escola e nos manuais nos anos 70, Puech (idem, p 20-21) aponta que a representação dos saberes próprios a esse campo foi marcada, pelo menos, de cinco maneiras: (1) identificação da cientificidade que, na maioria dos casos, “congelou”, as dicotomias saussurianas; (2) homogeneização de um campo intelectual apesar da diversidade de escolas lingüísticas, em um esquecimento das tradições que o viram nascer; (3) reforço dialético da homogeneidade do estruturalismo pelo seu sucesso fora da lingüística e da esperança que nasce em todo campo das ciências humanas; (4) reivindicação da autonomia da lingüística, fundada sobre a concepção da língua-sistema; e (5) referência a um fundador, modulada em função de revisões e modificações incessantes, mas garantia de uma coerência disciplinar que forneceria as fronteiras da memória.

Para o autor, a enunciação e as condições científicas de sua introdução nos saberes ensinados não correspondem às mesmas do estruturalismo lingüístico, pois a materialização das teorias da enunciação é recente, o que não caracteriza uma referência à memória, nem se apresenta como um projeto homogêneo, pela compartimentalização do domínio, impossibilidade de circunscrever um único ponto de vista e a necessidade de uma escolha epistemológica.

No entanto, se isso diz respeito às teorias da enunciação, insiste-se que uma referência à enunciação, tomada na singularidade de uma teoria, a de Benveniste, parece satisfazer alguns dos pontos citados acima. Considerando, de uma forma geral, as citações às teorias benvenistianas, vê-se que o advento da enunciação pela perspectiva do autor insere-se em uma dimensão histórica nos estudos da linguagem. Tomado como o autor que permitiu a abertura da lingüística ao discurso, Benveniste teve seus conceitos, principalmente no tocante à subjetividade, intersubjetividade, dicotomias como pessoa-não pessoa, história-discurso, semiótico-semântico, “congelados” em alguns pontos, em detrimento ao tratamento do conjunto de sua obra. Isso fez também com que seus estudos fossem considerados apenas pelo que ele escreveu e que está reunido na parte intitulada *O homem na língua*, nos *Problemas de*

*Lingüística Geral I e II*, a despeito de uma vasta produção que transita pela lingüística histórica, lexicografia, sintaxe, semântica, etc.

A consideração do discurso e do sujeito, em uma abertura científica do estruturalismo lingüístico do qual Benveniste era, talvez, o legítimo herdeiro encontra lugar não apenas dentro do campo estrito da lingüística, mas em outros também. Segundo Dosse (1994), ignorada nos meios lingüísticos, dominado pelo estruturalismo, a consideração do sujeito vai encontrar interessados na filosofia, psicologia, psicanálise entre outras.

Tudo o que vai se denominar de uma forma mais geral como lingüística da enunciação (no sentido de teorias da enunciação) é partidária da consideração da enunciação e, por conseqüência, do sujeito. Se a primeira vem, para a ciência da linguagem, por duas vias principais, lingüística e filosofia, a consideração do sujeito da enunciação deve-se aos estudos de Benveniste. Fato é que, pelo menos na lingüística, qualquer tratamento do discurso não pode ser considerado se não por referência – em acordo ou discordância – dos estudos pioneiros desse autor. Nesse sentido, não é insignificante até mesmo o silenciamento sobre esse ponto. Há aí uma tentativa de homogeneizar a diversidade do que viria a se constituir como estudos enunciativos da linguagem. Por isso, a figura não do fundador, mas do precursor. Como cada corrente reivindica seu próprio fundador, Benveniste aparece como precursor dos estudos enunciativos, em alguns dos pontos em que cada uma trata, notadamente o sujeito e a enunciação. Falta, no entanto, uma teoria que o coloque como fundador, para que se possa incluir trabalhos na continuidade de seus estudos, sem a necessidade de se buscar uma teoria mais “completa” para tratar os fenômenos da linguagem que possam ser considerados sob essa perspectiva.

Outro ponto a se evidenciado na relação da manualização da lingüística da enunciação, fundamentando-se em Benveniste, com o modelo do estruturalismo diz respeito à ligação entre esses dois pontos. Para Puech (1999), foi o estruturalismo generalizado dos anos 50 e 60 que levou ao debate sobre a dicotomia saussuriana

língua-fala, fazendo com que a emergência das lingüísticas enunciativas possa ser considerada não em um antagonismo radical a essa corrente, mas na sua gênese, evolução e contradições. Esse é, claramente, o ponto de vista de Benveniste, para quem o tratamento da enunciação emerge do paradigma estruturalista, tal como está disciplinarizado por Chiss & Puech (1994, 1995, 1999). No autor, a dimensão enunciativa revela um déficit de fundação a combater ou uma extensão a cumprir. Ou seja, de uma problemática que só pode se desenvolver a partir de retornos incessantes.

Segundo Puech, o estatuto da lingüística, em Benveniste está sempre referido a um futuro indeterminado, um horizonte projetivo ideal no qual a semiologia, a semântica, o discurso são projetos que dão sentido aos seus desenvolvimentos atuais. É uma perspectiva de fundação, buscando o destino da significação não somente na lingüística, mas nas outras disciplinas da cultura:

D'une manière plus générale, les considérations disciplinaires et interdisciplinaires que ont accompagné le développement de la linguistique structurale selon des modalités variées mais omniprésentes concernent surtout, chez Benveniste, la modalité prospective. Comme chez Saussure, elles concernent davantage la *perspective* ou le *principe* d'une science générale de la culture, ou d'une refondation de la sémiologie conçu comme horizon, que l'analyse linguistique actuelle, ou le souci d'assigner un statut à la linguistique dans le champ des sciences humaines instituées. (Puech, 1997, p. 390).

Desse modo, o ponto de vista disciplinar é sempre um ponto de vista integrador, implicando relações, representação do saber como unidade articulada, construção de um campo homogêneo a partir de uma ontologia ao menos implícita. A via mais usada para isso é aquela que iguala os diferentes aspectos da disciplina através da sucessão de escolas lingüísticas, assimiladas em diferentes momentos da ciência ao mesmo tempo necessários e ultrapassados. Por isso, "ce modèle progressif est pratiquement inévitable quand il s'agit à la fois de légitimer l'état présent (assimilé à la nouveauté) de la discipline sans sacrifier la continuité dont elle procède". (Chiss e Puech, 1999, p. 22).

### 3.3 O lugar de Benveniste no manual de introdução à lingüística

Por ser um campo essencialmente heterogêneo, a enunciação, e, por conseqüência, as teorias da enunciação, disciplinarizaram-se da mesma forma variável e heterogênea que as teorias de referência desse campo. Por isso, as várias correntes que tratam do tema e, também, a escolha, pelo pesquisador, de uma delas para seu limite de trabalho. Isso se reflete no ensino de lingüística, na universidade – sendo especialista em um determinado campo, o lingüista, que no Brasil também é professor universitário, acaba por privilegiar determinada área<sup>67</sup>. Esta acaba por firmar-se na tradição acadêmica através dos grupos de pesquisa orientados na instituição. Dessa forma, quando são organizados os manuais de introdução à lingüística, parece óbvio que irão receber espaço as teorias já estabelecidas como disciplinas.

Interessa, nesse sentido, verificar como Benveniste é citado nesses manuais, considerando-se a variedade das teorias da enunciação e a falta de um espaço institucionalizado para uma lingüística da enunciação com base na teoria do autor. Ou seja: como não se pode deixar de referir Benveniste em qualquer campo que trate da enunciação em seu escopo teórico, uma vez que se deve a ele a consideração do discurso, como essa referência é feita nas diversas correntes que se apresentam manualizadas?

Nas duas coleções analisadas, apenas uma se organiza a partir de correntes lingüísticas. É por essa que se começa, uma vez que se pretende, então, apontar se e como o processo de disciplinarização recorre ao modelo progressivo, isto é, a busca por uma igualdade disciplinar através do agenciamento de alguns aspectos das escolas lingüísticas anteriores a fim de legitimar a sua própria corrente numa continuidade científica. Nesse sentido, quais disciplinas citam Benveniste e como? Quais silenciam e por quê?

---

<sup>67</sup> Não se quer afirmar aqui que um professor de lingüística trate exclusivamente a sua área. Não se pode esquecer a formação geral dada nos curso e na pós-graduação em lingüística que tem, no entanto, um caráter mais histórico, visando propiciar ao estudante uma visão geral dos estudos da linguagem. Mas, normalmente, o professor encarrega-se ou das disciplinas de sua corrente de pesquisa ou próximas a elas.

### 3.3.1 O manual dividido entre disciplina e epistemologia

Nos dois primeiros volumes da coleção *Introdução à lingüística*<sup>68</sup>, organizada por F. Mussalim e A. C. Bentes, aparece o subtítulo *domínios e fronteiras*. É nesse sentido que as autoras procuram organizar os diferentes capítulos dos livros, como está especificado na *Introdução*, na qual colocam que um dos objetivos é expor “uma apresentação geral e gradual das principais áreas da lingüística no Brasil, da seguinte maneira: (i) histórico da área; (ii) bases epistemológicas; (iii) diferentes vertentes da obra; (iv) análise de dados”. (p. 15). Salientam, no entanto, que, devido à especificidade de cada área e estilo de cada autor, os capítulos podem não seguir exatamente essa divisão, o que se vai comprovar na leitura de cada um.

No primeiro volume, são tratadas a sociolingüística (em duas partes), a lingüística histórica, a fonologia, a fonética, a morfologia, a sintaxe e a lingüística textual. No segundo aparecem: semântica, pragmática, análise da conversação, análise do discurso, neurolingüística, psicolingüística, aquisição da linguagem e língua e ensino: políticas de fechamento.

Benveniste é citado em apenas quatro desses campos: sociolingüística, lingüística textual, semântica e pragmática. No capítulo sobre análise do discurso aparece apenas na bibliografia e em uma nota de rodapé. À exceção dessa última, pode-se dizer que, dentre as disciplinas citadas, esperava-se uma alusão ao autor, uma vez que é a partir dele que se abre a possibilidade de uma lingüística que trate também da fala, passando do objeto língua ao objeto discurso, uma nova lingüística toda diferente em seus métodos e seus objetivos (Normand, 1994/ 1995).

Em relação à pragmática e à análise de discurso, Normand (idem, p. 34) coloca que os escritos de Benveniste, desde cedo designados como “teoria da enunciação”, serviram, à época, de ponto de apoio a essas novas pesquisas, ainda que elas se apresentem muito diferentes em seus objetivos e sua fundamentação teórica. Assim,

---

<sup>68</sup> Cortez Editora, 2000 e 2001.

alors que les études françaises de pragmatique voient surtout en Benveniste celui qui permet d'échapper aux contraintes de l'analyse proprement linguistique, pour s'intéresser aux implicites du discours, aux intentions des locuteurs, aux effets visés dans les énoncés, à tout ce qui fait du discours une *action* (pragma), les travaux sur le discours de leur côté restent attachés à ce qui, du sujet et du contexte, est observable et analysable en langue, fidèles en cela au Benveniste strictement 'linguiste'; ils partent de la description du fonctionnement formel et sémantique de ces unités particulières qui constituent la *deixis*, ce que Benveniste a finalement appelé 'le appareil formel de l'énonciation' (1970), soit ces particularités de langue qu'il distingue de l'*acte* même de l'énonciation par lequel elles s'actualisent.

É no mínimo estranho, então, que Benveniste não seja sequer citado no capítulo dedicado a essa disciplina, aparecendo apenas em uma nota de rodapé e na bibliografia. Interessante é que a alusão, nesta parte, diz respeito àquilo que serviu de influência à AD:

BENVENISTE, E. O aparelho formal de enunciação. In: *Problemas de Lingüística geral II*. Trad. E. Guimarães et. al. Campinas, Pontes, 1989. (título original, 1974).  
\_\_\_\_\_. O homem na língua. In: *Problemas de lingüística geral*. Trad. M. G. Novak & L. Néri. São Paulo, Companhia Editora Nacional/EDSP, 1976. (título original, 1966). (IL II, p. 139)<sup>69</sup>

A nota de rodapé refere-se ao esclarecimento da oposição enunciação/enunciado referida no texto nos seguintes termos: "Assim, Pêcheux, visando à construção de um arcabouço teórico que lhe permitisse isso [a concepção do discurso, provinda de Harris, como uma seqüência de enunciados], passa a considerar a oposição enunciação e enunciado" (idem, p. 116). A autora remete, então, em nota, aos capítulos *Semântica* e *Pragmática*, no mesmo volume, e a Benveniste e a Searle para a compreensão da relação enunciado/enunciação. Aponta, ainda, a reinterpretação da noção de enunciação feita pela AD. Não esclarece, no entanto, a partir de qual teoria ela é retomada, remetendo a Pêcheux & Fuchs para maiores esclarecimentos.

---

<sup>69</sup> As referências às obras serão feitas da seguinte forma: para a *Introdução à lingüística* da editora Cortez serão usados IL I; IL II e IL III.

Nesse sentido, reproduz-se aqui, como de resto em toda a teoria da AD, a restrição feita a Benveniste. Nem no papel histórico de precursor ele é evocado. Desde Pêcheux (1997, p. 175), uma redução é feita nesse sentido:

A dificuldade atual das teorias da enunciação, reside no fato de que estas teorias refletem na maioria das vezes a ilusão necessária construtora do sujeito, isto é, que elas se contentam em reproduzir no nível teórico esta ilusão do sujeito, através da idéia de um sujeito enunciador portador de escolha, intenções, decisões, etc. na tradição de Bally, Jakobson, Benveniste (a 'fala' não está longe).

Começa aí a crítica à questão da enunciação em Benveniste que, ao longo do processo de institucionalização e disciplinarização das correntes lingüísticas, vai conduzir o autor ao esquecimento ou a um lugar histórico de críticas ao idealismo de suas noções: o sujeito como fonte de sentido e, por essa via, a reintrodução do sujeito psicológico idealista na base da lingüística.

Henry (1997, p. 45), porém, afirma que o lugar secundário atribuído a Benveniste demonstra que Pêcheux “passou ao largo da enunciação e que nenhuma das referências ao autor mostra uma compreensão real da fenda aberta no estruturalismo pelo reconhecimento do papel da enunciação”. É o próprio Henry que evoca a “retratação” de Pêcheux que, na *Langages* 37, dirá que a AAD-69 havia sido opaca ao fenômeno da enunciação. É a partir daí que ele se fundamenta em Benveniste para fazer da frase a unidade do discurso, tomando o autor como o lingüista da subjetividade. Antes de 1966, porém, “parece que MP percebeu, inicialmente, em Benveniste, uma espécie de retrocesso, um retorno do sujeito psicológico, vitoriosamente banido da cena teórica por Saussure e pelo estruturalismo”. (idem, p. 46).

Conforme Normand (1985), a enunciação teve lugar entre os lingüistas mais a partir de Jakobson que Benveniste, o que parece explicar, em parte, a atitude de Pêcheux – a outra seria que o autor, mais preocupado com a questão do sujeito, teria investido pouco nos problemas da enunciação.



Essa justificativa é um tanto vaga por pelo menos três motivos: (1) se Benveniste era, de fato, ignorado entre os lingüistas, que creditavam a Jakobson o lugar de seguidor de Saussure, não o era entre os filósofos (caso de Pêcheux); (2) Normand (1985)<sup>70</sup>, comparando as notas dos cursos de alunos de Dubois e Ricoeur, demonstra que a questão do sujeito, posta àquela época, no âmbito do estruturalismo, apenas por Benveniste, interessava mais ao filósofo que ao lingüista (novamente caso de Pêcheux); finalmente, (3) se Pêcheux estava efetivamente mais interessado na questão do sujeito, como ignorar a questão da enunciação se é por essa via que se passa, como se viu em Normand (1985), da noção não questionada de sujeito falante (recusada por Pêcheux) à noção problemática de sujeito da enunciação.

Pode dizer-se, então, que a consideração da enunciação começa a ganhar maior importância nos escritos posteriores do autor, mas a crítica a Benveniste se mantém: o discurso continua fundado em distorções individuais, que parece escapar ao processo de produção, por uma criação infinita, uma variedade sem limites que seria o próprio da fala (Pêcheux, 1997), ou seja, “a dualidade ideológica que associa sistema (de signos) e criatividade (individual): o ‘discurso’ não passa de um novo avatar sobre a fala”. (idem, 1975, p, 79).

Explica-se, portanto, tanto as críticas quanto às ausências de Benveniste na AD, no Brasil, toda ela, como se sabe, caudatária dos trabalhos de M. Pêcheux. Se ele não foi um bom leitor de Benveniste, a disciplina que o tem como fundador também não o seria.

Em relação à pragmática, a ligação é bem menos problemática. Isso se deve a vários motivos. Inicialmente, a consideração de um novo objeto para a lingüística – o uso. Era justamente essa a idéia da enunciação de Benveniste, o ato de transformar a língua em discurso através de seu uso efetivo por um sujeito. Por outro lado, é necessário destacar a ampla aceitação que a teoria do autor teve no meio filosófico, resultado de um constante diálogo de Benveniste com os autores da chamada filosofia

---

<sup>70</sup> Como já apresentado em 1.4.1.

analítica da linguagem. Finalmente, pode-se considerar que a enunciação e a pragmática, por tratarem algumas vezes dos mesmos fenômenos, tiveram as fronteiras de seus campos pouco delimitáveis<sup>71</sup>.

Na parte concernente à pragmática, no manual, a enunciação não aparece como um domínio próprio ao campo, que trata, apenas, segundo a autora do capítulo<sup>72</sup>, do pragmatismo americano, dos estudos dos atos de fala e dos estudos da comunicação.

Benveniste é citado por dois motivos. O primeiro pela já aludida relação com a filosofia analítica, na parte em que se apresentam os temas comumente levantados pelos estudos pragmáticos, como a classificação dos atos de fala de acordo com seus efeitos. É nesse sentido que Benveniste é evocado como um dos autores que

Pretende classificar os atos de fala. De um lado teríamos aqueles atos que seriam compostos por um verbo declarativo jussivo na primeira pessoa do presente mais uma afirmação, como *Eu ordeno que você saia.* (...) De outro lado, Benveniste propõe outro conjunto de atos de fala, atos estes que seriam compostos por um verbo com complemento direto mais um termo predicativo, tal qual *Proclamo-o eleito vereador.* (IL II, p. 50-1).

O segundo motivo pelo qual ele é lembrado insere-se na também já considerada confusão entre os limites enunciação-pragmática:

Vale a pena observar que, entre os autores e autoras que são referência para a Pragmática, também estão os franceses Oswald Ducrot e Émile Benveniste, e o americano H. P. Grice. Até o final da década de 1980, muitos trabalhos cuja orientação teórica está fundamentada nesses autores incluem-se na área da Pragmática. Entretanto, a evolução de seus trabalhos conferiram-lhes campos

---

<sup>71</sup> As questões sobre enunciação e pragmática são complicadas em virtude do caráter duplo da própria palavra. Pode-se, assim, tratar a enunciação como domínio que exige a consideração de uma dimensão pragmática ou como um dos seus objetos. Essa questão foi tratada em 2.4.1.

<sup>72</sup> Não serão identificados os autores dos capítulos porque se pretende que a análise seja feita em relação à corrente lingüística que eles apresentam e não à sua concepção em particular, ainda que se tenha dificuldade em desconsiderar as escolhas feitas por cada pesquisador no interior de um campo científico para fins didáticos em razão de interesses pessoais.

de estudos e métodos hoje separados dos pragmáticos. A Semântica Argumentativa e a Análise da Conversação são duas correntes outrora participantes do movimento que integrou componentes pragmáticos aos estudos lingüísticos. (IL II, p. 51).

Interessante notar que nessa retrospectiva histórica apenas um autor não tem um lugar específico dentro da coleção: Benveniste. No capítulo sobre semântica, há um sub-capítulo sobre a semântica argumentativa, que trata exclusivamente de Ducrot. Benveniste é lembrado apenas como influência:

A década de 1970 conheceu uma explosão de trabalhos sobre a pressuposição. Salienta-se, dentre eles, o trabalho de Oswald Ducrot que, certamente influenciado pelos trabalhos de Émile Benveniste e pela escola francesa de Análise do Discurso, se opõe veementemente ao tratamento que a Semântica formal oferece para a pressuposição em particular e para o significado em geral. Suas críticas e análises possibilitaram a formação de um outro modelo: a Semântica da Enunciação. (IL II, p. 51).

Sobre Grice, embora a citação coloque que ele tornou possível uma nova corrente, a análise da conversação, não há sequer uma alusão no capítulo sobre essa disciplina, sendo que o autor é tratado no capítulo destinado à pragmática mesmo, na parte destinada aos estudos da comunicação.

Percebem-se, então, confusões e dificuldades de delimitação entre campos e autores, tanto entre correntes diferentes quanto em um mesmo campo. A divisão de uma coleção por disciplinas traz consigo os mesmos problemas que a disciplinarização dos estudos lingüísticos apresenta no Brasil. Inicialmente, as próprias fronteiras do saber lingüístico que se demarcam por interesses pessoais de profissionais que acabam por se identificar com uma ou outra corrente e, nesse processo, ignoram ou criticam as outras, como se a sua fosse mais completa, explicando melhor um determinado fenômeno do que outra. De outra forma, o interesse por um objeto que parece precisar de mais de uma teoria para ser explicado corretamente. Nesse sentido, as disciplinas não são concorrentes, mas complementares. Essas duas últimas

características é que parecem explicar por que uma divisão disciplinar dos estudos lingüísticos torna-se tão complicada.

Finalmente, uma nota sobre duas outras disciplinas que mantêm relações historicamente contraditórias com o autor. No capítulo dedicado à sociolingüística, Benveniste é citado em uma espécie de resumo do tratamento da relação linguagem-sociedade, para explicar porque se fala em sociolingüística:

Assim, inicialmente, é necessário levar em conta que os estudiosos de fenômeno lingüístico, como homens de seu tempo, assumiram posturas teóricas em consonância como fazer científico da tradição cultural em que estavam inseridos. (IL I, p. 21-22).

De acordo com essa idéia, Saussure é evocado como tendo realizado a escolha necessária para a definição do objeto que tornaria a lingüística uma ciência, a língua, excluindo toda a “consideração da natureza social, histórica e cultural na observação, descrição, análise e interpretação do fenômeno lingüístico” (idem, ibidem). Esta ficará, pois relegada à fala, da qual se ocupará uma lingüística externa, em oposição à lingüística interna. Dentro da primeira, o modo de tratar e de explicitar a relação entre linguagem e sociedade constitui uma das grandes divisões no campo da reflexão da lingüística contemporânea. Desse modo,

A tradição de relacionar linguagem e sociedade, ou, mais precisamente, língua, cultura e sociedade, está inscrita na reflexão de vários autores do século XX. Integrados ou não à grande corrente estruturalista, que ocupou o centro da cena teórica, particularmente, a partir dos anos 1930, encontramos lingüistas cujas obras são referências obrigatórias, quando se trata de pensar a questão do social no campo dos estudos lingüísticos. Não caberia, aqui, enumerar todos esses estudiosos, mas uma breve referência a alguns nomes, ligados ao contexto europeu, impõe-se: Antoine Meillet, Mikhail Bakhtin, Marcel Cohen, Émile Benveniste e Roman Jakobson. (IL I, p. 24).

Buscando os dois modos de leitura relacionados por Normand (1994/1995), vê-se que, aqui, a leitura da sociolingüística é aquela que coloca Benveniste como um dos autores que permite sair do imanentismo lingüístico, ainda que coloque a especificidade do estruturalismo. A sociolingüística é uma das correntes que vai tratar especificamente o fenômeno fala, não o revestindo ou o reinterpretando sob nenhuma outra denominação, como enunciação ou discurso, por exemplo.

A própria consideração de Benveniste, que trata da passagem da língua ao discurso, não é consenso entre os sociolingüistas. Algumas vezes ele é colocado como um estruturalista, seguidor de Saussure, em um apoio ao interno da lingüística defendido pelo mestre; outras vezes, sequer é citado, colocando-se a disputa entre externo e interno originando-se em Meillet<sup>73</sup>.

A apreensão da relação linguagem-sociedade, via Benveniste, é uma forma de destacar a importância do autor como precursor, na lingüística, de se pensar na linguagem de uma maneira mais geral, não apenas presa ao sistema língua. Ainda que não se trate o conjunto da obra do autor, na qual essa relação está inserida, são ressaltadas as propriedades da linguagem de simbolizar, de ser exercida por um indivíduo (a noção de uso lingüístico), de servir de instrumento de comunicação, mediando a relação do homem com os outros homens ou de analisar a realidade, dando forma à realidade. Percebe-se, portanto, que há um recorte que retira de Benveniste aquilo que é necessário à teoria sociolingüística em seu percurso histórico: o papel de um precursor histórico que vai permitir que, de seus apontamentos iniciais, outras teorias se desenvolvam, sem recusar ou esquecer o que vem antes. É, então, à figura do precursor que se alude, no recorte necessário à constituição disciplinar.

Nesse mesmo sentido de retomada histórica, aparece a última citação de Benveniste nas duas obras, dedicadas às disciplinas lingüísticas. No capítulo dedicado

---

<sup>73</sup> Exemplo disso é L-J. Calvet que, na obra *Sociolingüística: uma introdução crítica* (São Paulo: Parábola, 2002), colocando Meillet como predecessor de Labov na ampliação dos domínios da lingüística saussuriana, não cita, em momento algum, Benveniste.

à lingüística textual também se tenta reconstruir o percurso que leva à abertura do objeto da ciência da linguagem:

Denise Maldidier, Claudine Normand e Régine Robin, em texto da década de setenta, intitulado discurso e Ideologia: bases para uma pesquisa, apresentam um breve histórico da constituição do campo dos estudos do discurso da França, discutindo resumidamente os interesses e os problemas das abordagens semiológica (Roland Barthes, Greimas), das pesquisas sobre as pressuposições (Oswald Ducrot) e da elaboração do conceito de enunciação (Émile Benveniste), para então apresentarem os interesses da chamada Análise do Discurso de linha francesa. Todas essas abordagens podem ser vistas como fazendo parte deste esforço teórico, iniciado na década de sessenta, de construir uma Lingüística para além dos limites da frase, a chamada “Lingüística do Discurso”. (IL I, p. 246).

Aparece finalmente, a primeira citação em que faz alusão ao conceito teórico mais conhecido do autor – Benveniste como o lingüista da enunciação, denominação pela qual ele é amplamente conhecido no meio lingüístico, atualmente. Muito pouco para um autor tão importante para a formação das disciplinas lingüísticas que tratam da enunciação e do discurso.

O terceiro livro da coleção organiza-se de forma diferente. A partir do subtítulo isso já se evidencia: fundamentos epistemológicos. O objetivo é, então, “oferecer ao leitor um panorama das diversas perspectivas que constituem e que organizam a ciência da linguagem, apresentando as diferenças entre os programas de investigação científica e entre as várias orientações teórico-metodológicas que constituem a ciência da linguagem e sobre as quais esses programas e estas orientações encontram-se fundados” (IL III, p. 7).

Os capítulos dos livros estão divididos da seguinte forma: (1) Estudos pré-saussurianos; (2) O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos; (3) O empreendimento gerativo; (4) Os anos 1990 na gramática gerativa; (5) O funcionalismo em lingüística; (6) Formalismos na lingüística: uma reflexão crítica; (7) Do cognitivismo ao

sociocognitivismo; (8) Virtudes do cognitivismo revisitadas; (9) O interacionismo no campo lingüístico; (10) Teorias do discurso: um caso de múltiplas rupturas; (11) Teoria semiótica: a questão do sentido; e (12) Três caminhos para a filosofia da linguagem.

O livro, além do já citado objetivo principal, também procura:

Perceber o valor histórico que cada programa, cada orientação possui e o papel que cada um(a) desempenhou(a) na construção de um sólido conjunto de conhecimentos sobre o fenômeno lingüístico; acompanhar as mudanças ocorridas no interior de cada um dos programas, em cada uma das orientações; compreender os movimentos por meio dos quais se promove a eleição de um determinado programa como paradigma científico dominante; notar as divergências internas e as seleções que vão sendo operadas dentro dos paradigmas para que estes sejam mantidos e transformados (...). (idem, *ibidem*).

Obviamente não há espaço neste trabalho para discutir esses objetivos. No entanto, cabe ressaltar que, como nos dois primeiros livros, não há em todos os capítulos o seguimento das questões propostas acima para o direcionamento do texto, o que fez com que cada autor procurasse escrevê-lo seguindo a sua percepção do campo a que se dedica. Isso é enfatizado pelas organizadoras que embora desejassem os recortes clássicos de cada campo, depararam-se com reconstruções diferentes das quais, geralmente, fazem parte de obras semelhantes. Isso se deu, segundo elas,

em função da própria condição de campo no Brasil, condição essa de efervescência e de constante movimentação e criação (...). É nesse sentido que esta obra apresenta uma especificidade na reprodução/reconstituição dos recortes, privilegiando, em outros momentos, orientações que foram criadas e/ou desenvolveram-se de forma especial no interior da lingüística brasileira. (IL III, p. 11).

Nesse sentido, espera-se, ao menos uma referência histórica ao papel de Benveniste na teorização própria ao campo da linguagem. Se Saussure é o apoio

necessário para a cientificidade da lingüística, qualquer consideração epistemológica sobre as correntes da lingüística que problematizaram a divisão língua/fala deverá, igualmente, buscar apoio no autor.

A primeira menção ao autor encontra-se no capítulo dedicado ao estruturalismo, no tocante aos movimentos que atestavam, nos anos 60, o esgotamento do paradigma, na forma de revisões ou de ataques abertos que mostravam a desconsideração de alguns fenômenos lingüísticos essenciais. É nesse contexto que Benveniste é citado:

Uma dessas propostas de revisão provém de Émile Benveniste, um autor que, embora tenha trabalhado no sentido de aperfeiçoar e divulgar o programa saussuriano, e possa, nesse sentido, ser considerado um representante importante da escola, era bastante diferenciado, por seus interesses e por seus sólidos conhecimentos em lingüística histórica indo-européia. A grande crítica de Benveniste é que o estruturalismo teria negligenciado o papel essencial que o sujeito desempenha na língua. Uma inteira seção de seu *Problemas de lingüística geral* (...) mostra que algumas estruturas centrais em qualquer língua (...) deixam de fazer sentido se a língua for descrita sem referência à fala e aos diferentes papéis que os falantes assumem na interlocução. Mostrou, dessa forma, que a fala está representada e por assim dizer prevista no sistema língua. (IL III, p. 80-81).

Em uma nota de rodapé, também há uma referência ao autor: “À frente do seu tempo, Benveniste interessou-se por problemas de filosofia da linguagem, e foi um dos primeiros autores a publicar em francês sobre temas como os atos de fala e os delocutivos”(IL III, p. 80).

Retomando a divisão das leituras da obra de Benveniste, pode afirmar-se que aqui, o papel que teve a sua obra nos dois momentos do estruturalismo – auge e crise – o destaque a Benveniste é dado na medida certa da complexidade com a qual sua obra foi recebida, e a herança que advém desse momento. Da estrutura à enunciação – ainda que isso não esteja explicitado no recorte acima, a citação reconhece no autor o



caráter de precursor, buscando outros caminhos, mesmo no momento em que o paradigma estruturalista era dominante e ele um de seus representantes.

Se nesse primeiro momento a figura de Benveniste se reveste de caráter complexo, com destaque ao ineditismo de seus estudos, no capítulo dedicado ao interacionismo no campo lingüístico tudo se passa de forma diferente. Para se compreender a referência feita ao autor, neste capítulo, é necessário, antes, compreender o que a autora coloca como lugar da interação na análise da linguagem.

A idéia é que, inicialmente, em um sentido largo do termo, poderiam ser considerados interacionistas os domínios da lingüística que se pautavam por uma posição externalista a respeito da linguagem, não se interessando apenas pelo sistema, mas também pela sua relação com os “exteriores teóricos, com o mundo externo, com as condições múltiplas e heterogêneas de sua constituição e funcionamento” (IL III, p. 312). Assim, a sociolingüística, a pragmática, a psicolingüística, a semântica enunciativa, a análise da conversação, a lingüística textual e a análise do discurso poderiam ser consideradas como portadoras de um interacionismo lingüístico.

No entanto, a autora afirma que embora toda a ação humana precede de interação, o mesmo não pode ser aplicado ao que se entende por interacionismo lingüístico, pois essa expressão sofreu um esvaziamento semântico a partir do surgimento de vários termos para predicá-la ou qualificá-la epistemologicamente, como sociointeracionismo, interacionismo discursivo, interacionismo simbólico, entre outros. É por isso que ela defende uma diferenciação entre os termos interação e interacionismo, afirmando que a lingüística tem se preocupado em delimitar a noção de interação verbal como ação conjunta, analisando-a como algo heterogêneo e historicamente situado.

Outro motivo que leva a uma confusão do termo interacionismo na lingüística é a aproximação com o conceito de comunicação, fazendo com que a interação seja pensada fora de sua ação constitutiva em relação a diversas situações, na consideração que “a linguagem tem por função primordial a comunicação” (IL III, p.

317). Desse modo, o que é colocado como fazendo parte da lingüística Interacional, a partir da noção de interação:

Configura um conjunto de questões ligadas a todo tipo de produção lingüística que é considerada material interativo: práticas, estratégias e operações languageiras, dinâmicas de trocas conversacionais, comunicação verbal e não-verbal, construção de valores culturais, atividades referenciais e inferenciais realizadas pelos falantes, normas pragmáticas que presidem a utilização da linguagem, etc. (idem, ibidem).

Segue-se a análise das teorias de autores considerados como interacionistas porque tomam o campo como debate social, envolvendo relações entre reflexão e ação, oposta a uma acepção mais simples da interação, envolvendo questões ligadas à comunicação, conversação ou troca de informações. Por isso, merecem destaque a entrada do interacionismo na lingüística via psicologia, sociologia e filosofia. Passando por várias correntes e autores que, embora não possam ser tomados no sentido estrito para o interacionismo lingüístico, fizeram parte de uma precursividade histórica no tratamento do termo, chega-se à seguinte citação:

Já as abordagens enunciativas ou discursivas não são consideradas ou não se reivindicam - pelo menos explícita ou diretamente - abordagens interacionistas. E isso a despeito, por exemplo, da enunciação ser definida como atividade (cf Benveniste, 1974: 80), ou de estar ligada à noção de intersubjetividade, de interlocução, de argumentação, ou de serem focalizadas no campo das Teorias Enunciativas e no da Análise do Discurso conceitos bakhtinianos como dialogismo, polifonia, gênero discursivo, estilo. (IL, III, p. 343).

O que a autora parece defender é que, para se tornar interacionista, uma teoria não precisa apenas considerar os aspectos que ela mesma mencionara como fazendo parte de tal dimensão: é preciso “reivindicar” a posição. Como se algum dos outros (vários) autores o tivessem feito. A referência a Benveniste, aqui, só poderia ser explicada se no autor houvesse a consideração da língua como instrumento de

comunicação – uma visão redutora, portanto, da noção de interacionismo – que não aparece em momento algum. O que se deixa de levar em conta são todas as demais considerações de Benveniste sobre esse aspecto:

A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Conseqüentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro. (PLG II, p. 93)

A 'comunicação' deveria ser entendida na expressão literal de colocação em comum e de trajeto circulatório. (idem, p. 103)

Será realmente da linguagem [como instrumento de comunicação] que se fala aqui? Não a estamos confundindo com discurso? (PLG I, p. 284).

A polaridade das pessoas é na linguagem é condição fundamental, cujo processo e comunicação, de que partimos, é apenas uma conseqüência totalmente pragmática. (idem, p. 286).

Muitas noções na lingüística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecemos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação lingüística. (idem, p. 293).

Poder-se-ia citar muitos outros trechos dos escritos de Benveniste que provam que sua concepção de linguagem, tornando a língua discurso, não está inserida em uma consideração "simplista" da natureza da linguagem como instrumento de comunicação. Na verdade, importa discutir o que é uma concepção simplista e redutora da consideração da linguagem como meio de comunicação.

A idéia de que a linguagem deixa de ser vista, inicialmente, como forma de expressão do pensamento, depois como meio de comunicação para, finalmente, alcançar seu ponto mais alto como modo de interação fez com que a linguagem fosse sendo pensada em uma escalada não só ascendente como avaliativa nas correntes que ora a consideraram assim. Desse modo, "julga-se" o que era considerado na época a partir do que se tem como mais "completo" hoje. É nesse sentido que a apresentação da autora coloca a teoria de Bakhtin como o ponto alto da reflexão interacionista na

linguagem<sup>74</sup>, ficando as demais correntes enunciativas e discursivas incompletas, dada a complexidade da teorização do autor russo.

Configura-se, portanto, um outro tipo de redução à obra de Benveniste, de qualquer modo ligada à da crítica feita especialmente pela AD. Se nesta o problema era a consideração do sujeito fonte do dizer, na qual o outro não interfere no sentido, aqui o é a desconsideração mesma do outro, dando-lhe um lugar ainda mais insignificante no processo de interação, que só pode ser considerado em uma visão mais abrangente como a do dialogismo. A autora, finalizando, destaca,

Para os propósitos deste texto, é importante salientar que os estudos oriundos da Análise da Conversação, das teorias enunciativas, da Lingüística Textual e da Análise do Discurso rompem com a perspectiva algo programática esboçada nos anos 1960, levando com peso teórico distinto a interação à condição de princípio explicativo dos fatos de linguagem. E isso se dá pela inclusão no quadro teórico geral desses domínios da Lingüística, da noção de interação como parte da explicação para a questão do sentido. É precisamente este o enfoque digno de nota de uma perspectiva trazida à Lingüística pelo viés do dialogismo postulado por Bakhtin. (IL III, p. 345).

O que se conclui, então, é o lugar periférico da interação em Benveniste em relação ao lugar central da de Bakhtin. Confirma-se, portanto, o caráter de completude e incompletude de uma teoria lingüística, em um movimento avaliativo que em nada colabora para o entendimento da complexidade das correntes da linguagem tomadas em si mesmas.

Essa dimensão comunicativa de Benveniste que é destacada no capítulo dedicado à semiótica, na terceira parte, denominada enunciação e semiótica. Agora, porém, sem o sentido pejorativo anterior.

Considerando que a problemática da enunciação foi relegada a um segundo plano na inserção da semiótica de base greimasiana no estruturalismo dos anos 60, os

---

<sup>74</sup> Não sendo possível esclarecer adequadamente esse ponto aqui devido ao espaço que tomaria, remete-se ao texto em questão para maiores esclarecimentos ou mesmo concordância (ou discordância) da posição assumida aqui.

autores do capítulo colocam que, além do primado do enunciado e da recusa do subjetivismo, dois aspectos sustentavam o distanciamento da enunciação: o primeiro era o princípio da imanência que pensava a enunciação como pressuposição, ou seja, “os elementos do enunciado pressupõem a existência de um sujeito (da enunciação) que os realiza, mas que não se descreve”; o segundo é a incorporação da noção de uso “por meio da herança hjelmsleviana que entende a enunciação individual como subentendida ao conjunto de hábitos lingüísticos de uma determinada sociedade”. (IL III, p. 411).

Nesse quadro histórico é que a novidade do enfoque benvenistiano é referida:

A década de 1970 representa uma mudança de paradigma dos estudos da linguagem na medida em que as propostas do estruturalismo em lingüística são questionadas e a esse período se segue o dos estudos que enfocam a enunciação. Dentre todos os trabalhos produzidos nesse domínio, os que mais se destacam e os que mais vão influenciar as discussões dos semioticistas são, sem dúvidas, os de E. Benveniste. (IL III, p. 411).

O que é considerado a seguir é o pensamento da linguagem em Benveniste ser pensado no contexto da comunicação, destacando-se a relação entre duas pessoas, o contexto situacional e o contexto pragmático. Assim, os pronomes, as circunstâncias de tempo e de lugar são pensadas a partir do ato de comunicação, sendo que uma breve explicação desses fatos na teoria do autor que interessam à pragmática são apresentados. Concluindo, os autores afirmam que a integração das propostas dos trabalhos de Benveniste à economia geral da teoria semiótica foi responsável pela colocação em relevo da problemática da enunciação no discurso.

O que se apresenta, neste capítulo, é o caráter de precursor da enunciação de Benveniste, não se tratando de uma apreensão crítica, mas sim do recorte dos temas que interessam à problemática tratada pela semiótica. Aqui, diferente dos demais capítulos, o lugar histórico da teoria do autor é referenciado, ou seja é tomado como caminho necessário para o estabelecimento dessa corrente. A disciplinarização do

campo se faz a partir de uma reconstrução histórica, que não pode deixar de fazer alusão a Benveniste, uma vez que considera o fenômeno da enunciação.

Finalmente, conclui-se que, em uma obra tão vasta, as referências a Benveniste são muito poucas. E quando acontecem, não são reveladoras sequer da importância histórica de seu papel no estabelecimento da lingüística moderna. Hoje, no Brasil, ao se tomar esse manual como objeto de entrada no conhecimento da ciência que trata a linguagem, não se vai ter a noção exata da questão da enunciação e da subjetividade propostas por Benveniste no estabelecimento de uma lingüística externa, ou seja, que escapasse ao imanentismo do tratamento da língua ou da competência. Tudo se passa como se cada disciplina não formalista se estabelecesse “solta”, livre das linhas que a ligavam a Saussure – esse sim referido sem falta, tanto para reiterar ou retificar, no movimento necessário de cientificidade de base disciplinar – por um gesto solitário, creditado muitas vezes àquele que é considerado o fundador e precursor de cada corrente. A Benveniste, pouco parece ser devido, muito a ser criticado e outro tanto a ser esquecido.

### **3.2.2 O manual entre objetos e níveis de análise**

Outra forma de organizar um manual de introdução à lingüística editado nos últimos anos no Brasil são os dois volumes da coleção *Introdução à Lingüística*, da Editora Contexto, organizados por J. L. Fiorin. O primeiro é dedicado aos objetos teóricos: *langue*, competência, variação, mudança, uso; o segundo, aos princípios de análise: fonético, fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e discursivo.

Essa mudança na estrutura produz menos problemas na questão disciplinar, tão confusa ao propor limites e objetos. Porém, também implica em um recorte que acaba por privilegiar determinados pontos e omitir, ou pouco referir outros. Isso é referido pelo próprio organizador que, no prefácio, evidencia que “num curso de Introdução à Lingüística, não se pode estudar tudo”, mas o suficiente, de modo que o aluno “se

apropriar dos conceitos, para que possa operar, de maneira científica com os fatos da língua” (ILG I, p. 8)<sup>75</sup>.

Se, como se afirma, o curso de Letras é o “lugar onde se aprende a refletir sobre os fatos lingüísticos literários, analisando-os, descrevendo-os e explicando-os, a análise, a descrição e a explicação do fato lingüísticos e literários não podem ser feitas de maneira empírica, mas devem pressupor reflexão crítica bem fundamentada teoricamente” (p. 7), uma escolha vai fazer com que os alunos adquiram conhecimento sobre alguns fatos da linguagem, enquanto outros sequer foram referidos. Isso impede que se tenha um curso de introdução no qual o “aluno adquira uma visão de conjunto dos modos como a ciência da linguagem trata o fenômeno lingüístico” (idem). Ainda assim, é claro que uma seleção é necessária. Não é possível que um manual de introdução trate de todos os fenômenos concernentes à linguagem nem todas as escolas e tradições.

Outra questão, apontada pelo manual, é a necessidade de seleção de alguns assuntos em detrimento a outros, pois “não se pode esquecer que este é um livro introdutório e que, portanto, os conceitos têm de ser tratados num nível acessível ao aluno”. (idem). Desconsiderando a questão da transposição didática, que estabelece a necessidade de se transformar o conhecimento do mundo científico a fim de que ele se torne um conhecimento que possa ser ensinado, parece haver aqui a idéia de que nem tudo pode estar no manual, porque algumas teorias teriam conceitos muito difíceis para que os alunos os aprendessem. O que seria então possível de ser ensinado? Ou melhor: Existiriam conteúdos que não estariam aptos a servirem de objeto de ensino dado a sua complexidade? Os alunos de graduação poderiam conhecer somente algumas escolas lingüísticas, aquelas de domínio mais “fácil”? E, mais especificamente, como a enunciação (e outros conceitos) de Benveniste se coloca nesse embate entre assuntos mais ou menos complexos, passíveis ou não de serem “simplificados” e, por isso, tornado conhecimentos a serem ensinados ou problemas a serem esquecidos?

---

<sup>75</sup> A exemplo dos manuais analisados anteriormente, estes serão referidos como ILG I para Introdução à lingüística I. Objetos teóricos e ILG II para Introdução à lingüística II. Princípios de análise.

O primeiro livro começa com uma apresentação geral, discutindo temas como linguagem, língua, lingüística e gramática. Inicialmente, faz-se uma breve (duas páginas) história da lingüística, desde o século IV a.C. até o século XX, passando, depois, a discutir questões relativas ao campo. É na sistematização sobre a linguagem que a autora destaca a problematização da comunicação animal, na qual o artigo de Benveniste *Comunicação animal e linguagem humana* é parafraseado e resumido. Nesse texto, o autor relata a experiência com a comunicação animal do professor de zoologia Karl von Frisch e, a partir desse estudo, diferencia-a da linguagem humana. No manual, a autora começa a seção indicando a mesma pesquisa, mas não informa a fonte. É somente alguns parágrafos a frente que se encontra uma citação a Benveniste

Os estudos do zoólogo alemão fazem uma importante revelação sobre o funcionamento de uma 'linguagem' animal, que permite avaliar pelo confronto a singularidade da linguagem humana, conforme assinala Benveniste (1976). (ILG I, p.16);

e, ao final, a referência à conclusão do autor:

Em síntese, a comunicação das abelhas não é uma linguagem, é um código de sinais. Como se pode observar pelas suas características: conteúdo fixo, mensagem invariável, relação a uma só situação, transmissão unilateral e enunciado indecomponível. Benveniste chama a atenção, **ainda**, para o fato de que essa forma de comunicação tenha sido observada entre insetos que vivem em sociedade e é a sociedade a condição para a linguagem. (ILG I, p. 17). [sem destaque no original].

Destacou-se, na citação, o *ainda* porque esse é o único termo que deixa entender que há mais nessa seção que pode ser creditado a Benveniste. No entanto, isso não é suficiente, neste que é um resumo fiel ao texto original, apenas uma menção ao nome do autor e do ano da edição da obra, para que se possa ver que toda ela é tributária das idéias do autor. O processo de transposição didática se faz aqui com aquele que é um dos seus elementos mais comuns: o apagamento da autoria. O autor da pesquisa, em um texto para o ensino, é menos importante do que o conteúdo a ser ensinado. No



entanto, no nível universitário, os textos que compõem um manual são escritos por lingüistas, pesquisadores da linguagem também, fato que complica quando a autoria não é destacada convenientemente. Os dois momentos em que Benveniste é referido, no meio e no final da seção, fazem crer que apenas algumas passagens foram tomadas de sua obra. A informação sobre a autoria, na qual se cita título do artigo, aparece somente na bibliografia, no final do texto, como é comum em publicações da área.

Na outra parte em que se cita Benveniste, *Sugestões de leitura*, o *PLG I* é indicado porque “reúne estudos importantes sobre os mais diferentes aspectos dos estudos da linguagem” (p. 23). Mas, em nenhum momento, outras indicações foram feitas no corpo do texto, e se Benveniste tem “importantes estudos” sobre a linguagem, eles o são apenas para aqueles que pretendem ir além do texto introdutório, realidade de poucos alunos da graduação, cujo interesse, a maior parte das vezes, restringe-se às introduções. Nada nessa sugestão indica, ainda, o que de importante há na obra e, como esta poderia ser relevante, uma vez que nem mesmo para a escritura do texto foi fundamento, haja vista a falta de referência à obra na bibliografia (com exceção do artigo citado).

O mesmo texto é evocado novamente no capítulo seguinte, sobre a comunicação humana. Nele, a autoria é dada logo no início do parágrafo:

Émile Benveniste (1976), ao comparar a comunicação das abelhas com a linguagem dos homens, conclui que as abelhas não têm linguagem, mas apenas código de sinais, pois não há, entre as abelhas, diálogo, retransmissão de informação, metalinguagem, outros dados, além dos de alimentação, articulação, que são características fundamentais da comunicação entre seres humanos. (ILG I, p. 31).

A diferença entre os dois textos está justamente na questão da autoria. Ao contrário do texto anterior, a informação sobre a pesquisa e seu autor não é referida como parecendo independente à sistematização feita por Benveniste. Aqui, ela sequer é demonstrada, relatando-se apenas as conclusões do autor francês. Na parte

*Sugestões de leitura*, somente o artigo que trata do assunto é indicado, ainda que na bibliografia apareça o título do livro *PLG I*.

Isso se deve, provavelmente, porque, em outra seção, que trata da interação verbal<sup>76</sup>, há mais uma referência à teoria de Benveniste:

Os estudos de Benveniste (1966) sobre a categoria de pessoa apontam já para a questão da reversibilidade ou da reciprocidade da comunicação. O *eu*, ao dizer *eu*, instala o *tu* como seu destinatário, mas esse destinatário pode, por sua vez, tomar a palavra e dizer *eu*, colocando agora o outro como *tu*. O diálogo, ou seja, a reversibilidade ou reciprocidade da comunicação é condição da linguagem do homem. (ILG I, p. 42)

O tratamento da categoria de pessoa e, conseqüentemente, da subjetividade, é pensado no quadro da interação verbal, como um produto da intersubjetividade, exatamente como o fizera Benveniste, em pelo menos dois artigos explicitamente<sup>77</sup>. O autor é pensado aqui como um dos precursores dessa abordagem, que tem, para a autora, em Bakhtin, o “pioneiro nos estudos da interação ou do diálogo entre interlocutores [pois] procurou mostrar que a interação verbal é realidade fundamental da linguagem” (IL I, p. 42).

É verdade que os estudos de Benveniste não recobrem a noção de diálogo, tal como ela é desenvolvida pelo autor russo, no que se denomina dialogismo. No entanto, parece que o pensamento de Benveniste não se afasta da condição da interação verbal, fundada pelo diálogo entre interlocutores:

Propomos o discurso como a linguagem posta em ação – e necessariamente entre parceiros. (*PLG I*, p. 284)

É um homem que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem. (*idem*, p. 285).

---

<sup>76</sup> Interessante comparar, então, com o capítulo sobre a interação verbal da coleção analisada anteriormente. Lá, a teoria de Benveniste não era considerada como parte integrante desse quadro conceitual.

<sup>77</sup> *Estrutura das relações de pessoa no verbo e Da subjetividade na linguagem*, ambos no *PLG I*.

É a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação lingüística. (idem, p. 293)

Faraco (2001) discute a questão de Bakhtin ser considerado um dos precursores da análise do discurso. Parece que sua consideração pode ser aproveitada aqui para relativizar a sua posição de “pioneiro”, tal como aparece na citação do manual acima, na qual questiona a “inclusão de Bakhtin na categoria de precursor, entendida essa designação no sentido estrito do pensador que disse antes e que serviu de ponto de partida para elaborações posteriores, tendo sido nelas suficientemente diluído e transmutado que só lhe resta o chamado valor histórico”. (p. 28).

Uma leitura histórica, continua Faraco, funda-se em uma cronologia natural do dizer, ou seja, em uma continuidade, uma tradição, o que não se aplica ao lugar de Bakhtin, porque, mesmo que ele tenha dito antes muito do que viria a ser dito depois, “os pósteros, quando começaram a dizer, desconheciam aquele já dito, de forma que não partiram diretamente dele” (idem). Quando ele é descoberto, é como um problematizador dos caminhos trilhados, em um processo de reordenação teórica que reclama uma interlocução produtiva e não uma precursoridade. Assim,

a aproximação se dá não na trilha de uma tradição acadêmica estabelecida de pai para filho, mas nos desvãos e sobressaltos de um diálogo tumultuado seja pela absoluta acronologia e fragmentação das publicações e traduções de textos de Bakhtin, seja pelo encontro de visões de mundo relativamente díspares e, naquelas alturas, já sem condições para o exercício da réplica. (idem, p. 29).

É desse modo que a indicação de Bakhtin como pioneiro da noção de diálogo entre interlocutores deve ser entendida – aquele que disse antes, mas cujo dizer não instalou uma tradição de pesquisas na lingüística contemporânea até que seus escritos chegassem ao ocidente, momento em que entra numa relação com os outros dizeres, notadamente inaugurados pelas teorias de Benveniste.

No capítulo que trata da abordagem do texto, Benveniste é citado quando da explicação da necessidade de se passar do estudo das frases ao estudo do texto:

As gramáticas que nos explicam as construções frasais mostram-se inadequadas para a descrição da combinação dessas unidades num contexto mais amplo, o que fez o grande teórico Émile Benveniste considerar que a lingüística perderia o seu lastro científico se tentasse integrar as frases num nível superior de análise.

O autor está referindo-se ao artigo de Benveniste *Os níveis da análise lingüística*<sup>78</sup>, no qual o autor apresenta a frase como último nível da análise lingüística. No entanto, é com a frase que se chega ao nível do discurso, ou seja, deixa-se “o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 139). Por isso, ela pode ser segmentada em palavras e esta em fonemas, mas ela não pode ser usada para integrar outro tipo de unidade. Isso quer dizer que Benveniste não considere o texto como um conjunto de frases (como, aliás, também não o faz a lingüística textual), mas sim que a frase é a unidade do discurso, isto é, um segmento do discurso, completa em si mesmo, portando sentido e referência.

Benveniste, de fato, não considera o nível do texto porque sua definição de frase abarca a noção de discurso, nível maior a que se deveria dedicar o lingüista, depois de ter estudado os níveis inferiores. De modo algum, no entanto, pensa a frase como a gramática e menos ainda considera que ir a um nível além dela seria deixar o campo científico de tratamento da linguagem. Tal afirmação não é encontrada nesse artigo, ao contrário da citação feita no manual e especificada na nota de rodapé, inclusive com a indicação da página. O que está em sua obra, realmente, é a consideração de que “o último nível que a nossa análise atinge, [é] o da frase” (idem, p. 137). Mas, ao se chegar nesse nível, transpõe-se um limite, passa-se da língua à linguagem: “é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura” (p. 140). Organiza-

---

<sup>78</sup> PLG I.

se, então, uma lingüística que não é da língua (do nível do fonema e do signo), mas do discurso (da frase, segundo ele – mas que poderia ser do texto, talvez, se fosse esta a sua terminologia).

Finalmente, para encerrar a análise deste volume, duas observações devem ser feitas em relação à ausência de referência ao autor. Nesse sentido, encontram-se dois conjuntos distintos: o primeiro, englobando áreas em que nenhuma citação poderia ser esperada, em razão de serem domínio nos quais a influência do autor não é uma tradição, ainda que se possa evidenciar. nos textos de Benveniste, o tratamento dos fatos de linguagem nos mais diversos domínios. Assim, nenhuma referência é feita nos capítulos dedicados aos objetos língua (*A língua como objeto da Lingüística*), competência (*A competência lingüística*), variação (*A variação lingüística*) e mudança (*A mudança lingüística*). Sem indicar aqui os diversos trabalhos de Benveniste nas áreas da sintaxe, da morfologia, da relação língua-sociedade ou mesmo a diversidade de seus estudos comparatistas, é o segundo grupo de textos nos quais não há alusão ao autor que se quer mencionar.

A primeira ausência significativa acontece no texto *Teoria dos signos*, na parte em que se discute a noção de arbitrariedade. Ali, Jakobson e Sapir são citados como exemplos de autores que discutiram a motivação na língua. Mas, não se alude à reflexão empreendida por Benveniste no artigo *Natureza do signo lingüístico*. Nesse texto, o autor, após apresentar os argumentos de Saussure, conclui que “entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é *necessário*”. (*PLG I*, p. 55).

A outra ausência, bem mais significativa do que a apontada no parágrafo anterior, diz respeito ao capítulo *A linguagem em uso*, no qual se tratam a pragmática e os domínios que exigem essa dimensão em seu campo de estudos. O primeiro deles é a enunciação, definida como “ato de produzir enunciados” (*ILG I*, p. 167), tal como a caracteriza Benveniste (*O aparelho formal da enunciação*, *PLG II*. p.82). Também na consideração de que “há certos fatos da língua que só são entendidos em função do

ato de enunciar” (ILG I, p. 167), como os dêiticos, os enunciados performativos, uso de conectores, certas negações, advérbios de enunciação, o que se faz é o total apagamento da autoria, como se o conteúdo bastasse por ele mesmo, e não fizesse parte da abordagem de autor algum a não ser daquele que está escrevendo o texto.

Surpreendente é notar que Benveniste não é referido, sequer na *Bibliografia* ou na *Sugestões de leitura*. Outros autores, no entanto são indicados quando aspectos de sua teoria são considerados:

O ponto de partida da Pragmática foram os trabalhos dos filósofos da linguagem, particularmente John Austin e Paul Grice. (ILG I, p. 166).

Tome-se a análise que o lingüista francês Oswald Ducrot faz da conjunção *mas*. (ILG I, p. 169).

Um dos sucessores de Austin é John Searle. (ILG I, p. 173).

Essas regras de polidez articulam-se sobre teoria das faces desenvolvida por Brown e Levinson, na seqüência dos trabalhos de Goffman. (ILG I, p. 175).

De acordo com formulação de Orecchioni (...) (ILG I, p. 181).

Essa série de exemplos mostra o quão diferente é o tratamento reservado aos autores nesse capítulo. Claro está que, em sendo um texto que trata da pragmática, Austin, Searle e Grice deveriam ser (como o foram) destacados todas as vezes que necessário para a apresentação de suas idéias. Mas Benveniste, por que não é citado, se sua teoria o é?

O segundo volume da coleção *Introdução à lingüística*, editada pela Cortez, apresenta os níveis de análise lingüística. Aqui se apresentam, inicialmente, modelos de análise nas correntes que compõem o que se convencionou chamar núcleo duro dessa ciência, como a fonética, fonologia, morfologia, sintaxe e os dois tipos de semântica: lexical e formal. Os dois últimos capítulos trazem a pragmática e os estudos

do discurso, o qual é representado pela semiótica discursiva, apontando exemplos de análise em escolas periféricas, o núcleo flexível (em se aceitando essa separação).

No *Prefácio*, a exemplo do volume I, o organizador explica o que espera com a obra: “introduzir o aluno nos princípios da análise lingüística em seus diferentes níveis e em suas várias perspectivas” para que o aluno “aprenda o que significa fazer a análise lingüística, vendo a língua como um fenômeno complexo”.(ILG II, p. 7). Neste volume, um recorte também precisou ser feito. Não há muitas explicações a esse respeito, tal como foi feito no primeiro livro. As considerações neste são de outra ordem, e dizem respeito justamente a dois pontos citados acima: “várias perspectivas” e “fenômeno completo”.

Para demonstrar que a linguagem é um fenômeno complexo e que há vários modos de tratá-la, pois “todos sabemos que a realidade do objeto não é distinta do método, já que, como ensina Saussure, é o ponto de vista que cria o objeto” (idem), foram escolhidas duas abordagens da semântica para mostrar que “a ciência é constituída de uma multiplicidade de pontos de vista e que cada um aporta uma parcela de conhecimento da realidade“ (p. 8). Embora não se aponte a existência da mesma possibilidade em outras abordagens presentes no livro, verifica-se que o que esse prefácio, com a apresentação dos dois capítulos da semântica, deseja salientar é a existência de disciplinas diferentes que tratam dos mesmos fenômenos e que isso é inerente ao fazer científico, justamente o que se quer ensinar aos alunos.

Para isso, opõe-se ao discurso científico o discurso religioso. Este seria o discurso que, além de tentar explicar tudo, pretende-se, ao mesmo tempo, ser absolutamente verdadeiro e inatingível, ao qual se deve aderir pela fé. Já o discurso científico não tem a pretensão de chegar à verdade absoluta, mas construir modelos parciais de explicação da realidade, aos quais se adere pelo conhecimento. Assim, muitas teorias são criticadas porque se tem uma concepção religiosa de ciência, ou seja, acredita-se que uma teoria tenha todas as respostas, explique melhor e de forma mais completa os fenômenos e se critica aquelas que não dão conta dessa esperada completude. É em

oposição a esse ponto de vista que a organização do livro reserva dois capítulos à semântica, objetivando “levar os estudantes a entrar no universo de uma análise com vocação científica, mostrando a eles que a ciência não é a verdade, mas é uma explicação provisória da realidade, e que o debate, a contradição e o conflito são inerentes ao fazer científico” (p. 8).

Essa longa introdução, tratando dos objetivos do livro, não tem outra função senão mostrar que um manual, ainda que se organize sobre um recorte necessário, não consegue ignorar o que deixou de fora, na sua seleção do que ensinar. A busca pela completude parece inerente ao campo da linguagem, o que justifica, muitas vezes, as críticas que foram citadas acima. Desse modo, nem o próprio manual pode escapar a elas: a escolha por essa ou aquela teoria, tratada por essa ou aquela disciplina deixa um resíduo com o qual a organização do livro sente-se obrigada a dar conta.

Do mesmo modo que no volume anterior, uma organização por níveis de análise pressupõe uma série de domínios no qual a enunciação não é referida. Isso acontece nos capítulos dedicados à fonética, à fonologia, à morfologia e à sintaxe. Também nos dois já mencionados capítulos dedicados à semântica não se espera (como de fato não se encontra) nada do autor, pois dizem respeito à semântica lexical<sup>79</sup> e à semântica formal. Assim, restam os dois capítulos que tratam da pragmática e do discurso.

O primeiro trata do estudo da dêixis. Repetindo a colocação (do primeiro volume) que a enunciação é um dos domínios que exigem a introdução de uma dimensão pragmática, pois há fatos lingüísticos que só são entendidos em função do ato de enunciar, o exemplo de análise a ser apresentado neste capítulo é o estudo dos dêiticos. Para isso, parte da teoria de três autores; Benveniste e Greimas & Courtés<sup>80</sup>. O primeiro fundamenta a questão da enunciação e das categorias de pessoa e tempo. Os

---

<sup>79</sup> Volta-se a evidenciar a exclusão de Benveniste em campos nos quais o autor empreendeu várias pesquisas, como a sintaxe e a morfologia, por exemplo.

<sup>80</sup> As citações do capítulo foram retiradas do dicionário *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, principal publicação para se ter acesso às idéias básicas de Greimas e à sua terminologia específica, segundo Souza (2006). Esse mesmo dicionário foi publicado, no Brasil, pela Cultrix como *Dicionário de semiótica (s/d)*.



segundos, as instâncias enunciativas do *eu* enunciador/narrador/interlocutor) e os mecanismos de instauração das categorias enunciativas: embreagem e debreagem.

Vê-se, então, o imbricamento de duas teorias, tal como acontece em um tipo de semiótica praticada no Brasil<sup>81</sup>, em que são articuladas algumas das noções de Benveniste, como se evidencia nesse capítulo, inicialmente em relação ao conceito de enunciação:

O primeiro sentido de enunciação é, como vimos, o de ato produtor do enunciado. Benveniste diz que a enunciação é a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização (1974, 80), ou seja, um falante utiliza-se da língua pra produzir enunciados. (ILG II, p. 162)

Essa citação apresenta o conceito de enunciação presente no artigo *O aparelho formal da enunciação*, que já tivera uma outra citação destacada, mas sem que aparecesse a autoria, no primeiro volume. Se, naquele, o domínio da enunciação aparecia como uma evidência em si mesmo, pois em nenhum momento, nem mesmo na bibliografia, Benveniste era mencionado, neste texto, o autor será várias vezes referido. Assim se introduz o tratamento do sujeito<sup>82</sup>, para apoiar o tratamento da dêixis:

É na linguagem e por ela que o homem se constitui como sujeito, dado que somente ao produzir um ato de fala, ele constitui-se como *eu* (Benveniste, 1966, 259). *Eu* é aquele que diz *eu*. O *eu* existe por oposição ao *tu*. Dessa forma, o *eu* estabelece uma outra pessoa, aquela à qual ele diz *tu* e que lhe diz *tu*, quando, por sua vez, toma a palavra. A categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso. (ILG II, p. 163).

Estão colocadas, nesse trecho, algumas das noções que fundamentam a noção de subjetividade (e de intersubjetividade) em Benveniste, centro de sua teoria da

---

<sup>81</sup> Cf. capítulo 2, seção 2.4.1.

<sup>82</sup> O sujeito é tratado a partir da semiótica narrativa e discursiva, no qual o *eu* remete a três instâncias discursivas: a primeira é do enunciador e, conseqüentemente, do enunciatário, o segundo nível é constituído pelo narrador e narratário e o terceiro pelo locutor e interlocutário.

enunciação, na qual a categoria de pessoa é fundamental. No entanto, não é a partir dela que se trata o sujeito; o que ela introduz é a questão da dêixis. Antes, porém, uma explicação sobre o tratamento dado pelo autor ao tema:

Benveniste usa os termos latinos *ego* (eu), *hic* (aqui), *nunc* (agora), para mostrar que essas categorias, de pessoa, de espaço e de tempo, não existem apenas em algumas línguas, mas são constitutivas do ato de produção do enunciado em qualquer língua, em qualquer linguagem (por exemplo, as linguagens visuais). (IL II, p. 163).

Depois, focaliza-se o tema do texto:

Passemos ao estudo mais detalhado das categorias de pessoa, espaço e tempo, que constituem o que Benveniste chamava o aparelho formal da enunciação. (IL II, p. 164).

A primeira parte, sobre a pessoa, inicia-se com referências ao artigo *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, do qual é destacado o estatuto diferente das três pessoas, sistematizado nas correlações de pessoalidade (personalidade na tradução brasileira) e de subjetividade<sup>83</sup> e ainda os dois aspectos distintos do plural da primeira pessoa, mas que não recebem no texto as denominações dadas por Benveniste: inclusivo e exclusivo. Em relação ao tempo, também são feitas várias citações que remetem ao texto *A linguagem e a experiência humana*. Neste artigo, Benveniste analisa o que considera as duas categorias fundamentais do discurso, a de pessoa e a de tempo. É também desse texto que se destaca, no manual, a categoria de tempo como possibilidade do discurso. Praticamente toda a questão teórica da temporalidade é abordada a partir da teoria benvenistiana, fundamentando um excelente trabalho de descrição dos tempos lingüísticos.

---

<sup>83</sup> A questão da pessoa e não pessoa é redefinida, neste texto, a partir das noções de embreagem e debreagem enunciativas da semiótica greimasiana em pessoa enunciva e pessoa enunciativa.

Finalmente, ambos os volumes de *PLG* são referidos na bibliografia, ainda que não se indiquem os artigos específicos. Porém, na seção Sugestões de leitura, as duas obras são indicadas. Em relação à primeira, afirma-se que é

importante ler os quatro primeiros capítulos da quinta parte, denominada O homem na língua. Neles, o autor discute a questão da subjetividade na linguagem, bem como sua teoria de pessoa, espaço e tempo. (ILG II, p. 185).

Já da segunda,

Deve-se ler o capítulo intitulado *O aparelho formal da enunciação*, em que Benveniste apresenta uma visão geral da questão dos elementos lingüísticos com os quais se povoam os enunciados de pessoas, localizadas num dado espaço e num determinado tempo. (idem)

Trata-se, portanto, do conjunto dos textos que Normand (op. cit.) aponta como aqueles que fazem parte da abordagem relativa à enunciação. Isso é indicado pelo próprio manual:

Foi Benveniste, lingüista francês, quem lançou as bases de uma teoria da enunciação. (idem).

Assim, apenas no final do capítulo, fora mesmo do texto, o lugar devido a Benveniste é indicado.

No último capítulo, denominado *Estudos do discurso*, apresenta-se a semiótica discursiva de base greimasiana. Na verdade, essa mesma perspectiva já havia sido abordada no capítulo anterior. Como se viu, a dimensão tratada no nível pragmático foi a enunciação, particularmente a dêixis, mas as referências a Benveniste se encontravam intercaladas a Greimas & Courtés. Quando se passa ao nível do discurso, a perspectiva continua a mesma, pois “ente os diferentes estudos do nível do discurso, será examinada neste capítulo a perspectiva da semiótica discursiva de linha francesa.

Há, além disso, neste livro, o ponto de vista dos estudos pragmáticos, tratados em outro capítulo” (ILG II, p 187). Vê-se, então, que não foi só à semântica que foram dedicados dois capítulos.

Aqui Benveniste não é citado, nem mesmo ponto algum de sua teoria. Aquilo que se lia, no *Prefácio*, a respeito da semântica, pode ser também comprovado aqui. São duas abordagens analíticas da semiótica, que embora dizendo respeito à mesma disciplina, tratam de níveis diferentes: um da enunciação, outro do discurso. Ainda que não se queira apontar os autores dos textos, mas se tomar o manual como um todo, ou seja, como representativo de um grupo com objetivos afins em se tratando de estudar a linguagem, deve considerar-se que os autores trabalham na mesma área, mas com diferentes relações com outros campos, como evidenciado nos textos escritos por eles a partir de referências diversas.

### **3.3.3 O manual distribuído entre ciência e ensino**

O terceiro e último manual a ser analisado é composto por três volumes que, em princípio, diferencia-se dos anteriores pela designação. Sob o título geral, *Introdução às ciências da linguagem*<sup>84</sup>, são os subtítulos que se destacam: *A palavra e a frase*, *Discurso e textualidade* e *Linguagem, história e conhecimento*. Como os três volumes não apresentam numeração e todos foram lançados em 2006, a ordem em que eles aparecem é dada apenas pela data no final da *Introdução*: o primeiro é de janeiro e foi organizado por E. Guimarães e M. Zoppi-Fontana; o segundo, cuja organização é de E. P. Orlandi e S. Lagazzi-Rodrigues, de abril e o terceiro, de maio, tem organização de C. Pfeifer e J. H. Nunes. Nessa parte, apresentam-se os textos que compõem os livros, havendo ainda uma *Apresentação*, idêntica nos três, na qual é introduzida a coleção.

---

<sup>84</sup> Para a referência aos volumes que compõem a coleção, será seguida essa ordem. Assim, será usada a designação genérica ICL, seguida da numeração romana I, II e III, de acordo com o mês da publicação

Talvez seja a mais didática das três coleções até aqui analisadas. Na primeira, não havia exercícios<sup>85</sup>; na segunda, eles estão presentes apenas no volume II, que trata dos níveis de análise, com respostas no final do livro, sendo que aparece ainda uma seção denominada *Sugestões de leitura*; nesta última coleção, a vocação para o ensino se impõe completamente: cada texto traz três seções antes da bibliografia: inicialmente faz-se um resumo do que foi desenvolvido - *Pontos a reter* -, cujo objetivo é “ajudar na fixação de seus pontos importantes e fundamentais” (ICL I, p. 10); logo após - *Para refletir* – a fim de “propiciar a discussão sobre aspectos relevantes das diversas disciplinas” (idem); e *Leituras recomendadas*, a fim de “indicar caminhos para leituras complementares que levem ao aprofundamento nos diversos domínios abordados” (idem).

E, de fato, são diversos. Cobrem as correntes tratadas pelas coleções anteriores, considerando ainda uma série de outros domínios que não fazem, normalmente, parte das disciplinas instituídas no campo lingüístico. Desse modo, capítulos são dedicados à *Gramática e dicionário* (ICL I), *Texto e autoria, Filologia, Retórica e Argumentação* (ICL II), entre outros<sup>86</sup>. E, no último volume, tem-se um texto em que se formula uma visão histórica do *Conhecimento sobre a linguagem*, o qual

Aborda aspectos mais gerais ligados aos procedimentos científicos das ciências humanas e mais particularmente das ciências da linguagem, incluindo-se aí o modo de se relacionar com os diversos domínios das ciências, uma síntese de alguns pontos da história dos estudos sobre a linguagem e considerações sobre teoria e método (...) (ICL III, p. 9)

Essa coleção, de alcance mais amplo que as anteriores, procura dar conta de aspectos não restritos ao âmbito da lingüística, e sim da apreensão do vasto campo das disciplinas institucionalizadas ou não que se interessam pela linguagem, donde a designação geral de uma introdução às ciências da linguagem. O objetivo é claro:

---

<sup>85</sup> Apenas um texto, *Semântica*, traz uma série de atividades sobre o assunto, chamados de intervalos.

<sup>86</sup> Todos os textos da coleção, além dos citados acima são: Fonologia e Fonética, Morfologia e Sintaxe, Semântica e pragmática, Lexicologia e Lexicografia (ICL I); Análise de Discurso, O texto nos Estudos da Linguagem, Semiótica e Semiologia (ICL II); Lingüística Histórica, Sociolingüística, Aquisição da Linguagem, Língua e cognição.

considerar os modos possíveis de organização dessas disciplinas no meio universitário. Por isso, tem como objetivo “servir a todos os cursos de graduação, e mesmo de pós-graduação, que têm tais disciplinas nos currículos” (ICL I, p. 9).

A exemplo da coleção anterior, uma idéia de interdisciplinaridade perpassa os textos, ainda que não sejam dedicados, como na coleção anterior, dois deles a tratar do mesmo tema a partir de perspectivas diferentes. Vê-se, então, semelhanças com os livros analisados anteriormente, na tentativa de mostrar “que as disciplinas têm fortes conexões umas com as outras, assim como com outras do domínio dos estudos da linguagem” (idem), pois “as ciências da linguagem se mostram atualmente em sua pluralidade e diversidade, sem com isso perderem o seu rigor conceitual e metodológico”. (ICL II, p. 9).

Também a exemplo da primeira coleção analisada, há uma preocupação em se situar a disciplina:

Consideramos também de fundamental importância situar historicamente as disciplinas, mostrando suas condições de aparecimentos, transformações, reformulações. Levamos adiante a concepção de que as ciências da linguagem são produzidas no tempo e no espaço, elas não seguem um percurso linear que independe das conjunturas sociais e históricas; de fato, elas estão fortemente ligadas a esses fatores. (ICL III, p. 10)

É uma preocupação mais voltada ao ensino, característica da organização de livros para o ensino, que é evidenciada. Explicando melhor, todos os manuais aqui analisados têm a preocupação com a transmissão didática, mas estes últimos, devido às partes finais já apontadas, parecem evidenciar esse objetivo de forma mais acentuada. De uma organização semelhante, estes apresentam-se menos marcados disciplinarmente, no sentido de procurar dar uma visão mais geral das ciências da linguagem que são estudadas no meio universitário, podendo falar-se, em domínios dos saberes sábios presentes nos saberes a serem ensinados. Aqueles priorizam algumas das disciplinas já tradicionais na academia e, embora apresentem uma relação entre os

saberes semelhante ao anterior, diferencia-se na medida em que elege apenas aquelas correntes que pertencem ao campo disciplinar da lingüística já instituídas como tal.

Essa longa introdução à última coleção analisada, já apresentando algumas conclusões, especificamente no que diz respeito às diferenças entre elas, sugere que ponto de vista disciplinar, colocado em ação pela manualização dos saberes concernentes à linguagem em ambas, mostra-se em momentos diferentes: nas primeiras, o domínio do já institucionalizado, nesta última, além deste, o novo, em vias de institucionalizar-se.

Nesse sentido, o lugar ocupado por Benveniste deverá ser menor do que o apreendido anteriormente, pois um manual que se abre às várias possibilidades de arranjos dos fenômenos concernentes à linguagem, atualmente, não poderá estender-se muito em um passado histórico, mesmo que tenha explicitado esse objetivo. Isso porque se sabe, também, que, se esse passado volta, é somente a partir do olhar do presente, em movimentos que envolvem reformulações da memória ou mesmo de apagamentos.

O primeiro volume trata de Benveniste no capítulo dedicado à *Semântica e pragmática*, na seção que trata da enunciação, considerada a partir de conceitualização própria do autor, em relação à questão do sentido. Recorre-se, então, ao artigo *Os níveis da análise lingüística* para explicar um modelo analítico que considera a forma das palavras em seus aspectos sintáticos e não seu sentido, que seria dado pela relação integrativa, na qual se evidencia a relação das palavras em uma unidade superior, um enunciado, que faz parte de um texto. Para isso,

Embora de uma maneira não rígida, valemo-nos aqui das posições de Benveniste em “Os níveis da análise lingüística” (Benveniste, 1966). (ICL I, p.125).

Esse mesmo texto vai ser novamente citado quando da discussão sobre sentido e textualidade. A idéia parece ser a mesma que este trabalho apresentava quando se refutava a asserção sobre a questão do texto em Benveniste no manual anterior:

(...) o que faz texto não é uma relação segmental que vai do enunciado ao texto. Ou seja, o texto não é EN1+ EN2 + EN3 + ... + ENn (onde EN é enunciado). Benveniste (1966) já nos mostrou isso com clareza em “Os níveis da análise lingüística” (ICL I, p. 142).

Mas a mesma restrição apresentada na coleção anterior é repetida neste texto:

A questão é que Benveniste acaba por limitar a lingüística ao enunciado. (idem). (idem, ibidem).

Voltando brevemente ao que se demonstrou sobre o texto da coleção anterior, na parte dedicada à lingüística textual, Benveniste realmente, considera o nível do enunciado (frase, na sua nomenclatura, nesse texto) como o último a ser tratado, porque com ele, está-se em um domínio superior, o do discurso, que se atualiza em frases. Esse é o começo da linguagem, pois tudo aquilo que existe na língua, já esteve na oração, isto é, já esteve em uso. Só que diferente de outras escolas, a de Benveniste não considera o texto como unidade, mas sim o discurso, o que não quer dizer, repetindo, a frase tal como a entende uma variedade de domínios, incluso aí o a gramática normativa; ela recobre um domínio muito mais vasto, do qual o texto pode mesmo fazer parte.

Ainda sobre Benveniste, tem-se a indicação dos *PLG I e II* na seção *Leituras recomendadas* porque

essas obras são dois clássicos fundamentais para o estudos enunciativos. (ICL I, p. 145).



Determina-se, com essa citação, o horizonte de retrospectão no qual o texto, e particularmente a parte sobre a enunciação, inscreve-se. Isso leva a crer que mais do texto escrito pode ser creditado à teoria de Benveniste, o que se prova pela relação dos dois livros na bibliografia, ainda que se faça referência explícita a um só artigo do *PLG I*. Desse modo, no texto deve haver mais passagens que podem ser atribuídas ao autor, ainda que se faça um apagamento dessa autoria, recurso mais do que evidente no processo de transposição didática presente nos manuais. Exemplo disso é a questão do sujeito: em várias passagens se diferencia o sujeito da pragmática, tomado psicologicamente como um ser de intenções, responsável pelo dizer, do sujeito da semântica da enunciação, que é constituído pelo exercício da linguagem.

Flores (2005) evidencia esse mesmo ponto em relação ao sujeito nas teorias da enunciação. Para ele, o que se estuda na lingüística da enunciação são as marcas que a língua disponibiliza para que o sujeito se marque naquilo que diz. Ou seja, não se considera o sujeito propriamente dito, mas a representação do sujeito, que sempre está em uma marca da língua. É, portanto, um sujeito constituído pelo exercício da língua, pois é “a relação do locutor com a língua [que] determina os caracteres lingüísticos da enunciação” (PLG II, p. 82)

Na questão do sujeito está também a problemática relação da lingüística da enunciação com a análise de discurso. Já se discutiu isso na análise da primeira coleção, ms se repete, aqui, que há um certo exagero quando se imputa a Benveniste uma noção psicológica de sujeito<sup>87</sup>.

No segundo volume da coleção, Benveniste é citado no capítulo *O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites*. Trata-se de um longo trabalho de apresentação da noção de texto “pelo viés da lingüística textual, da teoria da

---

<sup>87</sup> O autor deste manual não trata especificamente de Benveniste, mas primeiro (ICL I, p. 123) da “semântica da enunciação” e depois (idem, p. 127) dos “estudos enunciativos”. Na consideração do primeiro campo, é até possível excluir o autor, pois a semântica da enunciação é, normalmente, referida a Ducrot, como se viu na análise do primeiro manual; mas, no segundo, seria impossível delimitar um ou outro autor no domínio vasto dos autores que empreendem estudos enunciativos.

enunciação, da semiótica e da análise do discurso” (ICL II, p. 35). Mas, mesmo antes de qualquer especificidade relativa a esses campos, faz-se uma referência ao autor:

A exclusão da *Fala* traz várias conseqüências, mas para o que me move neste texto, vou fixar-me exclusivamente em uma delas; *a exclusão do falante e de sua atividade linguageira*. Isto muito bem registrado e discutido por Benveniste (1966, 1974) e não pretendo repeti-lo neste momento. (ICL II, p. 39) [grifado no original].

Apresenta-se, nesta citação, a primeira vez que Benveniste é referido como o autor que, pensando de dentro da lingüística, no próprio quadro das concepções saussurianas, problematiza a questão da fala (e de sua exclusão). Ainda que pouco seja considerado (não se faz referência alguma à reintrodução do sujeito, proposta pelo autor), é um primeiro indício – e talvez único –, nos manuais, de que a teoria benvenistiana é um divisor dentro dos estudos da linguagem, empreendido pelo fazer científico que é a lingüística. Nesse momento, faz-se, no texto, um percurso histórico que é denominado pela autora como *Entrando no túnel do tempo*, no qual busca “um possível momento em que a noção de texto começou a ser formulada” (idem, p. 35) e a citação está relacionada à divisão língua/fala determinada por Saussure. Por isso, talvez, tão pouco é discutido, deixando-se o mais específico para a série de questionamentos que são descritos no momento em que a lingüística rompe com essa divisão. É dessa dimensão que vão se configurar os estudos do texto e do discurso, ainda que a escolha desses dois objetos, segundo o texto, provoque o surgimento de várias perspectivas teóricas para estudá-los.

Em um primeiro momento, porém, trata-se do texto a partir da perspectiva da lingüística textual, da qual faz uma ressalva, após apresentar seu desenvolvimento:

Vale ressaltar também, que, em nenhum momento anterior desta longa jornada, esta teoria interrogou-se sobre o sujeito que produz o texto ou pensou em formular alguma noção de sujeito. Nesse sentido, diria que ela ignorou as formulações de Jakobson e de Benveniste, para apontar dois pesquisadores cujas

preocupações precederam ou são contemporâneas ao debate estabelecido pelos teóricos da lingüística textual. (idem, p. 48).

A lingüística textual não teve, de fato, até pouco tempo, qualquer preocupação com o sujeito. É somente quando ela se aproxima das ciências cognitivas que se vai tratar de um sujeito ouvinte/leitor que, no processo de produção e de compreensão, deve mobilizar as informações sugeridas, apontadas nos/pelos textos para que consiga estabelecer adequadamente o sentido(s) global (is) de um texto (KOCH & CUNHA-LIMA, 2004). É, como não poderia deixar de ser, um sujeito psicológico que intervém, há pouco tempo nos trabalhos da lingüística textual. Desse modo, “cobrar” qualquer interesse anterior por essa questão nessa área significa olhar para ela com a visão de um “estrangeiro”, ou seja, de alguém que não trabalha no interior do campo e que está questionando interesses que não os que movem/moviam essa corrente, a partir dos mobilizados pelo seu próprio domínio. O texto ainda aponta que outros conceitos foram sendo anexados à lingüística textual, vindos de outras áreas e que, por isso, vão enfraquecendo suas fronteiras, tornando o saber próprio encoberto pelos saberes de outros campos. Ou então, ao mesmo tempo em que lhe dá uma aparência mais conectada com outras áreas, também faz dela uma colcha de retalhos teórica. É uma observação estranha em uma coleção que tem como objetivo mostrar que teorias se imbricam, não têm suas fronteiras claramente delimitadas, mas estão sempre se renovando e modificando em função da proximidade com outras áreas.

Em seguida, discute-se “a categoria texto através do filtro da teoria da enunciação” (ICL II, p. 52), no qual o primeiro ponto analisado é a questão dos limites da frase, cuja diferença é, no texto, considerada qualitativa. Assim,

A frase trata da língua, enquanto sistema de signos; para além da frase, encontra-se algo diferente (a fala, para Saussure, o discurso para Benveniste). (ICL II, p. 52).

Repete-se, então, a idéia de que a frase, se é o último nível de análise, em Benveniste, ela não recobre a noção tradicional, como já se mostrou antes. Há,

também, uma ressalva em relação ao texto; a mesma que se evidenciava em formulações anteriores sobre o texto em outros manuais: o objeto de estudo da teoria da enunciação é o enunciado, pelo qual se pode chegar à enunciação. O texto, não era, sobretudo inicialmente, uma preocupação para os lingüistas que tivessem os estudos enunciativos como centro de interesse, caso de Benveniste.

Desse modo, segundo a autora, é preciso ancorar a noção de texto na teoria da enunciação “pelo viés da noção de *enunciado* que entendo como equivalente a *texto*” (idem, p. 53) [grifado no original]. Embora o conceito de enunciação, mobilizado neste capítulo, seja de autoria de Kerbrat-Orecchioni<sup>88</sup>, vê-se nele a influência dos estudos de Benveniste: “a enunciação é o mecanismo de engendramento de um texto, o surgimento, no enunciado, do sujeito da enunciação, a inserção do locutor no seio de sua fala”. (idem, ibidem). Faz-se alusão ao sujeito e às formas da língua com as quais ele se marca no enunciado, mesmos aspectos sistematizados no manual:

(...) a teoria da enunciação afasta-se da noção estrita de língua como sistema, que só considera as relações internas, e passa a considerar **também** alguns elementos que não pertencem, de direito, ao sistema da língua. Para Benveniste (1966), o fundador desta teoria, passa-se da *frase* para a *enunciação*, que envolve alguns elementos externos: aquele que fala, o *locutor*, o *EU*, e aquele a quem o locutor se dirige, o *interlocutor*, o *TU*. E este locutor está necessariamente situado em um *contexto de situação* que determina o *tempo da enunciação (agora)* e o *espaço da enunciação (aqui)*, ou seja, a enunciação supõe sempre os interlocutores e está datada e situada no espaço. (idem, ibidem). [grifado no original apenas as partes em itálico]

Essa longa citação, embora dê conta de explicar a questão dos dêiticos, no manual, a partir da categoria de pessoa, apresenta alguns problemas que precisam se discutidos. O primeiro está demonstrado na própria citação, através do destaque

---

<sup>88</sup> Kerbrat-Orecchioni (s/d na tradução em espanhol – edição original francesa de 1980) aproxima texto e enunciação: “si ben en su origen la enunciación se opone al enunciado como un acto a su producto, un proceso dinámico a su resultado estático, el denotado del término se ha ido petrificando progresivamente. Así, um texto es tratado como ‘enunciación’, a pesar de que el sentido primero se convierte en marcado respecto del derivado, o sea que está remotivado bajo la forma de ‘ato de enunciación’”(p. 39).

colocado no também. Há aí uma contradição: se a teoria da enunciação se afasta da noção de língua, como **também** passa a se interessar por aquilo que não é de seu domínio estrito? Na verdade, Benveniste não deixa de se interessar pelo sistema: na língua, há o sistema semiótico, dando conta da organização dos signos segundo o critério da significação e, sobre essa base, o sistema semântico, no qual a propriedade fundamental é a de comunicar, ou seja, a atividade de colocar a língua em funcionamento.

Um segundo problema diz respeito aos dêiticos como elementos externos. Eles não são, na verdade, elementos da realidade, mas sim da “realidade do discurso” (*PLG I*, p. 278), ou seja, eles são representações lingüísticas de um *eu* de um *tu*. Desse modo, “essas formas ‘pronominais’ não remetem à realidade nem a posições ‘objetivas’ no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém” (idem, p. 280). Finalmente, esses elementos pertencem à língua, mas como signos vazios, cuja existência plena somente acontecerá no momento em que o locutor mobiliza “o aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos (...)” (*PLG II*, p. 84).

O texto do manual mesmo corrobora essa idéia, quando trata do sujeito na semiótica. Após uma citação de Greimas<sup>89</sup> sobre o sujeito do discurso, a autora evidencia:

A citação acima faz uma explicação clara de como um sujeito falante, que domina um determinado sistema lingüístico, faz a passagem da língua para a fala, para utilizar a dicotomia saussuriana, ou, se preferirmos mobilizar a teoria de Benveniste, poderíamos dizer que o sujeito do discurso a que se refere Greimas, mais acima, é o sujeito que se apropria da língua e articula, num ato individual, a enunciação. (*ICL II*, p. 63)

---

<sup>89</sup> O texto citado é o seguinte: “semioticamente falando, o sujeito do discurso não passa de uma instância virtual, ou seja, uma instância construída no quadro da teoria lingüística, para dar conta da transformação da forma paradigmática em uma forma sintagmática da linguagem. Ainda mais: essa instância mediadora apresenta-se sob a forma de um sujeito sintático, de um actante que, de posse de categorias presentes ‘na língua’ como diferenças, como oposições dotadas de uma organização sistemática, manipula-as de maneira a construir um encadeamento sintagmático que se realiza como programa discursivo.” (*ICL II*, p. 62-3)

Colocadas juntas, as noções de fala e enunciação não dão conta da mesma coisa. Em Benveniste, a semantização do nível semiótico, nível dos signos da língua, produz o discurso, e não a fala. Para a fala, ainda, é preciso um sujeito falante, diferente do sujeito da enunciação, cuja existência se dá na e pela linguagem, como é apontado na citação de Greimas. Isso é comprovado em outra referência: “o sujeito produtor do discurso a que se refere Greimas nada mais é do que o sujeito que a lingüística ortodoxa descartou e que a teoria da enunciação, em suas diferentes abordagens, recuperou, teorizou e designou: o locutor” (idem)<sup>90</sup>.

Finalmente, demonstra-se no texto, como a semiótica greimasiana apropriou-se da enunciação tal como a concebe Benveniste, principalmente no que se refere às formas da língua transformadas em discurso:

Se observarmos bem tudo que [Greimas] enumera, percebe-se com clareza que há aí a retomada das idéias expostas por Benveniste em seu ‘Aparelho Formal da Enunciação’: a língua comporta em seu interior dois diferentes sistemas: o primeiro remete ao sistema lingüístico tão bem descrito por Saussure; e o segundo que foi claramente delineado por Benveniste: o aparelho formal da enunciação. (idem).

Trata-se, é claro, dos modos semiótico e semântico a que se aludiu mais acima. É interessante notar que, anteriormente, ao apresentar a teoria da enunciação, o texto colocava como o que é domínio da língua fora do interesse dos estudos enunciativos da dêixis, empreendidos por Benveniste. Agora, a propósito da semiótica, a noção de língua como sistema é reintegrada ao campo de interesse da enunciação.

Finalmente, as obras *PLG I* e *PLG II* são referidas na *Bibliografia*; como *Leituras recomendadas*, para um aprofundamento na área, nada do autor é indicado nem dos

---

<sup>90</sup> Interessante que no texto se usa o sintagma teoria da enunciação, no singular, e apenas nessa citação se alude às diferentes abordagens do campo que é mais comumente designado como teorias da enunciação.

demais que foram citados quando do tratamento do texto pela via da enunciação, exceção feita a E. Guimarães<sup>91</sup>.

Passando-se ao próximo texto do manual, que trata da *Semiótica e Semiologia*, Benveniste é referido para explicar a relação da língua com a sociedade:

O lingüista francês Émile Benveniste (1970), cujos trabalhos marcaram consistentemente o estruturalismo, no artigo 'Structure de la langue et structure de la société', tratando das semelhanças e das diferenças entre a língua e a sociedade, propõe que a primeira seja vista como um meio de análise da segunda, isto é, numa relação semiológica de interpretante por interpretado, entendendo ainda que a língua contém a sociedade, mas, ao contrário, não é por ela contida. (ICL II, p. 109)

Segue-se toda a explicação da relação semiológica em que a língua aparece como interpretante da sociedade. O fundamento do texto é todo retirado do artigo de Benveniste e duas citações diretas são utilizadas. Trata-se de uma paráfrase do artigo original, sem nenhuma relação com outro texto *Semiologia da língua*, no qual se explicitam as relações entre sistemas semióticos, mais de acordo, parece, como o título da seção no manual: *A língua e outros sistemas de signos*. No entanto, já se sabe que a seleção do que ensinar não obedece a critérios totalmente objetivos. O que o manual reflete são as escolhas, feitas por quem o escreve, dentro de um campo de conhecimento em relação àquilo que ele julga necessário que os alunos saibam. Se mais poderia ser evidenciado, através de outro texto, foi escolha do autor, a partir de seu lugar teórico não o fazer.

O terceiro volume apresenta um capítulo em que se faz uma história das idéias sobre a linguagem<sup>92</sup>. É um texto que vai tratar de forma mais geral o conhecimento nas ciências da linguagem, diferentemente dos demais que se restringiram aos "domínios mais ou menos institucionalizados ou disciplinarizados" (ICL II, p. 143) desse campo.

---

<sup>91</sup> Além de Benveniste, o texto cita Ducrot, Kerbrat-Orecchioni, Culioli e Guimarães.

<sup>92</sup> Usa-se história das idéias no lugar de historiografia porque os autores colocam que, sob esse último rótulo, os pesquisadores da área se vêem como historiadores e não como lingüistas, fato com o qual não concordam.

Segundo os autores, uma das tarefas é “fazer uma síntese de alguns pontos da história dos estudos sobre a linguagem (não se trata propriamente de uma história dos estudos lingüísticos)”(idem).

Benveniste é citado na seção dedicada a *Alguns percursos do Estruturalismo*:

O pensamento saussureano coloca os estudos da linguagem num novo caminho. Renovam-se, pela consideração da noção de sistema, os estudos comparatistas. Por outro lado os estudos sincrônicos, lidando com os limites do objeto saussureano, buscam incluir no lingüístico o sujeito. Este é o caso, por exemplo, de Benveniste (1966, 1974) que instala um domínio específico para os estudos enunciativos, para considerar o funcionamento da língua marcado pela relação que aquele que fala (o locutor) tem com a língua e que se marca na estrutura da língua. (ICL III, p. 148).

Desse modo, no âmbito do estruturalismo são colocados Benveniste e, na seqüência deste, a semântica argumentativa de Ducrot; em paralelo, os trabalhos da filosofia analítica inglesa, particularmente, a noção de atos de fala; por outros caminhos os funcionalismos de Jakobson, por um lado e o de Martinet, por outro; e, finalmente, Hjelmslev, cujo estruturalismo não funcionalista inspirou a semântica estrutural de Greimas. Todos esses trabalhos, ainda que muito diferentes entre si, são tributários, segundo os autores, do “primeiro dos três principais movimentos fundadores nos estudos lingüísticos” (idem, p. 147) do século XX, o *CLG* de Saussure.

Benveniste aparece apenas como mais um em uma longa lista de autores que se dedicou a desenvolver o projeto de uma ciência da linguagem autônoma a partir do pensamento saussuriano. É como continuador do mestre que ele é visto, um entre tantos que procuraram ampliar (ou determinar melhor) o escopo da lingüística.

Os outros movimentos fundamentais são o gerativismo, de Chomsky, e a análise de discurso, desenvolvida na França por M. Pêcheux, do final dos anos 60 até os anos



80. A escolha desses três momentos como fundamentais na história da lingüística contemporânea não é, no entanto, tão natural como o manual dá a entender.

Em primeiro lugar, nem mesmo o gesto inaugural de Saussure é considerado por todos como o primeiro paradigma científico da lingüística. A questão do corte saussuriano foi amplamente debatida, não sendo consenso até hoje nos estudos da área. Depois, pode questionar-se ainda a importância que teve o gerativismo e sua influência nos estudos da linguagem em uma época em que vários outros objetos vão surgindo concomitantemente ao trabalho de Chomsky<sup>93</sup>.

Resta, portanto, discutir a análise de discurso (AD) como o último movimento decisivo dos estudos da linguagem no século XX. O motivo, colocado pelo texto, parece ser a inclusão do histórico no processo lingüístico, pois “para esta posição o objeto fundamental dos estudos é o discurso enquanto objeto integralmente lingüístico e integralmente histórico.”(idem, p. 151). O discurso vai ser, desde Benveniste, objeto de estudo de uma série de domínios da linguagem; por isso, a sua consideração como objeto lingüístico não se deve à AD. Resta a questão do histórico:

A diferença, aqui, relativamente ao estruturalismo, é que está em questão a historicidade, que não está presente nem no social saussureano, nem do funcionalismo de Jakobson, nem mesmo, num certo sentido, nas abordagens diacrônicas e magistrais de Benveniste nos seus estudos do Indo-Europeu. (idem, *ibidem*).

Desconsiderando a primeira e única vez em que o Benveniste comparatista é citado, apreende-se que a concepção da história não é dada pelo simples agenciamento do passado, e sim por uma “especificidade determinada pela ideologia, pela materialidade sócio-histórica.”(idem, *ibidem*). Nesse ponto, pode indicar-se Bakhtin<sup>94</sup>, que apresenta uma teoria consistente dessa noção, ainda que seus estudos,

---

<sup>93</sup> Essas duas questões já foram debatidas no primeiro capítulo.

<sup>94</sup> Muitos ainda apresentam restrição a Bakhtin por ele não ser um lingüista. Nesse caso, sua teoria não poderia ser considerada como um dos movimentos decisivos da lingüística. No entanto, o uso generalizado da sua teoria nesse campo, de amplitude maior ainda do que a de Pêcheux, impede de desconsiderá-la como um marco importante na ciência da linguagem.

como já foi observado, não sejam considerados precursores, na medida em que o acesso a suas idéias foi posterior ao início da AD.

Vê-se, então, que a questão do histórico e do lingüístico não podem ser creditados como uma diferença substancial da AD, suficientes para fazer dela um dos movimentos fundamentais da lingüística, ainda mais quando se sabe que Pêcheux, a exemplo de Benveniste, inscreve seus trabalhos na linha saussuriana.

Uma outra ressalva ainda é necessária. A AD tal como pensada por Pêcheux e que deu origem à expressão escola francesa de análise do discurso, que teve e tem um desenvolvimento constante e fecundo no Brasil, ainda que tenha sofrido modificações consideráveis na França. Maingueneau (2004) se refere a uma progressiva marginalização a partir dos anos 80; Gadet (2004, p. 13) aponta “indícios de relativo fracasso (entre eles sua marginalidade em currículos de ensino, com exceção de alguns espaços bem identificados)”; e Courtine (2005, p. 30) defende que “essa corrente não foi ‘progressivamente marginalizada’, mas brutalmente interrompida pelo trágico fim de Michel Pêcheux. As razões históricas, as causas políticas, os fatores pessoais que poderiam dar conta dessa interrupção são numerosos e complexos, tendo em vista a desafeição da qual ia ser vítima o pensamento do filósofo”.

Desse modo, somente se pode pensar a AD como um dos três movimentos fundadores da lingüística a partir da configuração do campo no Brasil. Em outros lugares, a história da disciplina não é a mesma. No entanto, isso levaria a um questionamento mesmo das outras duas: Saussure ou Bloomfield, nos Estados Unidos? E Chomsky, teve na França a mesma importância que nos países anglo-saxões? Ou ainda, como não tomar como movimento fundador a lingüística textual na Alemanha? Ou a sociolingüística na América do Norte?

Obviamente, em um manual escrito e publicado no Brasil, a história da lingüística vai ser contada através da visão que se tem daqui das modificações na área. Mais

ainda: vai ser mostrada a partir de um lugar disciplinar. Isso, como se comprova, define o modo como se olha para o passado e sob quais domínios se configura uma ciência.

E, é justamente de dentro do limite disciplinar, que se pergunta: como não colocar a passagem da língua para o discurso como um dos movimentos fundadores da lingüística do século XX? Como dar um lugar secundário a Benveniste no estabelecimento de uma nova lingüística, da enunciação e do discurso?

## CONCLUSÃO

*A linguagem, porém, é realmente o que há de mais paradoxal no mundo, e infelizes daqueles que não o vêem. (É. Benveniste)*

Benveniste tem lugar na lingüística feita no Brasil? Com essa pergunta se começava esta tese e com ela se pretende encerrá-la. Dá para crer que qualquer leitor lingüista já prevê a resposta: não! Pelo menos, não nos textos dos manuais que apresentam e introduzem a ciência da linguagem.

O percurso pelas teorias apresentadas aqui e pela análise empreendida comprova que a organização da lingüística, verificada nos manuais feitos para o ensino de um iniciante na área, mostra pouco do autor, e o que aparece não é suficiente para que se tenha uma idéia da importância de sua obra. O fato de não haver uma disciplina delimitada e institucionalizada, que trate da lingüística da enunciação é decisivo para essa situação. É claro que não se está dizendo que não exista, nos currículos dos cursos de Letras de graduação e de pós-graduação, tal disciplina. Sabe-se que há. Estes, no entanto, não foram objeto de estudo aqui, porque se queria formar uma noção geral, independente da particularidade de cada instituição, possível somente através do livro didático, que pode circular por todas elas. Não há como uniformizar os conteúdos: com a multiplicidade das teorias, dos profissionais, das áreas de concentração e das linhas de pesquisa, o trabalho com a lingüística se pulverizou em múltiplas direções e o ensino não pôde ser deixado a par dessa realidade.

Ainda assim, a necessidade de um núcleo comum sempre se impõe. É preciso que os alunos dos cursos tenham algumas noções básicas da ciência e é justamente na tentativa de definição do que é fundamental que se ensina que surgem os manuais. Eles são publicados para dar uma visão geral do campo e, como tal, não vão deixar de

mostrar quais disciplinas estão mais institucionalizadas do que outras, quais já fazem parte da tradição e quais as que se estão firmando.

Cada uma das coleções analisadas foi organizada por um grupo diferente (uma delas por apenas uma pessoa, mas que, sem dúvida, faz parte também de um grupo de pesquisadores) e isso se reflete no modo como elas foram definidas, que disciplinas elegeram e quem escreveu os textos. Durante várias vezes foi mencionada, neste texto, a máxima saussuriana de que é o ponto de vista que cria o objeto. Ora, é justamente isso que justifica as diferenças: cada grupo olha para a lingüística de uma forma e, a partir disso, cria a sua representação de como o campo se organiza. A lingüística não existe fora do trabalho dos lingüistas. Se o manual foi organizado desta ou daquela maneira é porque há cientistas pesquisando a linguagem deste ou daquele modo. As teorias refletem um momento histórico e é ele que determina, em última instância, o que dele vai fazer parte.

Se alguns campos estão presentes no manual é porque, no momento, está-se trabalhando com a teoria que o fundamenta; se outros, porém, não fazem parte dos assuntos tratados é porque foram esquecidos, apagados, devido a pouca representação que tem no meio científico ou no meio escolar, ou seja, são pesquisados e ensinados por grupos não ligados àqueles envolvidos nas publicações. Escrever manuais é uma prática social, tal como o é formular teorias. São, portanto, atividades que se processam em determinadas condições, atendendo a interesses pessoais, profissionais e institucionais, refletindo as condições ideológicas e políticas que perpassam qualquer atividade com o saber.

É por isso que nem todos os domínios conseguem se disciplinarizar. Eles precisam atender aos interesses da época, ter respostas aos problemas que se estão colocando, interessar aos pesquisadores. Nesse sentido, o livro introdutório terá um papel fundamental. Mais do que apresentar uma ciência, ele vai limitar as possibilidades de trabalho com a linguagem, pois todo livro didático faz um recorte nos conhecimentos disponíveis para o ensino. Como é o resultado do trabalho de um grupo

que, por questões práticas, deve ter afinidades, as múltiplas possibilidades teóricas e analíticas, as contradições inerentes à área, as restrições e as limitações dos domínios apresentados são apagadas, bem como as teorias rivais. Quando são mostradas, relacionam-se somente a alguns aspectos de cada teoria, como por exemplo, nos casos da semântica, pragmática e semiótica, cujos domínios não podem ser tratados sob um aspecto apenas, ainda que não se precise tratar de todos.

Desse modo, o manual estará preparando os novos aprendizes nos conceitos e práticas de um grupo, que terá, assim, a sua continuidade garantida. Encontram-se aqui todas as dimensões do trabalho disciplinar do qual a manualização é um dos processos – apresenta-se a atualidade, representada pelo manual que indica como a ciência está organizada e o que se está trabalhando em seus domínios; aponta-se a dimensão retrospectiva, mostrando teorias passadas que são importantes para fundar um campo ou mesmo a história de cada disciplina; indica-se um horizonte de projeção, no qual os futuros pesquisadores se inserirão para resolver os problemas e as dúvidas que se apresentam quando estudam a área. Todas essas dimensões estão didatizadas no manual, garantindo as condições de transmissibilidade e continuidade dos campos do saber por ele delimitados.

Se os domínios da lingüística precisaram se estabelecer escolhendo um objeto, definindo objetivos e desenvolvendo métodos, foi porque a busca pela cientificidade, começada pelos históricos-comparatistas e conseguida graças a uma obra póstuma (o *CLG*), formou o primeiro – e principal – ponto de apoio para toda a organização da ciência da linguagem e até mesmo para as demais disciplinas das ciências humanas. O saussurismo se estabelece na lingüística através de uma série de oposições fundantes: língua/fala; sintagma/paradigma/ sincronia/diacronia/ significante/significado. Sem dúvida, a primeira delas é de importância capital, não somente por ter definido o objeto dessa ciência por um longo tempo, mas por ter sido em relação a ela que todos os demais objetos se colocaram, estabelecendo as diversas disciplinas que determinariam o que é a lingüística contemporânea. É em concordância, total ou parcial, ou em

oposição a ela que as várias correntes de estudo da linguagem se definiram, determinando, nesse processo, as diversas divisões que as formataram.

Essa oposição é a linha de clivagem que vai tornar possível falar em duas lingüísticas, ou melhor, em duas tendências para se analisar os fenômenos da linguagem abarcados pela lingüística. Quer se trata do modo semiótico e do modo semântico, ou do núcleo duro e da periferia flexível, ou da lingüística da língua ou da lingüística do discurso, são as divisões que se estabelecem em relação à dicotomia língua/fala que vão ser responsáveis pela divisão do campo. Assim, ao lado daquelas disciplinas que defendem o princípio da imanência, várias outras vão se colocar, diferenciando-se no modo de reconsiderar o que havia sido excluído pela escolha da língua, buscando manter a especificidade da lingüística ou a complementaridade de outras áreas. Surgem da primeira opção disciplinas como a sociolingüística, a pragmática, a semiótica, a lingüística textual, da enunciação e do discurso.

Essas disciplinas, para se estabelecerem, precisaram mais do que se colocar em relação à divisão apresentada no curso; elas precisaram ainda reivindicar uma autonomia própria, diferenciando-se daquelas que a rodeiam, marcando seus limites e fronteiras. Porém, antes de tudo, precisaram de um precursor, alguém que começasse uma tradição, iniciando pesquisas sobre os fatos da linguagem de um ponto de vista determinado. Ou mesmo continuando, porque a formação das disciplinas requer que a definição de um objeto seja acompanhada de uma análise dos discursos anteriores sobre ele, ou mesmo que lhe são adjacentes e distintos. É necessário estabelecer uma representação que se articula entre o plano histórico, agenciado pela memória, e o plano didático, que vai tornar os enunciados já-ditos passíveis de serem ensinados, uma vez que já estão transformados, sintetizados e reificados.

Para a análise do campo discursivo, no qual se articulam os enunciados dos manuais, foi necessário apreender cada um deles, como apontava Foucault, na singularidade de seu acontecimento, determinado sob que condições eles apareceram, ou seja, em que campos do conhecimento; que enunciados foram destacados e que

limites se deu àquilo que foi citado; quando não nominados, a quais se referiam e o porquê do apagamento; que laços se estabeleceram entre os diversos enunciados que fizeram com que eles fossem retomados e reformulados.

Nesse sentido, os enunciados, para fazerem parte de um manual didático, têm que ser lembrados como os mais significativos, já que serão transmitidos aos estudantes que precisam conhecer o campo no qual, futuramente, poderão vir a ser pesquisadores. Tais enunciados, no entanto, não são apenas repetidos. Na relação da memória com os processos didáticos que selecionam os conteúdos de ensino, o que está em jogo é a regularização daquilo que já foi dito/escrito antes em outro lugar. A memória tem o papel de ajudar esse redizer, reconstruindo o dito na enunciação. O que se faz, quando se seleciona o que colocar num manual e o que dizer sobre esse assunto, está ligado não ao conhecimento dos fatos passados, e sim a um julgamento de verossimilhança sobre o que é reconstruído. Por isso é que, no processo de transposição didática, que transforma o saber sábio em saber ensinado, os enunciados podem mudar, tornarem-se outros. A parte das próprias operações de transformação do conhecimento científico em conhecimento escolar, a eleição do que vai ser transformado em conteúdo a ser ensinado passa primeiro pelo estabelecimento de uma memória social, na qual é necessário que um fato, uma pesquisa, um saber, revista-se de importância suficiente para ser, posteriormente, tomado como significativo, e ser reconstruído a partir de dados e noções comuns a um dado grupo.

A esse domínio da memória, o ponto de vista disciplinar associa a questão histórica. Não uma história que se contente com a simples articulação cronológica de datas, nomes e fatos, mas uma valoração, contextualização e adequação do passado a partir dos acontecimentos presentes. Isso vai mostrar, então, que as disciplinas não foram/estão definidas para sempre. Ao contrário, elas estão sempre mudando, às vezes internamente, outras em seus contornos e limites, outras ainda em seus métodos e objetos; algumas há que se transformam tanto que mudam de nome; outras podem mesmo desaparecer, dependendo do momento e do interesse da ciência, da academia, das pessoas.



Tal é o que parece ter acontecido com Benveniste. Quando se analisa a pesquisa de B. Brait, acerca da recepção das idéias do autor no Brasil, vê-se que os vários agrupamentos de textos (comparatista, estrutural e enunciativo) tiveram vez nos primeiros trabalhos na área e/ou no ensino empreendido por professores que haviam tido contato com sua obra na Europa. Em que momento essa representatividade se perdeu? Se se considera apenas esse texto, pode dizer-se que nunca – alguns dos livros ali indicados ainda são usados na pesquisa no país e, nesse caso, as idéias de Benveniste, especialmente as que dizem respeito à enunciação ainda aparecem como parte integrante de pelo menos duas disciplinas: a pragmática e a semiótica.

Isso também parece estar expresso nos manuais analisados. Em apenas um deles, ILG I, quando se trata da pragmática, define-se a enunciação a partir de Benveniste sem a citação ao autor, nem mesmo na bibliografia. Considerando que a despersonalização é uma das características do processo de transposição didática, o apagamento da autoria tem o duplo efeito negativo de deixar no desconhecimento um autor importante e encaminhar, talvez, para essa área e não para a específica da enunciação, um aluno que se interesse pelo tema. No outro volume, porém, dedicado aos níveis de análise, a enunciação também é tratada no mesmo campo, mas especificamente para se estudar a dêixis. E ao contrário do volume I, toda uma primeira parte dá crédito ao autor.

Na parte da pragmática, no IL II, na apresentação das correntes, Benveniste é indicado pela sua relação com a teoria dos atos de fala, bem como é colocado como um dos autores de referência para a área. Mas nada mais é apresentado e seu único texto citado na bibliografia é *A filosofia analítica e a linguagem*, justamente o texto em que ele discute as interpretações filosóficas da linguagem e as teses de Austin. Sobre a enunciação, ao contrário das outras coleções, nada é evocado.

Na coleção ICL I, somente se faz alusão ao texto *Os níveis de análise lingüística*, ainda que a enunciação seja apresentada (mas não pela teoria do autor, mesmo que

dela tributária implicitamente) e as obras PLG I e II apareçam como recomendadas por se tratarem de dois clássicos dos estudos enunciativos.

Assim, mesmo no domínio em que a enunciação se faz presente como uma categoria de análise, apenas um livro (ILG II) refere a teoria que é fundadora desse campo. Para um aluno, o papel de Benveniste aparece simplificado ao máximo, sendo que até mesmo em algumas obras ele vai desconhecer totalmente os conceitos que, sem dúvida, são os mais importantes da teoria do autor para a lingüística contemporânea.

Em outros casos, esse aparelho conceitual vai estar presente na semiótica. É o que acontece, por exemplo, no IL III que, ao tratar dos fundamentos epistemológicos dos diversos campos da lingüística, apresenta a questão da enunciação a partir da teoria de Benveniste. No entanto, no ILG II, no qual a semiótica greimasiana é estudada como uma teoria para se analisar o discurso, nada do autor é referido. Do mesmo modo, no ICL II, faz-se referência apenas ao texto *Estrutura da Língua e estrutura da sociedade*. A enunciação, aqui, não faz parte dos conteúdos pertinente ao campo.

Estabelece-se, portanto, uma confusão entre essas duas disciplinas quando se trata da enunciação. Ora é tratada por uma, ora por outra, dependendo essa alternância, principalmente, de quem é o autor do texto. Mesmo assim, há pouco para se conhecer de Benveniste nessas duas disciplinas – na primeira coleção, uma pequena parte na semiótica, na segunda, misturado a Greimas, no que se intitula nível de análise pragmático e na terceira, nada sobre a enunciação creditada explicitamente a ele, na pragmática e nada também sobre isso na semiótica.

Pode concluir-se, então, que pelo menos nessas duas disciplinas, a lingüística da enunciação de Benveniste não está disciplinarizada. Esse era um dos questionamentos que se fazia no início dessa pesquisa e que pôde ser respondido através da análise dos manuais. Vê-se que mesmo a leitura enunciativa, fundamental para o estabelecimento das correntes da lingüística da enunciação e do discurso é pouco ou quase nada

tratada nesses dois campos em que a enunciação é, ao menos, uma categoria analítica, fundamental.

Uma outra leitura de Benveniste, a estruturalista também é mencionada de forma insuficiente nos livros IL III e ICL III, no qual o autor é colocado apenas na continuação do programa estrutural baseado no CLG. Nesse sentido, ele é apresentado como um continuador de Saussure, um dos autores que, mantendo a questão da língua, tentou aperfeiçoar a lingüística saussuriana. Ainda que não se possa negar isso, reduzir toda a problematização da teoria benvenistiana a uma continuação é, no mínimo, menosprezar um autor como ele e uma teoria que mudaria a lingüística.

Quanto à leitura comparatista, é feita apenas uma citação às análises magistrais do indo-europeu de Benveniste, ainda que nas coleções existam textos que tratam da filologia (ICL II), da mudança lingüística (ILG I) e da lingüística histórica (IL I e ICL III). Essa não é, realmente, no país, uma área em que se dê muito destaque aos textos do autor. Pode tomar-se como exemplo o livro *Lingüística histórica*, de C. A. Faraco (reeditado pela Parábola em 2005), que, mesmo citando os dois volumes de *O vocabulário das instituições indo-européias*, nada traz sobre essa obra no corpo do texto, ainda que apresente, em um capítulo, um histórico da disciplina. Portanto, os manuais não fazem mais do que retratar uma realidade científica e institucional.

Finalmente, duas questões polêmicas devem ser sistematizadas, pois já foram discutidas quando da análise. A primeira diz respeito à questão interacionista, da qual não fazem parte nem Benveniste nem Bakhtin, segundo o livro IL III, mas que tem no primeiro um precursor das correntes interacionistas, cujo pioneiro foi o segundo. Não querendo repetir aqui todas as considerações já feitas no capítulo três, sublinha-se apenas a indecisão com respeito aos conceitos que circulam de uma área a outra e como o lugar teórico do qual os autores estão escrevendo é decisivo para que formulações diferentes sobre um mesmo assunto circulem na área.

Essa é, aliás, a maior conclusão da análise – os livros são o resultado dos grupos que os escreveram, dos seus interesses pessoais e profissionais, da lingüística que fazem e do modo como a compreendem. De onde as diferenças. Não que particularmente esse seja um processo nocivo, até porque é inevitável,; ele, porém, não vai permitir que um iniciante, a quem justamente, o livro é dirigido, compreenda a lingüística e sim que aprenda **uma** lingüística.: que faz o seu recorte, que dá lugar a algumas teorias e exclui outras, que configura um campo, dando pouco espaço para o que não está ali.

As diferenças se devem ainda ao que é próprio da transposição que se deve fazer entre o que é do conhecimento científico e o que vai para o ensino, na imbricação problemática entre a história das idéias e a das tradições escolares/univeristárias. Transpor para esse nível uma teoria é dar importância ao conjunto dos saberes que definem uma área. É agenciar, dentre os conhecimentos disponíveis, aqueles que representam o que de fundamental se faz em lingüística.

Nesse sentido, Benveniste não é suficientemente estudado nas universidades brasileiras, em se considerando os últimos manuais publicados no Brasil escritos por pesquisadores daqui. A falta de um espaço institucionalizado é o principal motivo; por isso, uma disciplina como a lingüística da enunciação é mais do que necessária. Se algumas instituições apresentam, em seus programas, disciplinas que estudam a enunciação, a não uniformidade dos currículos torna possível que outras sequer tratem do assunto. Um manual tem a função de organizar um domínio, garantindo, ao menos, um núcleo básico de conhecimentos que vai ser o mesmo, independente do lugar onde se ensine lingüística. Por isso, a não manualização dessa corrente tem significativa consequência na apreensão e no entendimento da área.

Afinal, não se pode deixar os alunos e talvez os futuros lingüistas do país no desconhecimento do autor que escreveu que “o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto na dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura nele”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et. alii. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

ALTMAN, C. **A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

AUROUX, S. Histoire de la linguistique. **Langue Française**, Paris, v. 48, p.7-15, dec.1980.

\_\_\_\_. Cronologia da reflexão lingüística. In: AUROUX, S. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de estudos lingüísticos**, Campinas, n. 19, p.25-42, jul./dez. 1990.

\_\_\_\_. Duas ou três coisas sobre as relações da língua com o que não é ela. In: AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

BARROS, D. L. P de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística geral I**. 4 ed. Campinas: Pontes/Editora da Universidade de Campinas, 1995.

\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BORGES NETO, J. O pluralismo teórico na lingüística. In: BORGES NETO, J. **Ensaios de filosofia da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2004.

BOUQUET, S. **Introdução à leitura de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 2000.

BRAIT, B. La réception d'Émile Benveniste au Brésil: quelques aspects. **Língua e literatura**, São Paulo, n. 21, p.199-215, 1994/1995.

CAMACHO, R. G. O papel do contexto social na teoria lingüística. **Alfa**, São Paulo, n. 38), p.19-36, 1994.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & educação**, Porto Alegre, n. 2, 1990.

CHEVALLARD, Y. **La transposición didáctica**: del saber sábio al saber enseñado. 3. ed. Buenos Aires: Aique, 2005.

CHISS, J.-L. e PUECH, C. Saussure et la constitution d'un domaine de mémoire pour la linguistique moderne. **Langages**, Paris, n. 114, p. 41-53, jun. 1994.

\_\_\_\_\_. La linguistique structurale, du discours de fondation à l'émergence disciplinaire. **Langages**, Paris, n. 120, p. 106-126, dec. 1995.

\_\_\_\_\_. Présentation. **Langue Française**, Paris, n. 117, p. 03-05, février, 1998A.

\_\_\_\_\_. De l'émergence disciplinaire à la didactisation des savoirs linguistiques: le tournant des années 60 et ses suites. **Langue Française**, Paris, n. 117, 06- 21, février, 1998B.

\_\_\_\_\_. **Le langage et ses disciplines – XIX – XX siècles**. Paris/Bruxelles: Duculot, 1999.

COURTINE, J.-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, Paris, n. 62, 1981.

---. Le tissu de la mémoire: quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. **Langages**, Paris, n. 114, jun. 1994.

DASCAL, M. As convulsões metodológicas da lingüística contemporânea. In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Vol.1. São Paulo: Global, 1978.

\_\_\_\_\_ & BORGES NETO. De que trata a lingüística afinal? In: BORGES NETO, J. **Ensaio de filosofia da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2004.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte da memória? In: ACHARD, P. et. alii. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

DOSSE, F. **História do estruturalismo**. v 1 O campo do signo. São Paulo: Perspectiva, 1993.

\_\_\_\_\_. **História do estruturalismo**. v 2 O canto do cisne. São Paulo: Perspectiva, 1994.

DUCROT, O. Língua e fala. In: DUCROT, O.; TODOROV, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. 3. ed. São Paulo. Perspectiva, 2001

FACUSE, M. Una epistemología pluralista: el anarquismo de la ciencia de Paul Feyerabend. **Cinta de Moebio**, Santiago do Chile, n. 17, set., 2003

FARACO, C. A. Bakhtin e os estudos enunciativos no Brasil: algumas perspectivas. In: BRAIT, B. (org.) **Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas**. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2001.

FEYERABEND, P. Consolando o Especialista. In: LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. Quarto volume das atas do Colóquio

internacional sobre Filosofia da Ciência, realizado em Londres em 1965. São Paulo: Cultrix/Editora da USP, 1979.

\_\_\_\_. **Contra o método**: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

\_\_\_\_. Adeus à razão. Lisboa: edições 70, 1991.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

\_\_\_\_. (org.). **Introdução à lingüística**. I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_. (org.). **Introdução à lingüística**. II. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003.

FLORES, V. **Lingüística e psicanálise**: Princípios de uma semântica da enunciação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

\_\_\_\_. Princípios para a definição do objeto da lingüística a enunciação: uma introdução (primeira parte). **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 06-67, dez. 2001.

\_\_\_\_ e TEIXEIRA, M. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FORQUIN, J-C. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & educação**, Porto Alegre, n. 5, p.28-49, 1992.

\_\_\_\_. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000A.

\_\_\_\_. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000B.

GUIMARÃES, E. Bakhtin e os Estudos da Enunciação no Brasil. In: OLIVEIRA, S. L. et. al. **O falar da linguagem**. São Paulo: Lovise, 1996A.

\_\_\_\_. Língua e enunciação. **Caderno de estudos lingüísticos**, Campinas, n. 30, p. 99-103, 1996B.

\_\_\_\_. História, sujeito, enunciação. **Caderno de estudos lingüísticos**, Campinas, n. 35, p. 109-116, jul./dez., 1998.

HÉNAULT, A. **História concisa da semiótica**. São Paulo: Parábola, 2006.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **La enunciación** de la subjetividad en el lenguaje. Buenos Aires, Hachette, s/d.[Edição original francesa de 1980).

KUHN, T. S. Reflexões sobre os meus críticos. In: LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A. **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. Quarto volume das atas do Colóquio internacional sobre Filosofia da Ciência, realizado em Londres em 1965. São Paulo: Cultrix/Editora da USP, 1979.

\_\_\_\_. **A estrutura das revoluções científicas**. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LAHUD, M. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.

MAINGUENEAU, D. L'unité de la linguistique. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 6, nº 2, p. 127-137, ag. 1990.

\_\_\_\_. Pragmática (verbete). In: CHARAUDEAU, P e MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

MALDIDIÉ, D., NORMAND, C., ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: In: ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MUSSALIN, F & BENTES, A. C. (orgs.) **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. v. 1. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_. **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. v. 2 São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_. **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

NORMAND, C. Linguistique et philosophie: une instantané dans l'histoire de leurs relationa. **Langages**, Paris, n. 77, p. 33-42, mars 1985.

\_\_\_\_. Lectures d'Emile Benveniste. **Língua e literatura**. São Paulo, n. 21, p. 29-46, 1994/1995.

\_\_\_\_. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L. et. al. **O falar da linguagem**. São Paulo: Lovise, 1996a.

\_\_\_\_. Emile Benveniste: quelle sémantique? **LINX**, Nanterre, numéro spécial 96: Du dire et du discours, p. 221-238, 1996.

NÖRH, W. **A seimótica no século XX**. São Paulo: ANNABLUME, 1996.



PARRET, H. **Enunciação e pragmática**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (ADD-69). In: GADET, F. e HAK, T (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas. **Língua & instrumentos lingüísticos**. Campinas, nº 2, p. 7-33, jul./dez., 1998.

---. Papel da memória. In: ACHARD, P. et alii. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

---. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PÉREZ, M. F. **Introducción a la lingüística**: dimensiones del lenguaje y vías de estudio. Barcelona: Ariel, 1999.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PUECH, C. Benveniste et la representation de la "discipline linguistique". **LINX** - Émile Benveniste vingt ans après, Nanterre, numéro spécial, 1997.

\_\_\_\_\_. Manuélisation et disciplinarisation des savoirs de la langue: l'énonciation. **Les Carnets du CEDISCOR** - Manuélisation d'une théorie linguistique: le cas de l'énonciation, Paris, n. 05, 1999.

RAJAGOPALAN, K. Os caminhos da pragmática no Brasil. **D.E.LT.A.**, v 15, número especial, p. 323-338, 1999.

\_\_\_\_\_. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1980.

SOUZA, L. S. **Introdução às teorias semióticas**. Petrópolis/Slavador: Vozes/FAPESB, 2006.

SWIGGERS, P . La méthodologie de l'historographie de la linguistique. **FLH**, n. 4, p.55-79, 1983.

TEIXEIRA, M. O discurso do outro como constitutivo da escrita. **Ciências e Letras**. Porto Alegre, (26): 43-77, jul./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso e psicanálise**; elementos para uma abordagem do sentido no discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

TODOROV, T. Enunciação. In: DUCROT, O.; TODOROV, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. 3. ed. São Paulo. Perspectiva, 2001

TRASK. R. L. **Dicionário de linguagem e lingüística**. São Paulo: Contexto, 2004